

Ministério da  
Fazenda



# Economia Brasileira em **PERSPECTIVA**

**14<sup>a</sup>** Edição Especial | Fevereiro | 2012



# Índice

---

<b>Sumário Executivo</b>	<b>7</b>
<b>Atividade Econômica</b>	<b>9</b>
<b>Emprego e Renda</b>	<b>33</b>
<b>Inflação</b>	<b>45</b>
<b>Juros e Crédito</b>	<b>57</b>
<b>Política Fiscal</b>	<b>75</b>
<b>Setor Externo</b>	<b>91</b>
<b>Panorama Internacional</b>	<b>109</b>
<b>Especial – Brasil: Avanços de uma Década</b>	<b>135</b>
<b>Glossário</b>	<b>154</b>



## NOTA

---

O relatório “Economia Brasileira em Perspectiva”, publicado pelo Ministério da Fazenda, consolida e atualiza as principais variáveis econômicas do Brasil.

Nesta edição, os dados estão atualizados **até 2 de fevereiro de 2012**.

O documento é resultado do trabalho conjunto dos seguintes órgãos deste Ministério: Secretaria de Política Econômica (SPE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).



## Do ajuste à aceleração

---

Em 2011, a economia mundial foi afetada pelo agravamento da crise financeira global iniciada em 2008. Particularmente devido aos problemas de solvência fiscal na Zona do Euro e conflitos políticos nos EUA, os países desenvolvidos tiveram forte desaceleração no nível de atividade econômica. Com o prolongamento da crise, o mundo assiste a uma “guerra cambial”, promovida pelas economias avançadas para tentar restaurar sua competitividade industrial.

A política de afrouxamento monetário promovida pelos Estados Unidos e Europa acabou por pressionar para cima os preços das *commodities* entre o quarto trimestre de 2010 e o início de 2011. Isso alimentou o processo inflacionário global e levou ao descumprimento das metas de inflação na maioria dos países que as adotam. O Governo brasileiro agiu tempestivamente, combatendo a aceleração dos preços com medidas monetárias convencionais e com importante auxílio de medidas fiscais e macroprudenciais. Digno de destaque foi o programa de consolidação fiscal adotado logo no começo de 2011, que culminou com a obtenção de meta cheia de superávit primário. Esse esforço de contenção fiscal teve decisivo papel no processo de flexibilização da política monetária iniciado em agosto do ano passado para enfrentar os efeitos da crise externa na economia brasileira.

A adoção de medidas de política cambial também foi necessário. As políticas de administração de fluxos de capitais implementadas ao longo de 2011 foram motivos de elogios de organismos e especialistas internacionais e auxiliaram também na política de estabilização de preços, além do importante papel na promoção da estabilidade financeira e corporativa.

O sucesso do modelo de crescimento econômico adotado pelo Governo brasileiro continuou em 2011. Diversas medidas importantes foram tomadas, tais como: novas etapas do “PAC” e do “Minha Casa Minha Vida”; ampliação do Programa de Bolsa Família com o “Brasil sem Miséria”; uma nova política industrial (“Plano Brasil Maior”); ampliação do “Simples Nacional” e do Microempreendedor Individual; o Programa “Pronatec” de qualificação técnico-profissional de trabalhadores; o Programa “Crescer” de microcrédito produtivo orientado. Além disso, houve diversas medidas de simplificação, desburocratização e modernização da Receita Federal do Brasil e do Tesouro Nacional. Os efeitos dessas iniciativas atingem 2012 e se estendem para os anos seguintes. Vale ainda destacar a consolidação da política de

valorização de longo prazo do salário mínimo, com aumento real de 66% desde 2003, chegando a R\$622,00 em janeiro de 2012, que ajudará no processo de retomada da atividade econômica neste início de ano.

Como consequência deste modelo de crescimento, o Brasil se tornou a 6ª maior economia do mundo em 2011. Entramos em 2012 com uma taxa de câmbio mais competitiva, taxas de juros menores, solidez fiscal e das instituições financeiras, baixas taxas de desemprego, inflação sob controle, elevada confiança dos consumidores e empresários, e uma forte carteira de investimentos públicos e privados para os próximos anos em diversos setores de atividade econômica.

Para 2012, o Governo Federal vai trabalhar para sustentar esse exitoso modelo de crescimento, estimulando investimentos públicos e privados em infra-estrutura e na indústria, aumentando a qualificação profissional e reduzindo de modo substancial a população em extrema pobreza e ampliando a classe média e o bem estar da população. A economia brasileira vai crescer mais em 2012 do que no ano passado, destoando de um mundo em desaceleração. ■



Economia Brasileira em  
**PERSPECTIVA**



# Atividade Econômica

Ministério da  
**Fazenda**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAIS RICO É PAIS SEM POBREZA

## Crescimento econômico mesmo sob agravamento da crise internacional

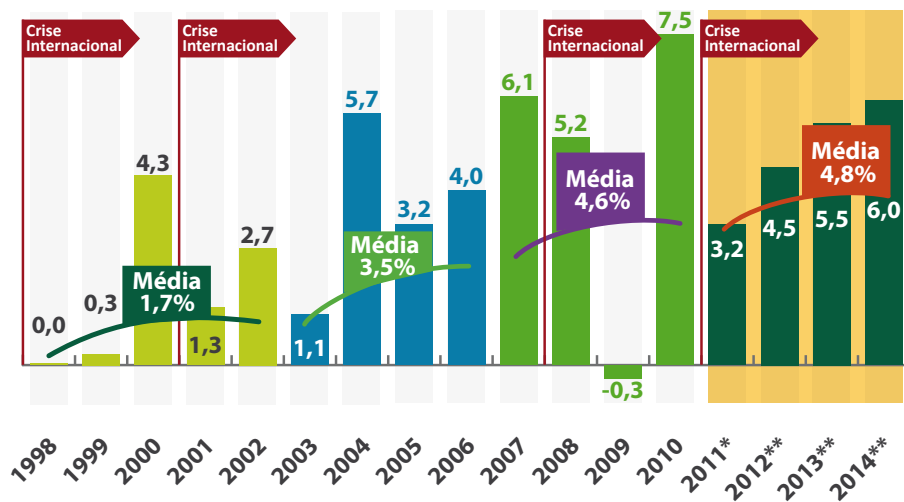
Até o terceiro trimestre de 2011, a economia brasileira esteve em processo de acomodação, fruto das medidas governamentais e da deterioração da crise global. Após isso, as iniciativas que visavam moderar o ritmo da economia começaram a ser gradualmente retiradas. Nos últimos meses do ano, a atividade econômica do País deu início a seu processo de recuperação mesmo diante da piora no cenário internacional. Esta visão é corroborada pela elevação do Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), pelo comportamento da produção industrial e pelo aumento no consumo de energia elétrica.

Mais importante que a expansão observada no PIB em 2011 é sua qualidade. O investimento vem crescendo mais do que o consumo das famílias e do Governo, o que indica ampliação da capacidade produtiva para além da ampliação da demanda, ao longo dos próximos anos. Nesse sentido, o Governo anunciou um conjunto de medidas em 2011, sintetizadas no Plano Brasil Maior, para fortalecer a indústria nacional. As ações estão direcionadas à desoneração e à simplificação tributária, às medidas de defesa comercial e à qualificação da mão-de-obra. Além disso, o PAC cresceu vigorosamente e apresentou, em 2011, valores empenhados da ordem de R\$ 35 bilhões ante R\$ 29,7 bilhões em 2010. Adicionalmente, o Programa “Minha Casa, Minha Vida” apresentou desembolsos da ordem de R\$ 41,4 bilhões, alta de 11,3% sobre os R\$ 37,2 bilhões em 2010. ■

## Brasil: crescimento econômico sustentável

O ano de 2011 foi importante para consolidar a trajetória de crescimento de longo prazo em um ambiente internacional de franca desaceleração. Depois da acomodação em 2011, a economia brasileira vai se acelerar. Com investimentos tanto do setor privado, como do setor público, a média de expansão do PIB até 2014 deve ser superior à dos quatro anos anteriores.

Crescimento do PIB (% a.a.)



**Dados em:** % anual

\* Para 2011: dados do IBGE acumulados nos três primeiros trimestres em relação ao mesmo período em 2010

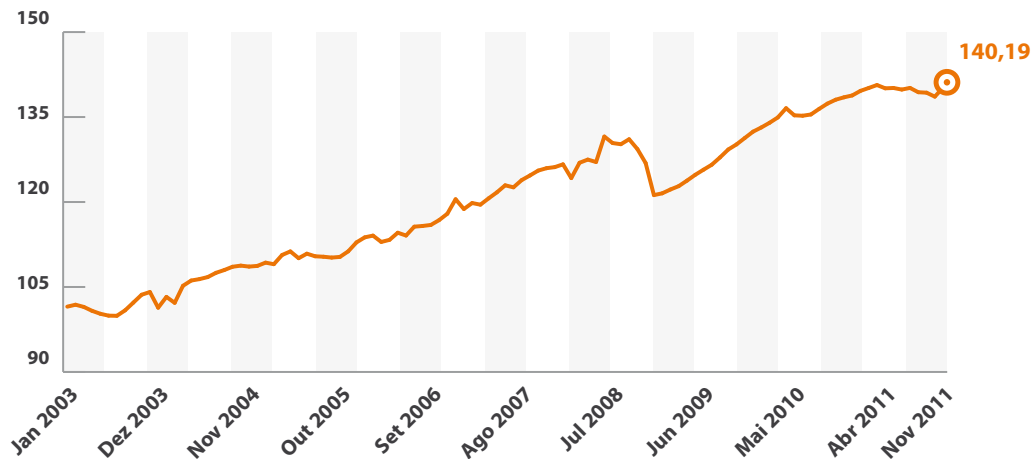
\*\* Estimativas do Ministério da Fazenda

**Fonte:** IBGE e Ministério da Fazenda  
**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Índice aponta crescimento da atividade econômica

Segundo o Indicador do Banco Central do Brasil (IBC-Br), a atividade econômica do País mostrou crescimento dessazonalizado de 1,15% em novembro de 2011, em comparação com o mês anterior. Dessa maneira, o PIB deve ter variação positiva entre o terceiro e o quarto trimestre de 2011.

Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil (número-índice, com ajuste sazonal)



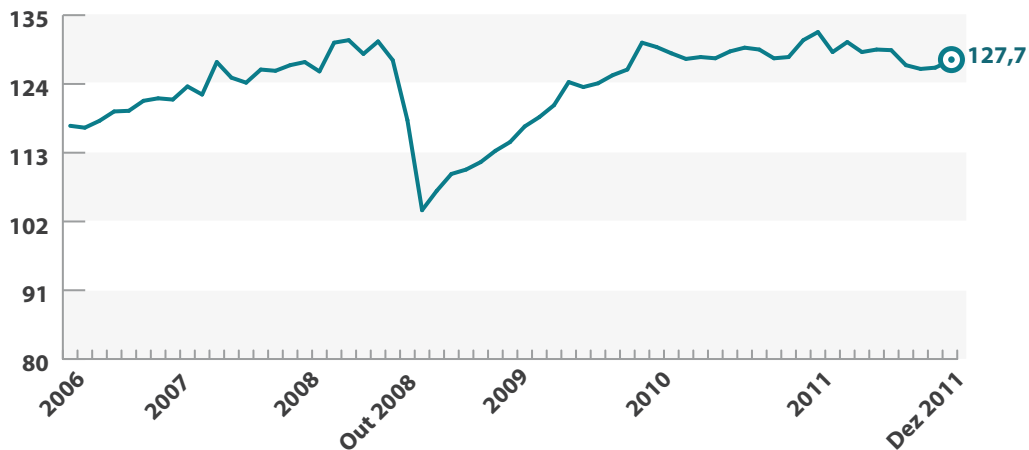
**Dados em:** número-índice  
(2002=100)

**Fonte:** Banco Central do Brasil  
**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Produção industrial se acomoda

A variação acumulada da produção industrial em 2011 apresentou crescimento de 0,3%, resultado bem abaixo do verificado em 2010 (10,5%). Houve elevação generalizada do nível de produção nos três primeiros meses do ano devido à expansão em 2010. A indústria de bens de capital foi o destaque positivo: alta de 3,3% em 2011, em especial para a categoria de transportes. Ampliar o ritmo da indústria é um desafio importante para o Governo.

Índice de Produção Industrial (número-índice, com ajuste sazonal)



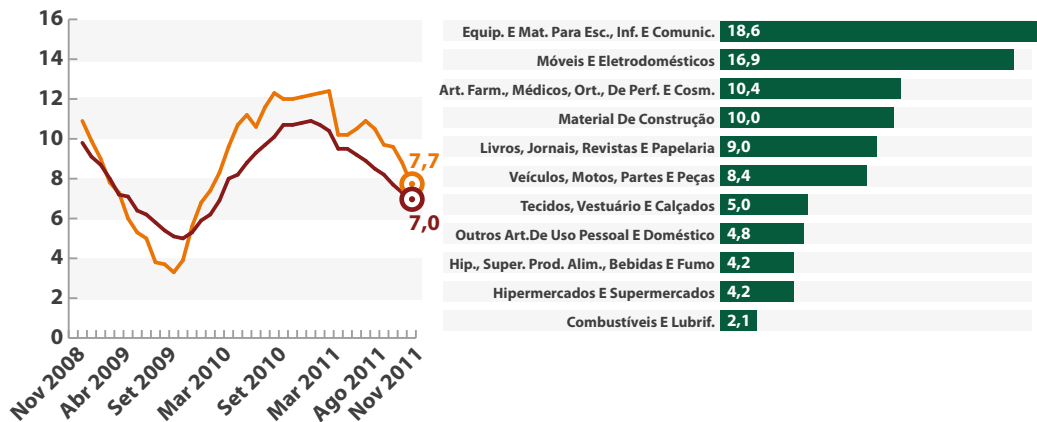
**Dados em:** número-índice  
(média 2002=100)

**Fonte:** IBGE  
**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Vendas no comércio varejista em acomodação

No acumulado em 12 meses até novembro, o comércio varejista registrou crescimento de 7,0% e o comércio varejista ampliado cresceu 7,7%. No ano, o desempenho do setor deverá ser inferior ao ocorrido em 2010, quando, devido à recuperação da crise de 2008, acumulou altas respectivas de 10,9% e de 12,2%. Mesmo assim, os números são expressivos e atestam o dinamismo doméstico do País.

Volume de Vendas no Comércio Varejista (% acum. 12 meses)



— PMC  
— PMC Ampliada\*  
■ PMC Setorial

**Dados em:** % acumulado em 12 meses até novembro de 2011

\* Inclui veículos, motos, partes e peças, e material de construção

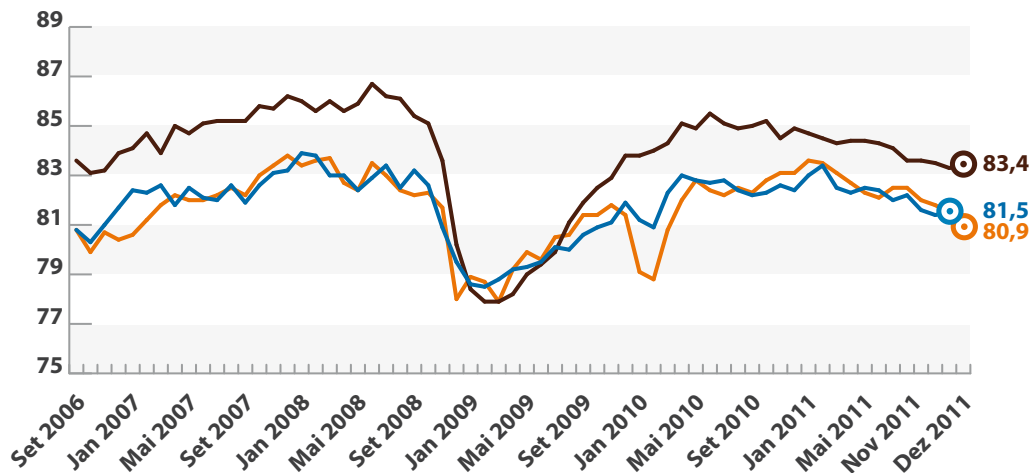
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Utilização da Capacidade Instalada recua ao longo de 2011

Em consonância com o arrefecimento da atividade industrial ocorrido ao longo do ano, os indicadores do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) indicaram recuo em 2011. A tendência é que números mais positivos de atividade econômica em 2012 se reflitam também numa maior utilização da capacidade instalada da indústria brasileira.

Nível de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria - NUCI (% , com ajuste sazonal)



— NUCI - CNI\*  
 — NUCI - FIESP\*  
 — NUCI - FGV

**Dados em:** %, com ajuste sazonal

\* Abrange apenas a indústria do Estado de São Paulo

**Fonte:** CNI, Fiesp e FGV

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Utilização da Capacidade Instalada Setorial

O processo de acomodação da economia impacta na utilização da capacidade instalada que apresentou leve queda. Contudo, os níveis setoriais estão dentro de condições normais da atividade econômica.

Nível Setorial de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria - NUCI Setorial (% , com ajuste sazonal)

NUCI por Setor	Dez 2010	Dez 2011	Média*
Indústria Geral	84,9	83,4	82,6
Material de Construção	90,3	88,6	84,6
Minerais não metálicos	91,2	87,1	84,5
Material de Transporte	90,1	86,6	81,5
Vestuário e Calçados	85,2	86,3	84,7
Duráveis de Consumo	89,2	85,9	80,8
Material Elétrico	78,3	85,0	76,7
Mecânica	85,2	84,5	82,0
Produtos de matérias plásticas	88,8	84,4	83,7
Bens de Capital	84,5	83,3	80,4
Produtos Alimentares	83,1	83,0	82,1
Bens de Consumo	85,0	82,9	80,3
Outros Produtos	80,2	81,5	78,2
Produtos Farmacêuticos	74,5	69,9	69,5
Celulose e papel	92,1	91,7	92,3
Química	85,0	84,1	84,5
Bens Intermediários	85,9	83,8	86,2
Metalurgia	89,3	83,6	88,5
Têxtil	86,4	83,1	86,5
Não duráveis de consumo	82,0	79,8	79,9
Mobiliário	75,1	75,8	77,8

**Dados em: %,**  
com ajuste sazonal  
\* Período: 2000-2011

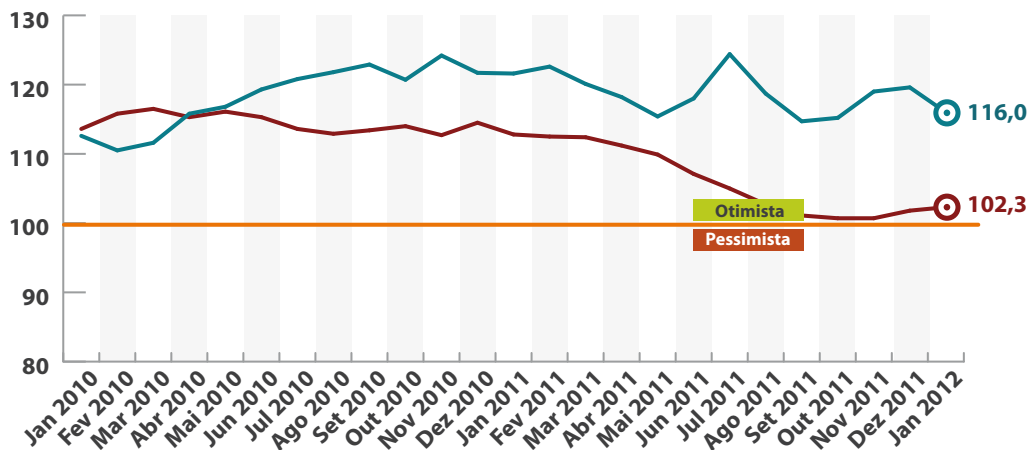
**Fonte:** FGV  
**Elaboração:** Ministério da Fazenda



## Confiança na economia brasileira

O índice de confiança da indústria estabilizou-se a partir de novembro, fechando 2011 em 101,8 pontos. Houve desempenho ainda melhor em janeiro de 2012 (102,3 pontos). A expectativa é recuperação gradual da indústria para o ano de 2012. Por outro lado, a confiança dos consumidores encerrou o ano em 119,6 pontos e abriu janeiro com 116,0 pontos. Apesar do recuo marginal, o indicador ainda se encontra em patamares bem otimistas.

Índices de Confiança: Indústria e Consumidor (pontos, com ajuste sazonal)



- Índice de confiança do consumidor
- Índice de confiança da indústria

**Dados em:** pontos, com ajuste sazonal

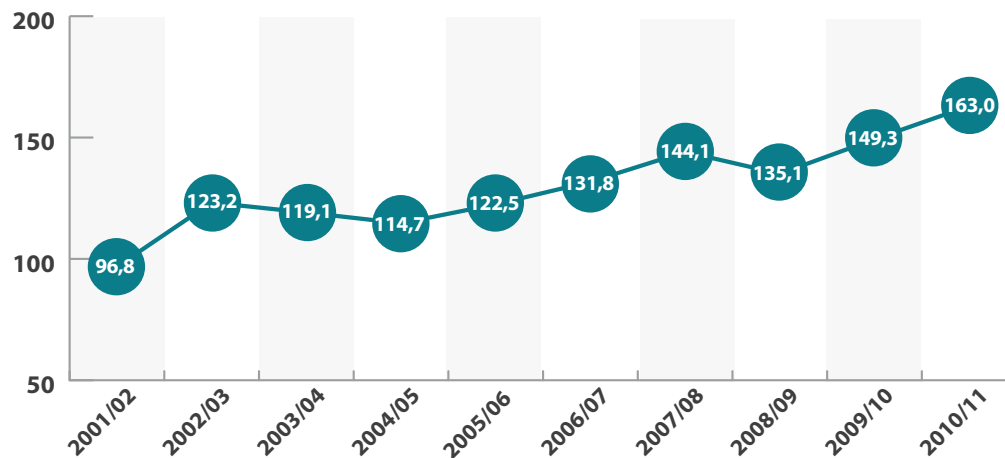
Fonte: FGV

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Novo recorde de safra em 2011

A produção agrícola do Brasil alcançou em 2011 o número recorde de 163 milhões de toneladas de grãos, superando em 9,2% o percentual do ano anterior. O resultado consolida o Brasil como um dos principais celeiros do mundo.

Safra Brasileira de Grãos - Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (milhões de toneladas)



Dados em: milhões de toneladas

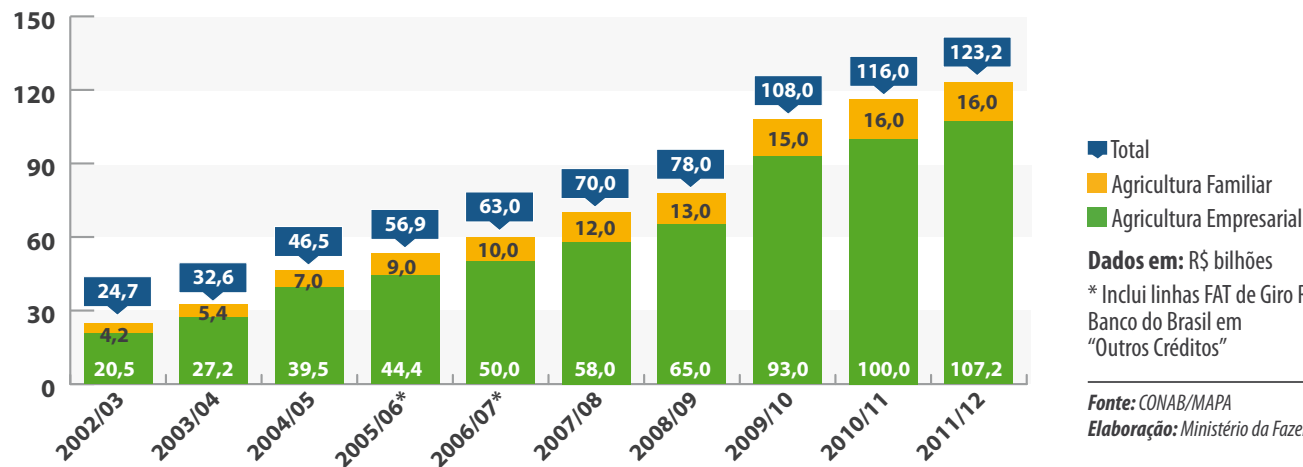
Fonte: CONAB/MAPA

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Plano Safra fomenta dinamismo agropecuário

O Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 conta com recursos de R\$123,2 bi, um aumento de 6,2% em relação à safra passada. Deste total, R\$107,2 bi são da agricultura empresarial e R\$16 bi da agricultura familiar. Os recursos serão destinados ao financiamento de operações de custeio, investimento, comercialização, subvenção ao prêmio de seguro rural e apoio à utilização de práticas agronômicas sustentáveis.

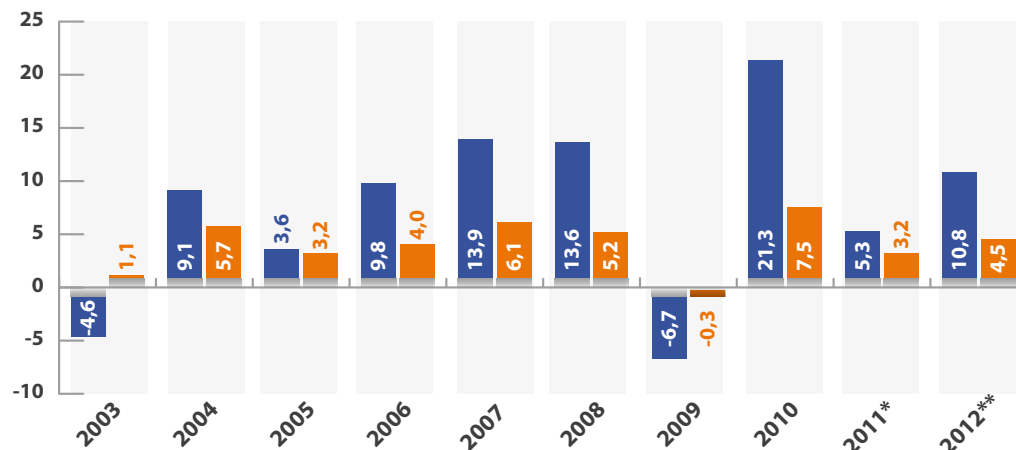
Programação do Financiamento Rural (R\$ bilhões)



## Investimento apresenta crescimento maior do que o PIB

Desde 2004, as taxas de crescimento do investimento têm sido superiores ao crescimento do PIB, com exceção do ano de 2009. Isso garante que a maior capacidade produtiva do País seja revertida para o atendimento da demanda doméstica crescente. Para os próximos anos, o modelo de crescimento adotado pelo Governo Federal dará ainda maior ênfase ao investimento em todos os setores da economia.

PIB e Investimento - FBCF (% a.a.)



■ Investimento  
■ PIB

**Dados em:** % anual

\* Para 2011: dados do IBGE acumulados nos três primeiros trimestres em relação ao mesmo período em 2010

\*\* Estimativas do Ministério da Fazenda

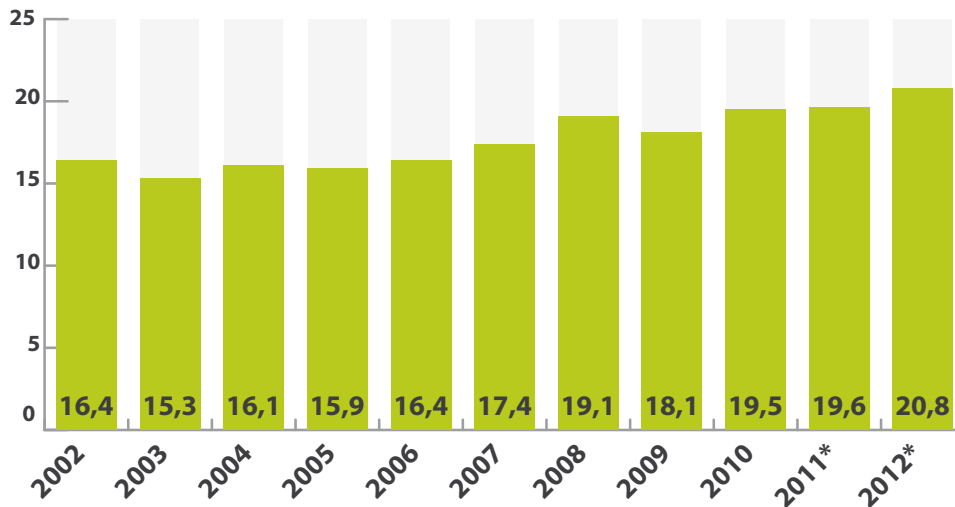
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Participação dos investimentos no PIB em trajetória ascendente

As oportunidades da economia brasileira, em conjunto com as medidas tomadas a fim de encorajar o investimento de longo prazo, aumentarão a contribuição do investimento para o crescimento econômico, devendo alcançar 20,8% do PIB em 2012.

Investimento - FBCF (% do PIB)



**Dados em:** % do PIB

\* Estimativas do Ministério da Fazenda

Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Programa de Aceleração do Crescimento

A segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) visa dotar o País com infraestrutura em 6 eixos principais, com investimentos próximos de 1 trilhão de reais no período 2011-2014. Aproximadamente 50% deste montante será direcionado a investimentos em Energia e 30% ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Após 2014, já há investimentos definidos para os setores de energia e transportes.

PAC 2 (R\$ bilhões)

PAC 2			
Eixos	2011-2014	Pós-2014	Total
PAC Comunidade Cidadã	23,0		23,0
PAC Água e Luz para Todos	30,6		30,6
PAC Cidade Melhor	57,1		57,1
PAC Transportes	104,5	4,5	109,0
PAC Minha Casa Minha Vida	278,2		278,2
PAC Energia	461,6	626,9	1.088,5
<b>Total</b>	<b>955,0</b>	<b>631,4</b>	<b>1.586,4</b>

Dados em: R\$ bilhões

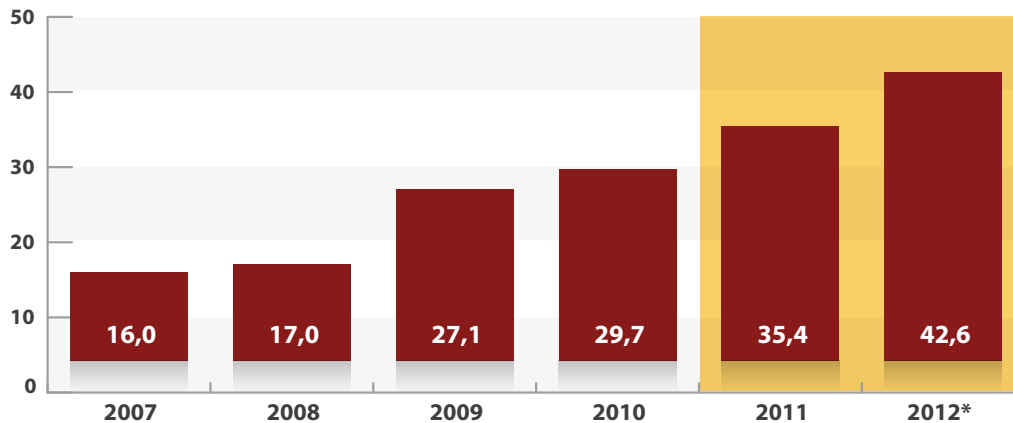
Fonte: MPOG

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Valores empenhados do PAC crescerão 20% em 2012

Os valores empenhados do PAC do Governo Federal apresentaram grande crescimento, alcançando R\$35,4 bilhões em 2011. Este valor representa aumento de quase 20% em relação a 2010 e de 121,3% entre 2007 e 2011. Em linha com o modelo de crescimento econômico sustentado no investimento, para 2012, estima-se crescimento de 20,3%, alcançando R\$42,6 bilhões.

PAC: Valores Nominais Empenhados (R\$ bilhões)



Dados em: R\$ bilhões

\* LOA 2012

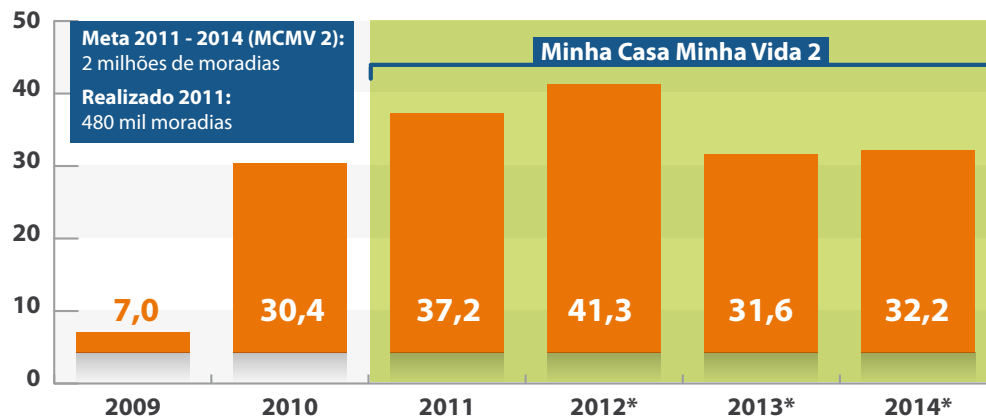
Fonte: STN/Ministério da Fazenda

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Minha Casa, Minha Vida: crescimento com inclusão social

Desde 2009, os desembolsos para o Programa “Minha Casa Minha Vida” apresentaram crescimento de 431%, alcançando R\$ 37,2 bilhões em 2011, o equivalente a 480 mil novas moradias só em 2011. No período de 2011-2014, espera-se a construção de 2 milhões de novas moradias em um total de R\$ 142,3 bilhões investidos.

Desembolsos do Programa “Minha Casa Minha Vida” pela Caixa (R\$ bilhões)



**Dados em:** R\$ bilhões

\* Estimativas da Caixa Econômica Federal

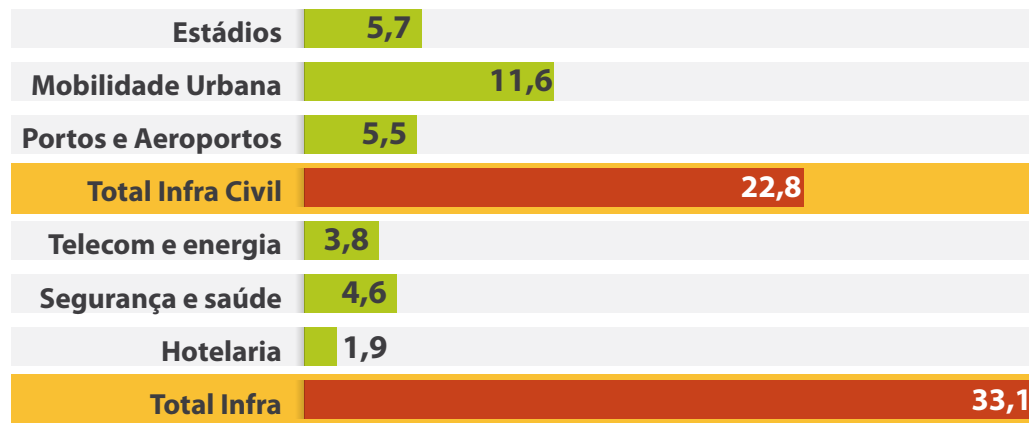
*Fonte:* Caixa Econômica Federal  
*Elaboração:* Ministério da Fazenda



## Investimentos: Copa do Mundo de 2014

Nos próximos anos, o País contará com investimentos em diversos setores, incluindo o esportivo. Um total de R\$ 33 bilhões será destinado à realização da infraestrutura da Copa do Mundo em 2014. A maior parte será direcionada para projetos de transporte, sendo R\$ 11,6 bilhões para mobilidade urbana e R\$ 5,5 bilhões para portos e aeroportos.

Investimentos para a Copa do Mundo 2014 (R\$ bilhões)



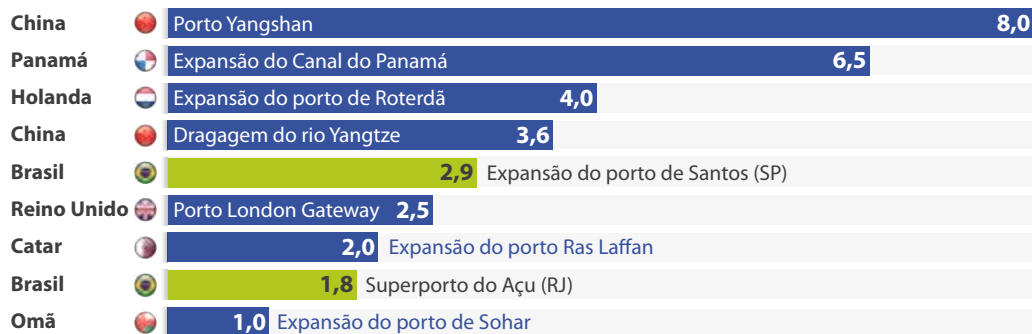
Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Ministério da Fazenda  
Elaboração: Ministério da Fazenda

## Brasil se destaca em investimentos portuários

Entre os maiores projetos de investimentos em portos do mundo, o Brasil conta com a expansão do Porto de Santos e a construção do Superporto de Açu no Rio de Janeiro, o maior empreendimento portuário da América Latina.

Noves Maiores Projetos de Portos do Mundo\* (US\$ bilhões)



**Dados em:** US\$ bilhões

\* Em fase final de preparação ou em andamento











**Fonte:** CG-LA, Anuário Exame 2011-2012

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Destaque para os investimentos no setor de Petróleo e Gás

Os investimentos da Petrobras na construção de plataformas e navios-plataformas de petróleo também são destaques no Setor de Petróleo e Gás. Juntos eles somam 40 bilhões de dólares.

Dez Maiores Projetos no Setor de Petróleo e Gás do Mundo\* (US\$ bilhões)

Austrália		Campo de gás Gorgon	44,0
Austrália		Campo de gás Pilbara	35,0
Austrália		Campo de gás Wheatstone	30,0
Austrália		Campo de gás Ichthys	30,0
Brasil		Plataformas da Petrobras (RJ-ES-SP)	25,0
Canadá		Oleoduto Keystone XL	20,0
Nigéria		Gasoduto Transsaariano	20,0
Brasil		Navios Plataforma da Petrobras (ES-RJ-SP)	15,0
Turquia		Gasoduto Nabucco	11,3
Indonésia		Campo de gás Abadi	10,0

**Dados em:** US\$ bilhões

\* Em fase final de preparação ou em andamento
















**Fonte:** CG-LA, Anuário Exame 2011-2012

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Brasil dispõe de amplo programa de investimentos em transportes

Entre os 16 maiores projetos de investimentos relacionados a transportes do mundo, o Brasil possui quatro: dois relacionados à ampliação da malha ferroviária, um ao sistema metroviário e outro à construção de rodovias pelo País.

Dezesseis Maiores Projetos em Transportes do Mundo\* (US\$ bilhões)

China		Novo aeroporto Kunming	23,1
EUA		Modernização do aeroporto O'Hare	15,0
China		Ferrovía Harbin-Dalian	14,0
China		Ponte Hong Kong-Zuhai-Macau	10,7
Malásia		Ferrovía Kuala Lumpur-Vale Klang	10,3
EUA		Transporte Ferroviário (Colorado)	6,9
Brasil		Ferrovía Norte-Sul (GO-MA-MG-MS-PA-SP-TO)	6,7
Vietnã		Ferrovía Nha Trang	5,7
EUA		Ponte Detroit River International	5,3
China		Trem Xangai-Hangzhou	5,0
Brasil		Linha 5 do metrô paulistano	4,3
Vietnã		Ferrovía subterrânea do rio Hau	4,0
Brasil		Trecho Norte do Rodoanel	3,8
Vietnã		Rodoanel de Ho Chi Minh City	3,7
Brasil		Ferrovía Transnordestina (CE-PE-PI)	3,4

Dados em: US\$ bilhões

\* Em fase final de preparação ou em andamento

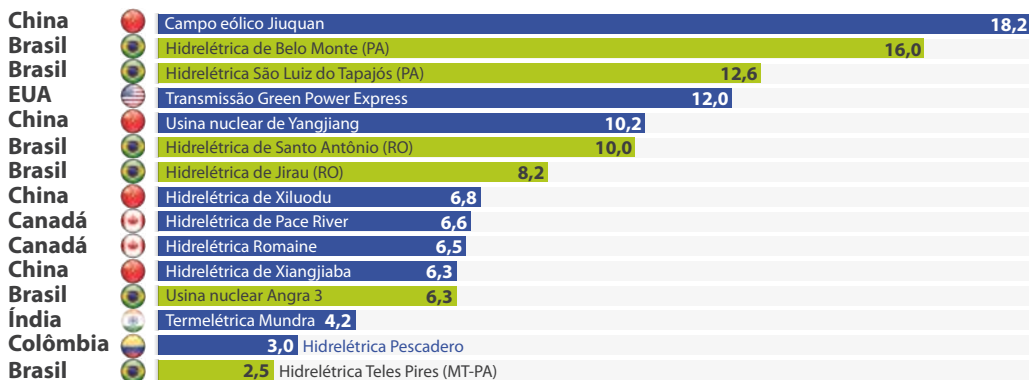
Fonte: CG-LA, Anuário Exame 2  
011-2012

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Investimentos expressivos no setor de energia elétrica

O setor energético também é prioridade para o Governo Brasileiro. Entre os quinze maiores projetos do setor no mundo, seis estão localizados no Brasil, com destaque para a construção da Usina de Belo Monte.

Quinze Maiores Projetos no Setor de Energia Elétrica do Mundo\* (US\$ bilhões)



Dados em: US\$ bilhões

\* Em fase final de preparação ou em andamento

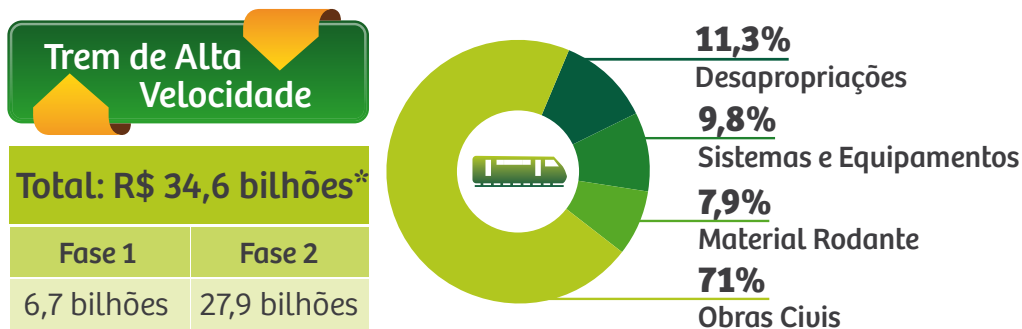
Fonte: CG-LA, Anuário Exame  
2011-2012

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Investimentos: trem de alta velocidade

Os investimentos para a construção do trem de alta velocidade ligando as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas somarão aproximadamente R\$ 35 bilhões. Este modelo de transporte beneficiará a todos.

Trem de Alta Velocidade: Investimentos e Composição do Investimento (R\$ bilhões e % do total)



**Dados em:** R\$ bilhões e % do total

\* Valores estimados sujeitos a modificações

**Fonte:** STN/Ministério da Fazenda

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Concessões de aeroportos geram maiores investimentos no setor

Os investimentos planejados para o transporte aeroportuário no Brasil aproximam-se de três bilhões de reais, somente com as concessões dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos. Esse sistema de concessões será importante para que a iniciativa privada também invista no crescimento do setor. O leilão bem sucedido mostrou o grande interesse do setor privado e o potencial de lucro aeroportuário.

Concessão de Aeroportos: Investimentos Planejados (R\$ bilhões)



Dados em: R\$ bilhões

Fonte: STN/Ministério da Fazenda  
Elaboração: Ministério da Fazenda





Economia Brasileira em  
**PERSPECTIVA**



# Emprego e Renda

Ministério da  
**Fazenda**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

## Inclusão social e geração de empregos são destaques

---

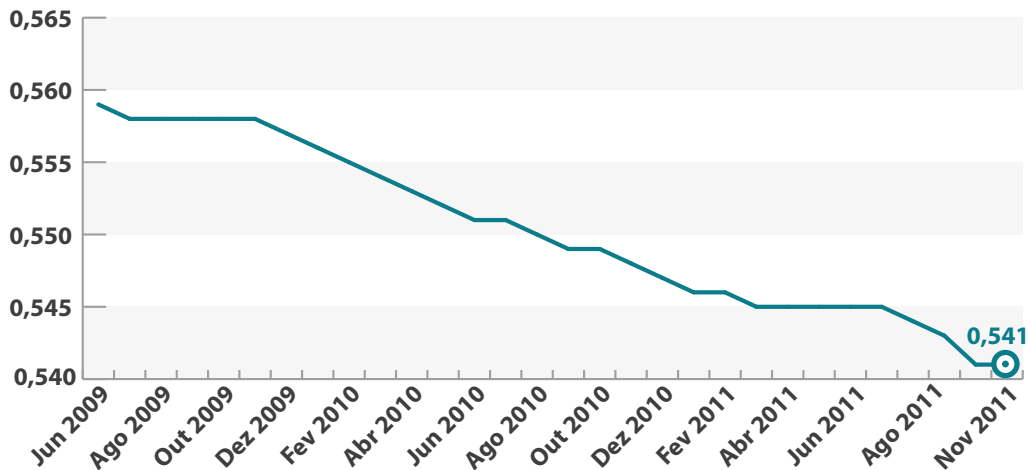
A taxa de desemprego atingiu o menor nível registrado pelo IBGE, em dezembro de 2011, alcançando 4,7%. Não menos importante é o crescimento da formalização no mercado de trabalho brasileiro. Desde 2003, o País criou quase 17,3 milhões postos formais de trabalho. Esse desempenho é ainda mais substancial quando contrastado com o cenário adverso do mercado laboral das maiores economias do mundo. Ainda merece destaque a continuação do aumento na renda real dos trabalhadores, fator determinante para uma sensação de maior bem estar e otimismo dos cidadãos brasileiros.

O crescimento econômico com inclusão social e produtiva tem direcionado as políticas governamentais. Com o advento do Busca Ativa, estratégia do Governo Federal para incluir a população extremamente pobre no Plano Brasil Sem Miséria, 325 mil novas famílias passaram a receber os benefícios pagos pelo Bolsa Família em 2011, alcançando 13,35 milhões de beneficiários em 2011. ■

## Desigualdade de renda diminui

O Índice de Gini, usado para medir a desigualdade de renda, tem caído continuamente nos últimos anos. A explicação vem da redução da desigualdade na renda do trabalho, da política de valorização do salário mínimo, ao lado dos programas de transferência de renda e da estabilidade macroeconômica.

Coefficiente de Gini\* (média móvel em 12 meses)



**Dados em:** média móvel em 12 meses

\* Pessoas de 10 anos ou mais de idade com base na renda *per capita* de todos os trabalhos efetivamente recebida

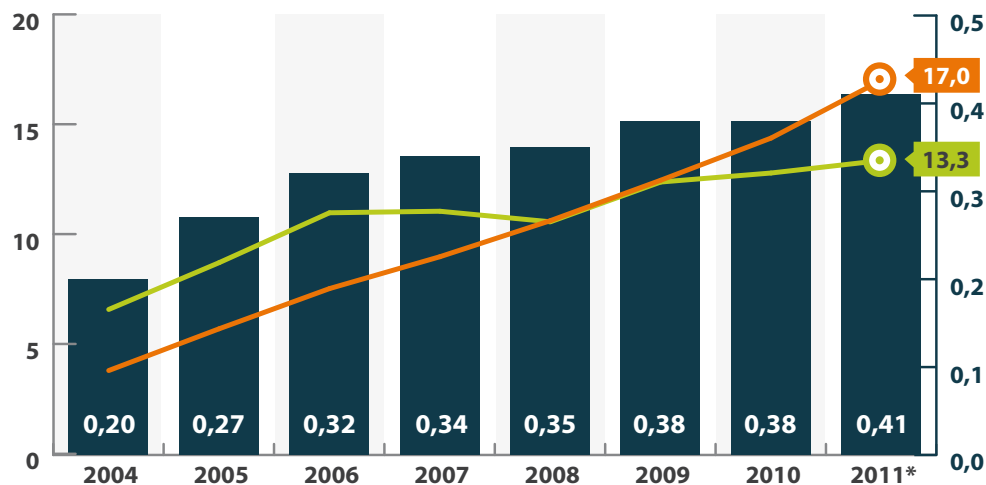
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Programa Bolsa Família ajuda a combater a desigualdade

O “Bolsa Família” é reconhecido como um dos programas mais eficientes em reduzir a pobreza focado nas camadas mais pobres da população. O programa tem contribuído significativamente para a redução da desigualdade, abrangendo, com custo relativamente baixo, 13,3 milhões de famílias em dezembro de 2011.

Programa de Transferência de Renda: Bolsa Família (% do PIB, R\$ bilhões e milhões de famílias)



- Bolsa Família (% do PIB)
- Bolsa Família (R\$ bilhões)
- Nº de famílias (em milhões)

**Dados em:** % do PIB, R\$ bilhões e milhões de famílias

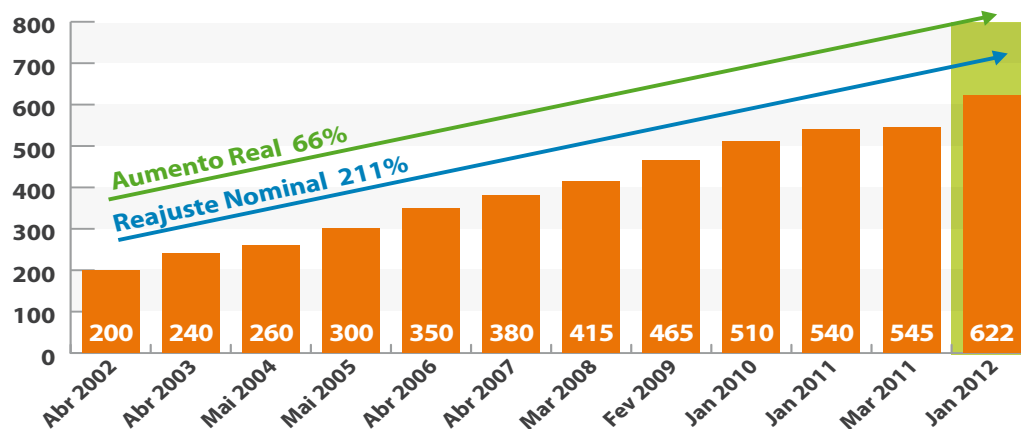
Fonte: MDS

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Salário mínimo real cresceu mais de 66% nos últimos 10 anos

A aceleração do crescimento nos últimos anos causou uma expansão significativa da renda *per capita*. Como resultado da política de valorização implementada pelo Governo, o valor do salário mínimo teve um aumento ainda mais significativo, tendo crescido 66% de 2002 a 2012. Em janeiro de 2012, o salário mínimo passou de R\$ 545 para R\$ 622, o que poderá injetar mais de R\$ 50 bilhões no nosso mercado interno.

Evolução do Salário Mínimo Real (R\$, média anual a preços de 2011)



Dados em: R\$, salário nominal

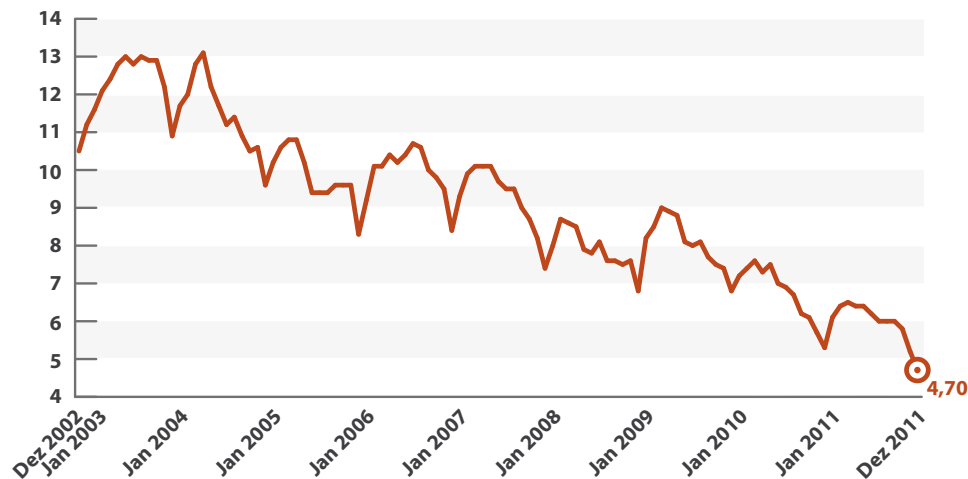
Fonte: DIEESE

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Queda acentuada do desemprego

Mesmo em cenário de menor crescimento da economia, o mercado de trabalho mostrou bom desempenho. Houve declínio da desocupação, que atingiu 4,7% no final do ano. Isto evidencia o dinamismo da economia brasileira em um cenário distinto daquele vivido pelas economias avançadas.

Taxa de Desemprego (% da população economicamente ativa)



**Dados em:** % da população economicamente ativa

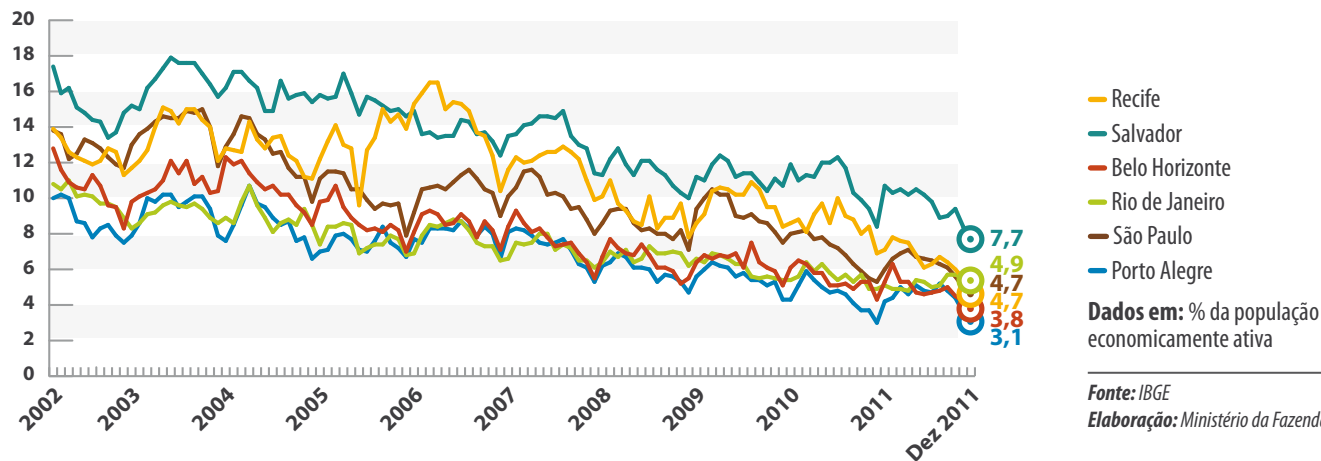
**Fonte:** IBGE

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## O desemprego cai de forma disseminada regionalmente

No que concerne à análise regional, é importante destacar as taxas de desemprego atingidas por Porto Alegre (3,1%) e Belo Horizonte (3,8%) em dezembro de 2011. Digno de destaque é a queda de 2,2 p.p da taxa de desemprego de Recife em relação ao ano passado, fruto do novo ciclo de investimentos que vive Pernambuco.

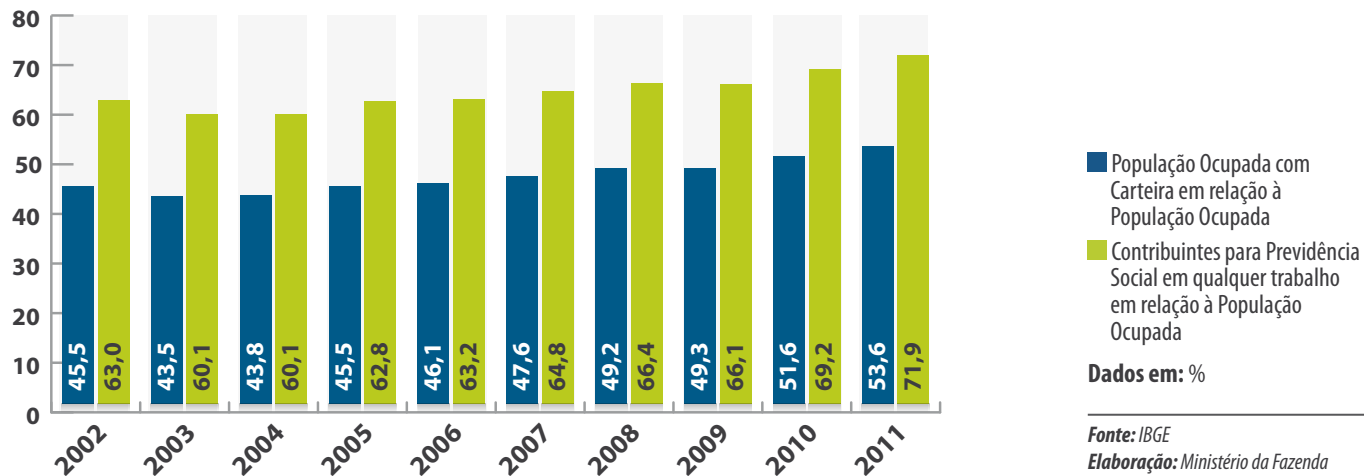
Desemprego Regional (% da população economicamente ativa)



## Melhora qualitativa do mercado de trabalho

Uma melhora qualitativa do emprego no Brasil pode ser constatada pelo aumento do grau de formalização do mercado de trabalho. Segundo o IBGE, a proporção de pessoas ocupadas com carteira assinada em relação ao contingente de ocupados saltou para 53,6% em 2011 (média anual). No mesmo sentido, a proporção de contribuintes para a previdência social em relação à população ocupada atingiu 71,9% nessa mesma base de comparação, o que revela maior proteção social para mais trabalhadores.

Taxa de Formalização (%)

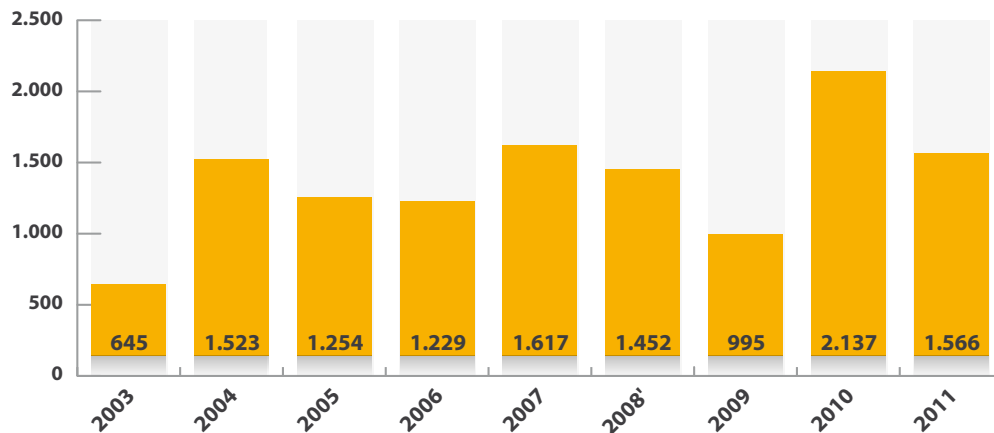




## Emprego formal registra terceiro melhor desempenho da série

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego registraram a geração de 1,5 milhão de postos de trabalho celetistas em 2011. Esse é um dos melhores desempenhos da série histórica. Incluindo-se as vagas geradas no serviço público, desde 2003, já foram gerados cerca de 17,3 milhões de postos de trabalho no Brasil.

Geração de Empregos Celetistas\* (milhares de postos de trabalho)



**Dados em:** milhares de postos de trabalho regidos pela CLT

\* Não inclui informações declaradas fora do prazo

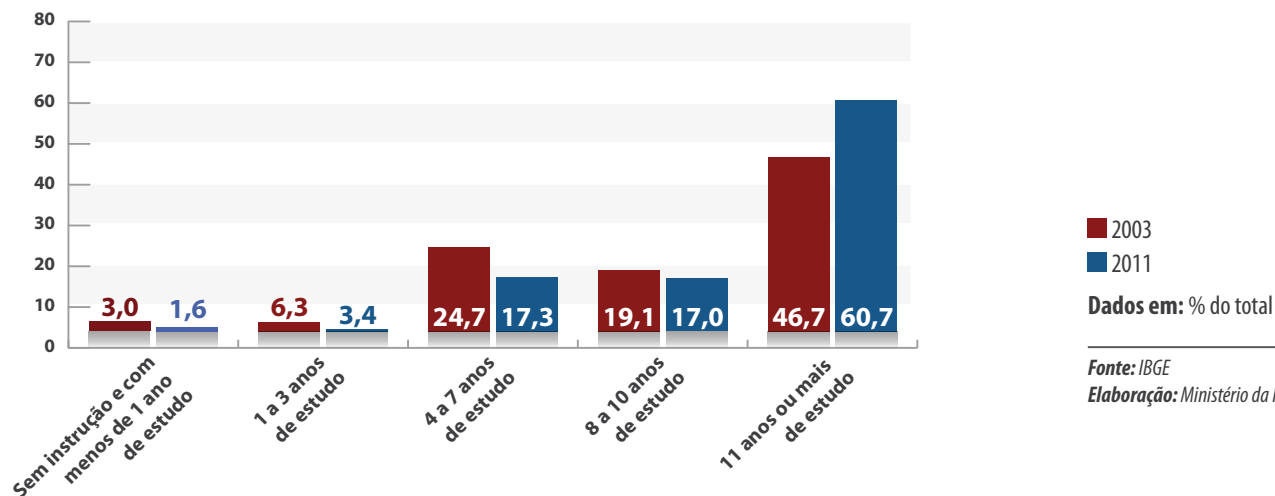
Fonte: TEM

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Crescimento do nível de escolaridade do trabalhador brasileiro

O aumento da escolaridade da população ocupada fornece uma importante explicação para o incremento da produtividade, o que reduz os custos de produção, aumenta os salários e a lucratividade dos negócios. Em 2003, a população ocupada com 11 anos ou mais de estudo representava 46,7% do total. Este percentual saltou para 60,7% em 2011.

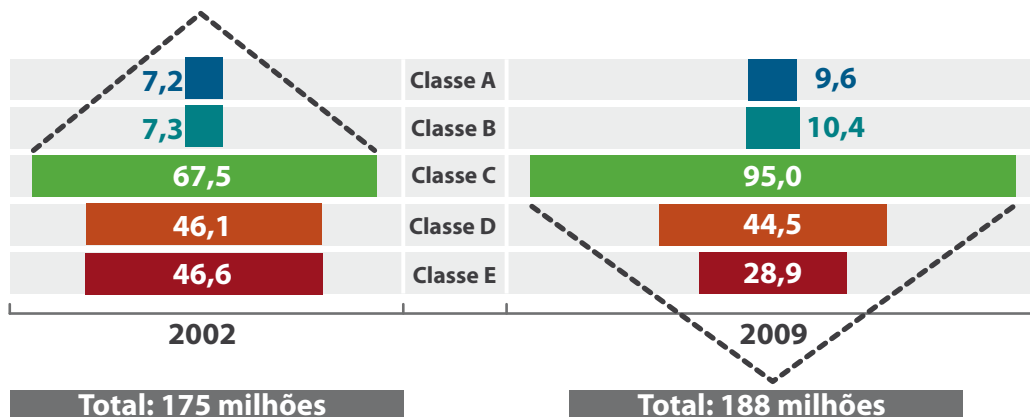
Escolarização da População Ocupada (% do total)



## Um País de classe média

Além de fortalecer o mercado interno e potencializar o crescimento das regiões mais pobres do País, o novo ciclo de desenvolvimento econômico promove a expansão da nova classe média. O crescimento da classe média é resultado da melhoria da renda dos mais pobres desde 2003.

Composição das Classes Sociais Brasileiras (milhões de pessoas)



Dados em: milhões de pessoas

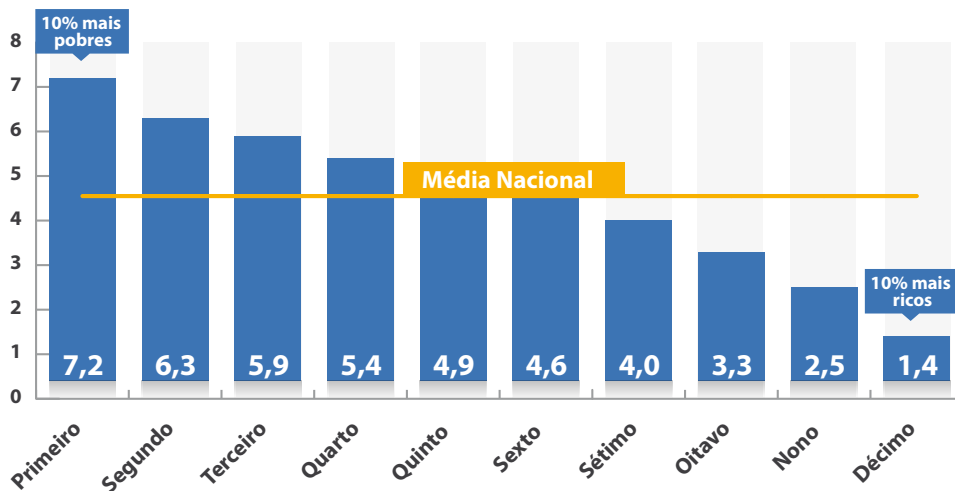
Fonte: FGV

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Crescimento econômico com distribuição de renda

O crescimento econômico registrado nos últimos anos permitiu que todos os extratos da renda familiar *per capita* registrassem crescimento substancial. Destaque para a taxa de crescimento da renda domiciliar *per capita* de 7,2% dos 10% mais pobres.

Taxa de Crescimento Médio da Renda Domiciliar *per Capita* - 2001 a 2009 (%)



**Dados em:** taxa de crescimento médio da renda domiciliar *per capita* por decimos da distribuição nos últimos 8 anos (2001 a 2009)

\* Estimativas produzidas com base na PNAD de 2001 a 2009

Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Economia Brasileira em  
**PERSPECTIVA**



# Inflação

Ministério da  
**Fazenda**

## Meta de inflação é cumprida novamente em 2011

---

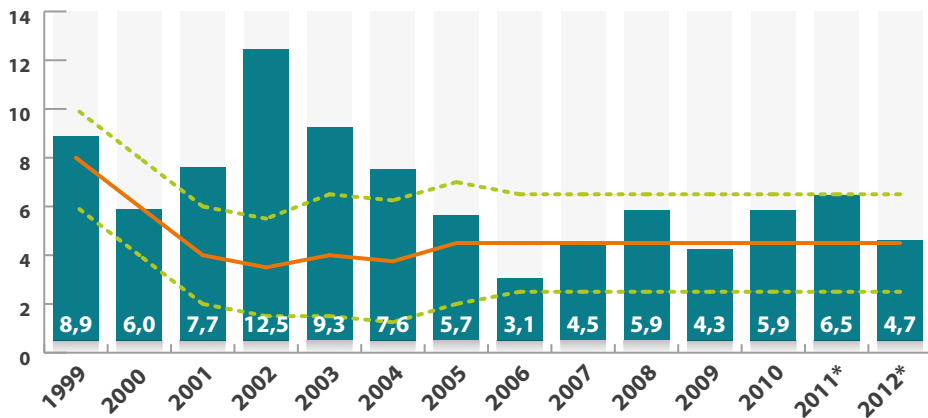
Por sete anos consecutivos, a inflação brasileira, medida pelo IPCA, encerrou o ano dentro das metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. As pressões inflacionárias em 2011 tiveram causas predominantemente externas, sobretudo em decorrência de choques de preços de *commodities*, no fim de 2010 e o início de 2011. Com isso, diversos países que adotam o sistema de metas de inflação registraram variações de preços acima dos limites estabelecidos.

Ciente da pressão de alta de preços, o Governo Federal agiu tempestivamente por meio de alta na taxa de juros, medidas macroprudenciais de contenção do crédito e um decisivo programa de consolidação fiscal. Como consequência, diversos indicadores mostram que os preços estão bem mais comportados desde meados de 2011. A expectativa é que a inflação brasileira ao consumidor prossiga em trajetória de declínio, caminhando em direção ao centro da meta para 2012. ■

## Inflação dentro do intervalo das metas

Depois de um período de alta, as pressões de preços observadas no primeiro semestre de 2011 começaram a se dissipar, com recuo da taxa acumulada em 12 meses a partir de outubro. De acordo com Estimativas do Banco Central do Brasil\*, a variação do IPCA deverá ficar em torno de 4,7% em 2012, indicando a convergência para o centro da meta (4,5%).

Inflação: IPCA (% a.a.)



- Inflação IPCA
- Meta de inflação
- - - Limites superior e inferior

**Dados em:** % anual

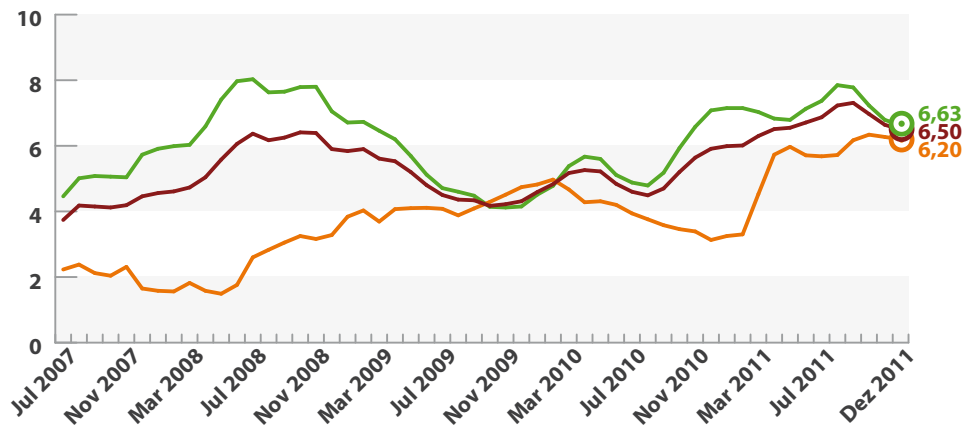
\* Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil (dezembro de 2011)

**Fonte:** IBGE e Banco Central do Brasil  
**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Preços livres e monitorados desaceleraram

A variação dos preços livres (6,63%) começou a cair a partir de agosto, contribuindo para a queda do índice geral (6,50%). A tendência de queda dos preços monitorados observada levemente a partir de outubro deve prosseguir em 2012. Isso porque a concentração de reajustes de tarifas de ônibus urbano no início de 2011 não deve se repetir neste ano.

Inflação IPCA: Índice Cheio, Preços Livres e Preços Monitorados (% a.a., acum. 12 m.)



- Monitorados
- Livres
- IPCA: Índice Cheio

**Dados em:** % anual, acumulado em 12 meses

*Fonte:* Banco Central do Brasil

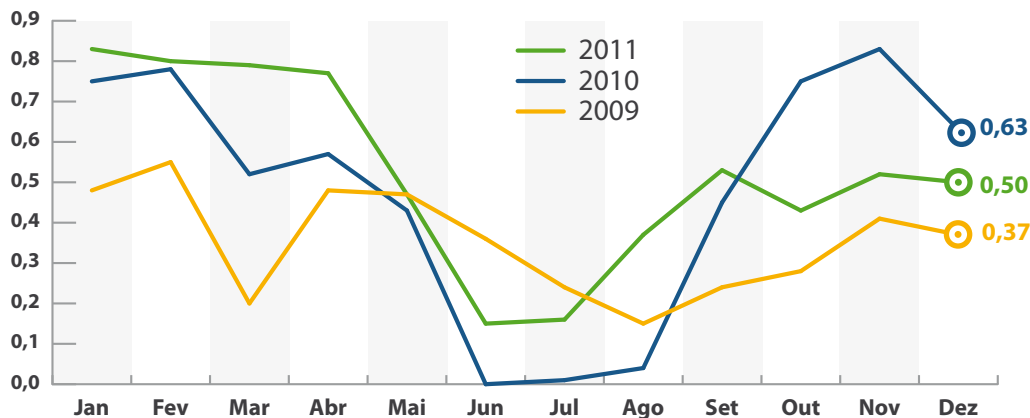
*Elaboração:* Ministério da Fazenda



## IPCA mensal menor desde outubro

A inflação medida pelo IPCA apresentou desaceleração significativa a partir de maio de 2011 em relação aos resultados verificados no início do ano. A elevação do índice mensal no segundo semestre não alcançou os patamares elevados de 2010.

Inflação: IPCA (% a.m.)



— 2011  
— 2010  
— 2009

Dados em: % mensal

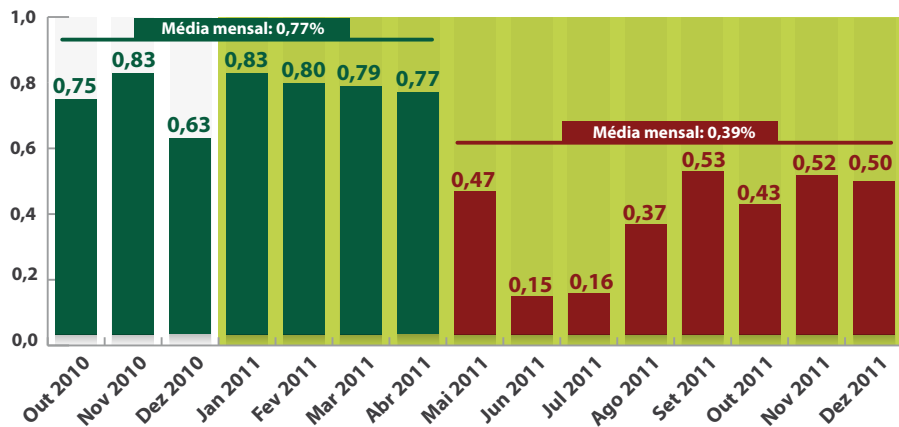
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Patamar inflacionário do IPCA em declínio

O início de 2011 registrou elevado patamar inflacionário, impulsionado pela alta de *commodities*. Esta pressão esvaziou-se durante o ano, com o segundo semestre registrando patamar significativamente mais baixo nos resultados do IPCA.

Inflação: IPCA (% a.m.)



■ IPCA  
 — Média do período

Dados em: % mensal

Fonte: FGV

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Principais fatores de pressão na inflação IPCA em 2011

O grupo “Alimentação e Bebidas” foi a principal fonte de pressão sobre o IPCA em 2011, sobretudo em função de “Alimentação Fora do Domicílio”. Em seguida, o item “Transportes” surge em função do aumento de “Transporte Público” (especialmente “Ônibus Urbano” e “Passagem Aérea”), além de “Combustíveis”. Destacam-se ainda “Despesas Pessoais”, devido a aumentos em “Empregado Doméstico” e “Recreação”, e “Habitação”, pressionada por “Aluguel e Taxas” (em razão de “Aluguel Residencial” e “Água e Esgoto”). Os dez itens de maior contribuição somam 4,28 p.p. dos 6,5% registrados em 2011.

Inflação IPCA: Maiores Contribuições em 2011 (p.p.)



Dados em: pontos percentuais

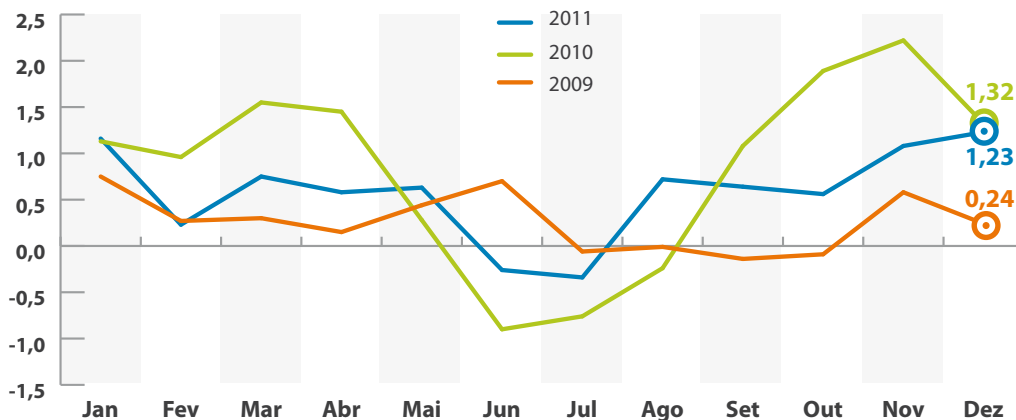
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Inflação de alimentos

A inflação do grupo “Alimentação e Bebidas” fechou 2011 em 7,19%. O último trimestre do ano registrou pressões tanto do componente de “Alimentação Fora do Domicílio” quanto do item “Carnes”. Mesmo assim, as variações mensais nos últimos meses do ano ficaram bem abaixo das verificadas em 2010, o que contribuiu de forma decisiva para a convergência do IPCA para a banda estabelecida pelo CMN.

Inflação IPCA: Preços de Alimentos (% a.m.)



— 2009  
— 2010  
— 2011

Dados em: % mensal

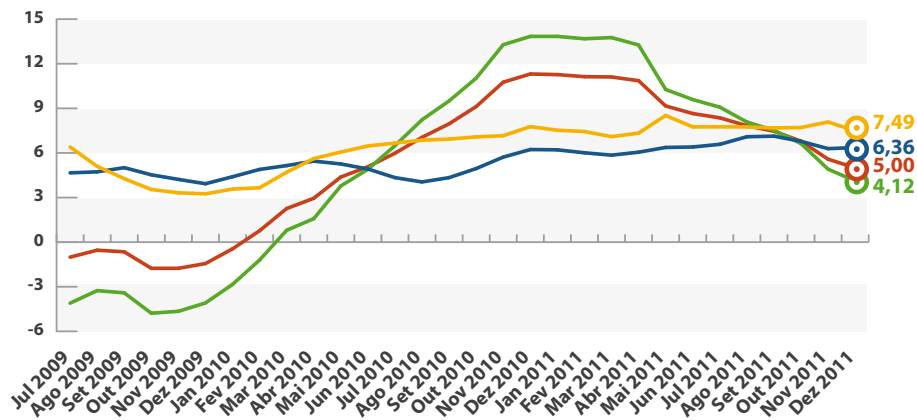
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

## IGP-DI desacelera

O IGP-DI assumiu trajetória de queda ao longo de 2011 e encerrou o ano com inflação de 5,00%. Essa dinâmica deve-se principalmente ao comportamento dos preços ao produtor (IPA), que acumulou variação de 4,12%, e explica-se pelo comportamento do câmbio e dos preços de *commodities* no ano. Por outro lado, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) refletiu o dinamismo do setor e subiu 7,49% no ano, com reflexos principalmente sobre o custo da mão-de-obra. O IGP mais comportado traz boa perspectiva para a inflação do consumidor.

Inflação: IGP-DI e Componentes (% a.a., acum. 12 m.)



- IGP-DI
- IPA-DI
- INCC-DI
- IPC-Br

**Dados em:** % anual, acumulado em 12 meses

\* Posição em dezembro de 2011

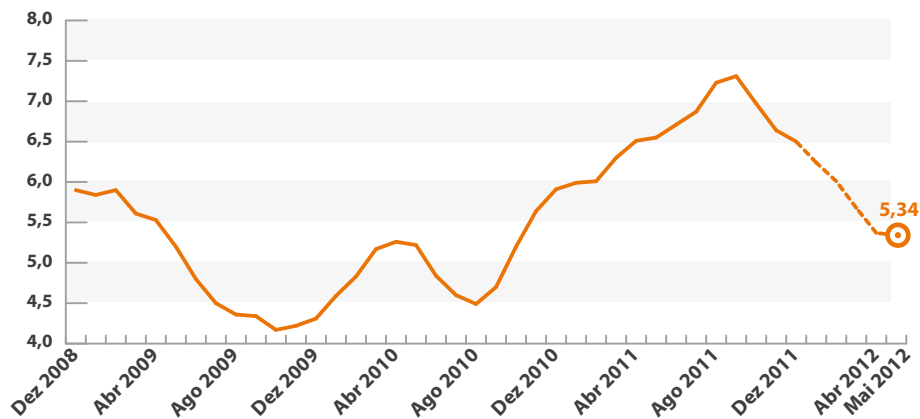
Fonte: FGV

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Expectativa de queda da inflação ao consumidor nos próximos meses

Seguindo a tendência de declínio iniciada em outubro de 2011, as expectativas de mercado para a inflação, de acordo com os dados levantados pela Pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, apontam para uma queda significativa na variação acumulada em 12 meses do IPCA durante a primeira metade de 2012.

Inflação IPCA: Expectativas de Mercado (% acum. 12 m.)



**Dados em:** % anual, acumulado em 12 meses

\* Dados realizados até dezembro de 2011. A partir de então, expectativas para as variações mensais do IPCA coletadas pela Pesquisa Focus do Banco Central do Brasil em 20/1/2012.

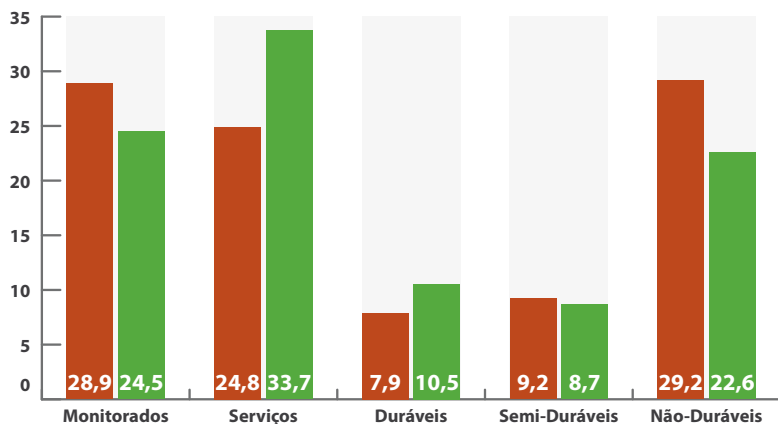
**Fonte:** Banco Central do Brasil

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Serviços ganham peso na nova estrutura de ponderação do IPCA

A partir da nova estrutura do IPCA, os subitens de “Serviços” ganharam peso. A principal razão foi a reclassificação promovida pelo Banco Central do Brasil, seguindo critérios internacionais recomendados pela ONU. Destaca-se a reclassificação de “Alimentação Fora do Domicílio” (antes classificado como “Bens Não-duráveis”, com 7,97 p.p. na ponderação atual) na rubrica “Serviços”, assim como de “Telefone Celular” e “Passagem Aérea” (antes classificados como “Monitorados”, com pesos atuais de 1,52p.p. e 0,57p.p., respectivamente).

Inflação IPCA: Estrutura de Ponderação e Classificações (p.p.)



Anterior  
Atual

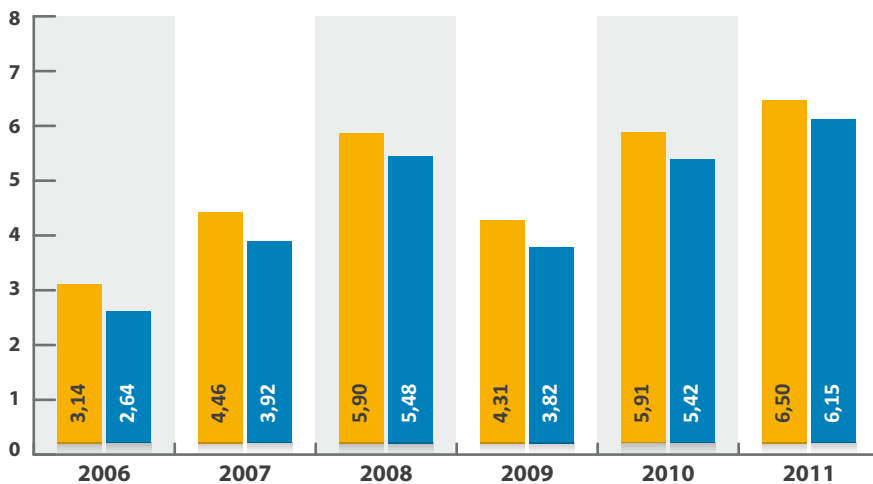
Dados em: pontos percentuais

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil  
Elaboração: Ministério da Fazenda

## Nova ponderação do IPCA traria resultados mais baixos no passado

Simulações considerando a nova estrutura de ponderação do IPCA (POF 2008/09) aplicada às variações de preços coletadas de 2006 a 2011 indicam resultados mais baixos que os oficiais (POF 2002/03) para todos os anos.

Inflação IPCA: Resultados Oficiais e Reponderados (% a.a.)



■ Resultados oficiais

■ Resultados reponderados

**Dados em:** % anual

\* Reponderação considera pesos com base na POF 2008-2009, base de dezembro de 2011. Cálculo em nível de subitem atribui variação zero aos subitens não considerados na ponderação original.

*Fonte:* IBGE e Ministério da Fazenda

*Elaboração:* Ministério da Fazenda



Economia Brasileira em  
**PERSPECTIVA**



# Juros e Crédito

Ministério da  
**Fazenda**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

## Expansão do crédito em linha com o grau de desenvolvimento do País

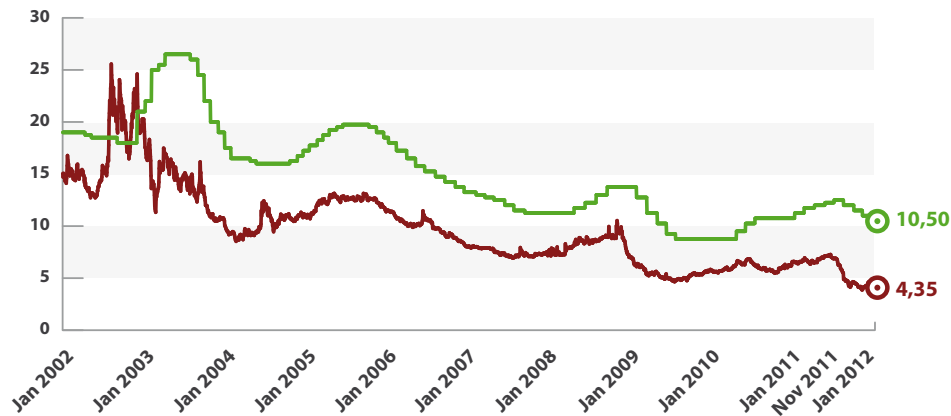
A expansão recente das operações de crédito, reflexo da estabilidade econômica, da evolução positiva do mercado de trabalho e da maior bancarização da população brasileira, tem contribuído de forma significativa para impulsionar a atividade econômica doméstica. Nesse contexto, novas pessoas foram inseridas no mercado de consumo sem que se comprometesse a solvência das instituições financeiras brasileiras. Em dezembro de 2011, o crédito como proporção do PIB atingiu 49,1%, um aumento de 3,9 p.p. em relação a dezembro de 2010.

O saldo do crédito em proporção do PIB em 2011 é condizente com um ambiente de expansão da atividade econômica. O segmento de pessoas jurídicas apresentou crescimento de 17,4% em relação a 2010. Já o segmento de pessoas físicas apresentou uma elevação de 20,8% em relação a 2010. Importante salientar que o ciclo de flexibilização monetária e as medidas creditícias, assim como a redução da exigência de capital para operações de crédito com até 60 meses, adotadas no 2º semestre de 2011, devem impulsionar o crescimento das operações de crédito ao longo de 2012. ■

## Juros reais e nominais no Brasil

Após um ciclo de alta, o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil reduziu a taxa básica de juros (Selic) em 2,0 p.p., para 10,50% a.a., com três reduções de 0,5 p.p. em 2011 e uma redução adicional de 0,5 p.p. em janeiro de 2012. Essa decisão levou em consideração as condições macroeconômicas vigentes e a deterioração do cenário internacional. A taxa de juros real *ex-ante* chegou a 4,35% em janeiro de 2012. Em sua última ata, o Banco Central indicou que a Selic pode cair abaixo de 10%.

Taxa Selic-Meta e Taxa Real de Juros *ex-ante*\* (% a.a.)



— Taxa SELIC

— Taxa real *ex-ante* de juros

**Dados em:** % anual

\* Taxa real deflacionada pela mediana das expectativas de inflação acumuladas para os próximos 12 meses

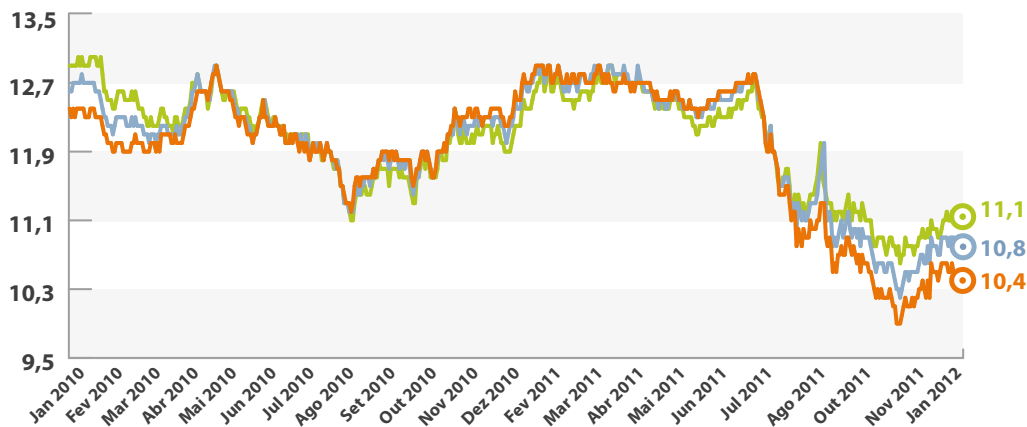
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Comportamento recente das curvas de juros

No segundo semestre de 2011 houve uma queda generalizada das taxas dos contratos DI, após a decisão do Banco Central do Brasil de iniciar o ciclo de redução da taxa básica de juros.

Contratos DI de 1 dia (% a.a.)

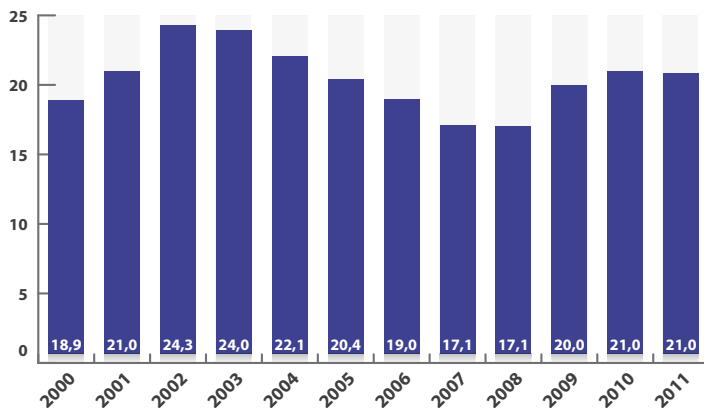


Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: Ministério da Fazenda

## Participação do BNDES no crédito total

No ano de 2011 a participação do BNDES no crédito total atingiu 20,8%, patamar semelhante ao do ano de 2010 (21,0%). Os desembolsos encontram-se em linha com a média histórica (período de 2000 a 2011) de 20,6% do estoque de crédito do País.

Empréstimos do BNDES no Sistema Financeiro Nacional (% do total)



Dados em: % do total

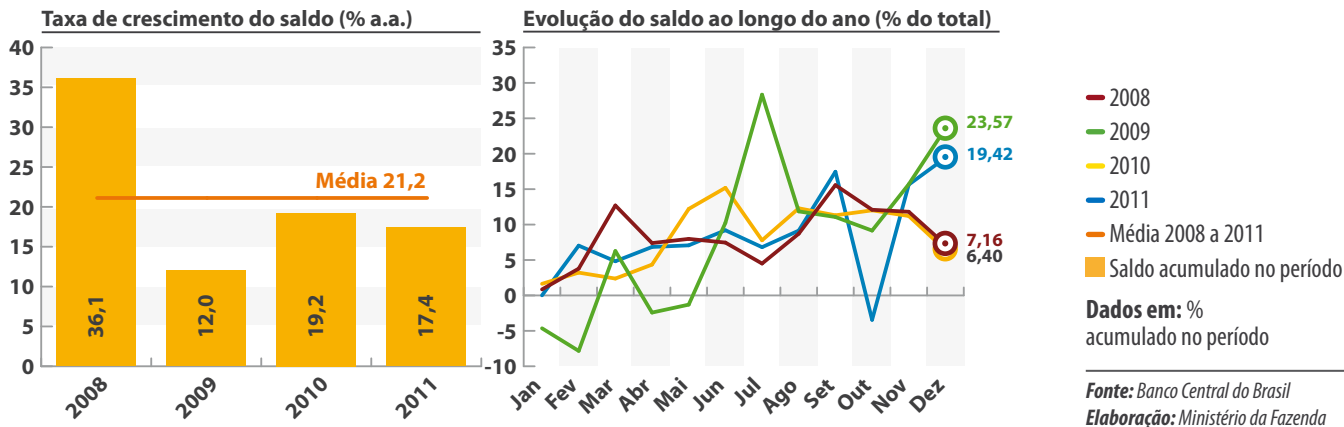
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Evolução do saldo das operações de crédito à Pessoa Jurídica

O crédito destinado às pessoas jurídicas também cresceu em ritmo mais moderado, com elevação de 17,4% em 2011 (ante 19,2% em 2010). Essa desaceleração é condizente com a redução na taxa de crescimento da atividade econômica ocorrida nos últimos 12 meses. Operações como o *hot money* e o desconto de duplicatas chegaram a apresentar queda. Por outro lado, o financiamento associado à aquisição de bens apresentou elevação de 42,5% no ano.

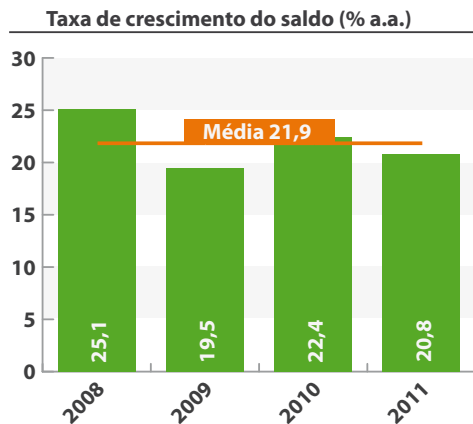
Evolução do Saldo de Crédito à Pessoa Jurídica (% acum. no período)



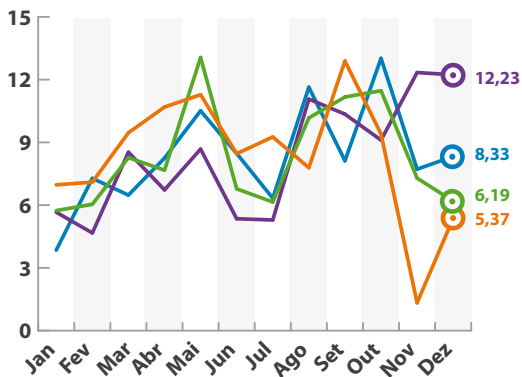
## Evolução do saldo das operações de crédito à Pessoa Física

O saldo das operações de crédito às pessoas físicas aumentou 20,8% no ano de 2011, contra 22,4% em 2010. Este aumento em 2011 é condizente com um ambiente de expansão moderada da atividade econômica. Destaque para as operações de financiamento imobiliário, que apresentaram crescimento expressivo, da ordem de 44,5% no ano.

Evolução do Saldo de Crédito à Pessoa Física (% acum. no período)



**Evolução do saldo ao longo do ano (% do total)**



- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- Média 2008 a 2011
- Saldo acumulado no período

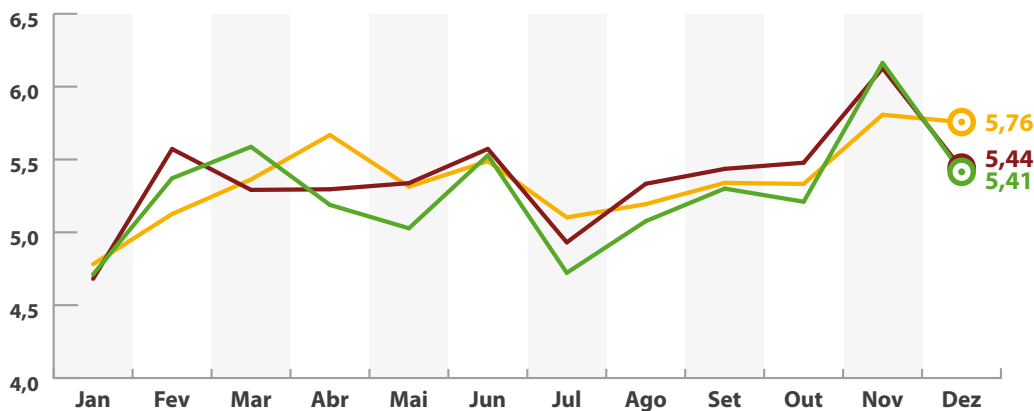
**Dados em:** %  
acumulado no período

**Fonte:** Banco Central do Brasil  
**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Média diária de concessões de crédito à Pessoa Jurídica

As médias diárias de concessões de crédito às pessoas jurídicas, a preços constantes, registradas no ano de 2011 (R\$ 5,76 bilhões) foram similares às concessões do ano de 2010 (R\$ 5,44 bilhões). A pequena elevação é um reflexo da moderação na atividade econômica nos últimos 12 meses.

Média Diária de Concessões de Crédito à Pessoa Jurídica\* (R\$ bilhões, a preços de dezembro de 2011)



— 2009  
— 2010  
— 2011

**Dados em:** R\$ bilhões, a preços de dezembro de 2011 (IPCA)

\* Refere-se a créditos regulamentados pela Circular do Banco Central do Brasil nº 3.445, de 2009

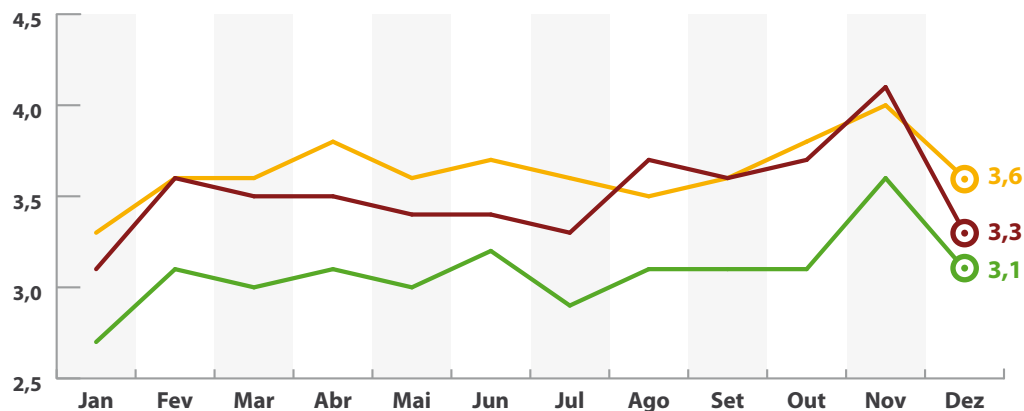
**Fonte:** Banco Central do Brasil  
**Elaboração:** Ministério da Fazenda



## Média diária de concessões de crédito à Pessoa Física

Em 2011, a trajetória da média diária das concessões de crédito às pessoas físicas mostrou relativa estabilidade. A flexibilização monetária e as medidas creditícias adotadas no segundo semestre de 2011 devem exercer um impacto maior no volume das operações de crédito ao longo de 2012.

Média diária de concessões de crédito à Pessoa Física\* (R\$ bilhões, a preços de dezembro de 2011)



— 2009  
— 2010  
— 2011

**Dados em:** R\$ bilhões, a preços de dezembro de 2011 (IPCA)

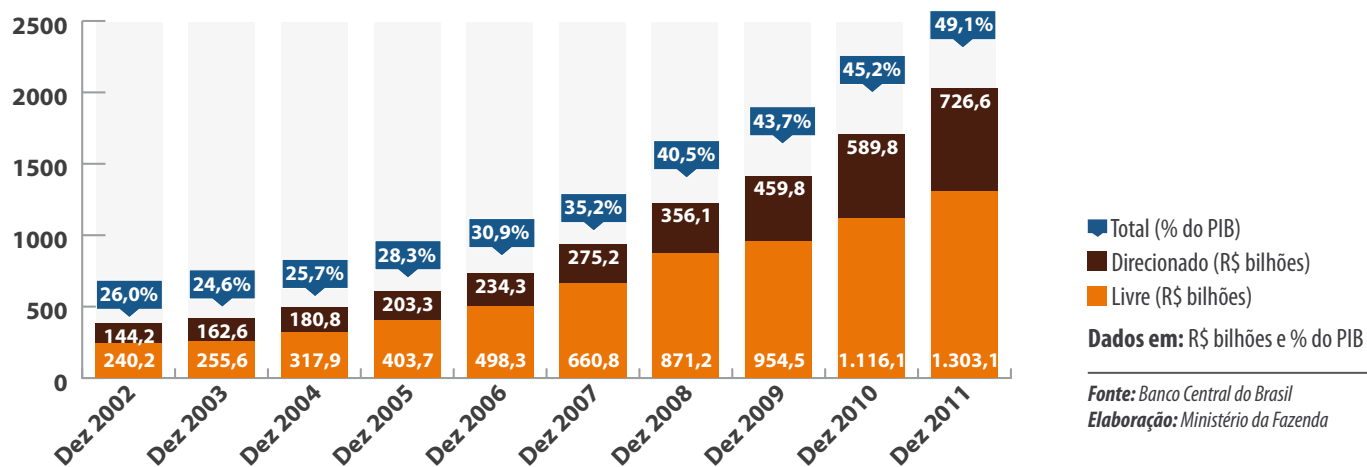
\* Refere-se a créditos regulamentados pela Circular do Banco Central do Brasil nº 3.445, de 2009

**Fonte:** Banco Central do Brasil  
**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Crédito livre cresceu, mas direcionado liderou avanço

O crédito no segmento livre alcançou R\$ 1,3 trilhão em dezembro, com crescimento de 16,7% em 2011. A modalidade de crédito direcionado, por sua vez, apresentou crescimento ainda mais robusto, atingindo um total de R\$ 727 bilhões, elevação de 23,2% em relação ao ano anterior. Os bancos públicos no último trimestre do ano deram apoio maior para a retomada da atividade econômica.

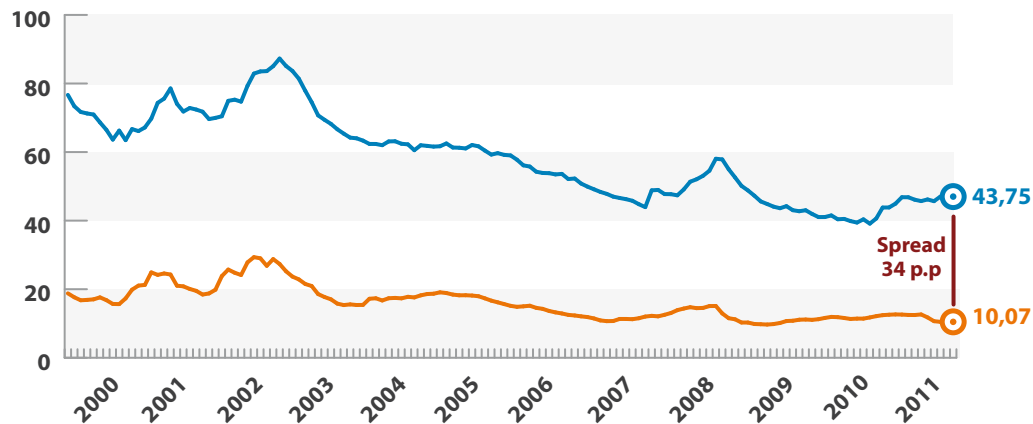
Operações de Crédito com Recursos Livres e Direcionados (R\$ bilhões e % do PIB)



## Spread para Pessoa Física

O *spread* bancário para pessoas físicas, apesar de ainda elevado na comparação com outras economias, permanece em nível historicamente baixo. Nos últimos 6 anos, o *spread* recuou 9 p.p. e atingiu, em dezembro de 2011, o nível de 34 p.p.. A expectativa para 2012 é de continuidade de redução do *spread* para pessoas físicas devido ao ciclo de queda dos juros e flexibilização parcial das medidas macroprudenciais anunciadas em novembro de 2011.

Spread Bancário Pessoa Física (% a.a.)



— Taxa de Operação Ativa  
— Taxa de Operação Passiva

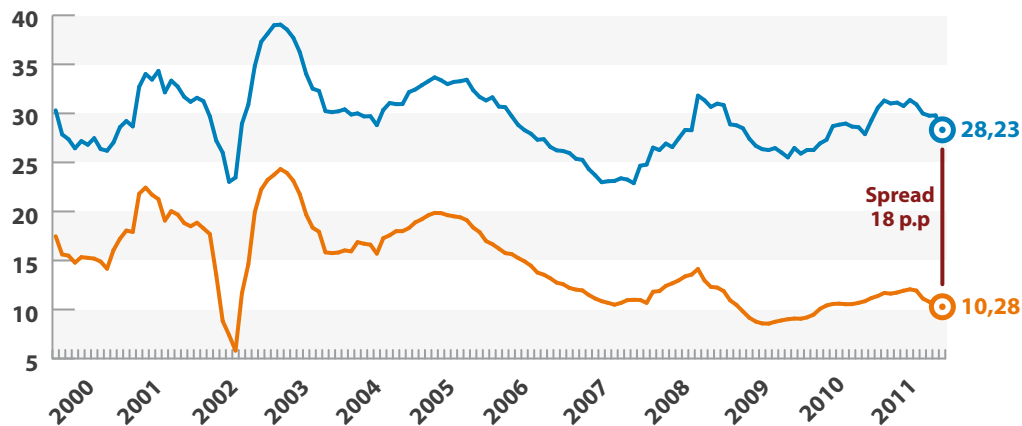
Dados em: % anual

Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: Ministério da Fazenda

## Spread para Pessoa Jurídica ainda é muito alto

O *spread* bancário para o segmento corporativo ainda se encontra em patamar historicamente elevado. Nos últimos 2 anos o *spread* bancário para Pessoa Jurídica apresentou leve recuo. Houve em 2010 uma redução de 0,2 p.p. e em 2011 uma redução de 0,4 p.p.. O *spread* incentiva a realização de captações externas por empresas brasileiras que possuem acesso ao mercado internacional.

Spread Bancário Pessoa Jurídica (% a.a.)



— Taxa de Operação Ativa  
— Taxa de Operação Passiva

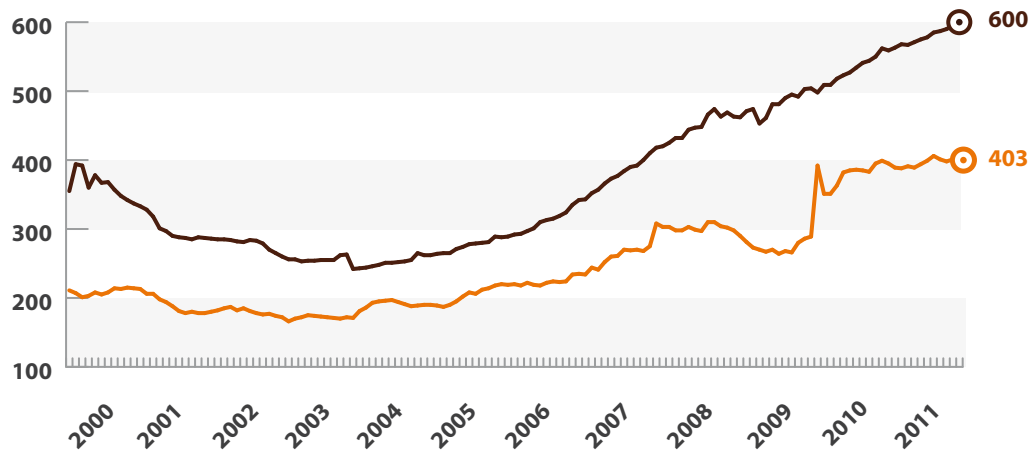
Dados em: % anual

Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: Ministério da Fazenda

## Prazo médio de crédito para Pessoa Física avança

Em 2011, confirmou-se a tendência de crescimento do prazo médio das operações de crédito para pessoa física que aumentou de 559 para 600 dias (+ 41 dias). Nos últimos 6 anos, o prazo médio para pessoa física cresceu 311 dias, reflexo de uma evolução favorável do mercado de trabalho. No entanto, o prazo médio no segmento de pessoa jurídica em 2011 se manteve relativamente estável.

Prazo Médio das Operações de Crédito (número de dias)



— Pessoa Física  
— Pessoa Jurídica

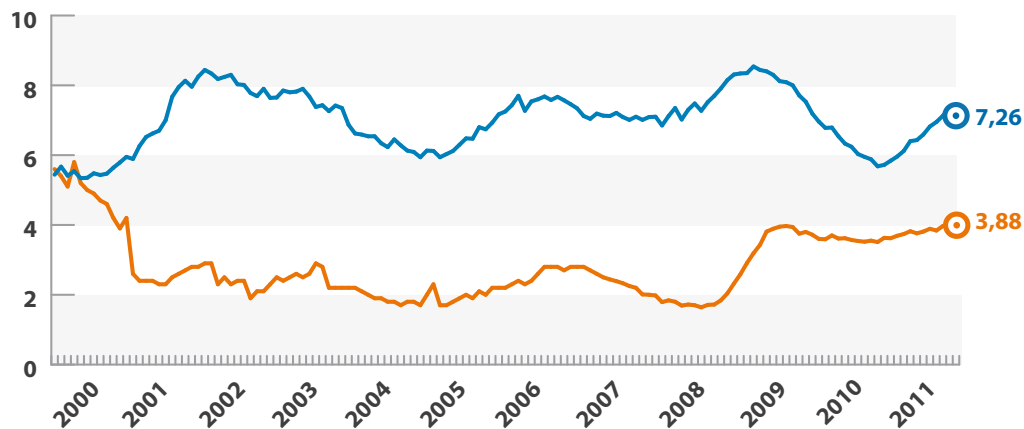
**Dados em:** número de dias

*Fonte:* Banco Central do Brasil  
*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## Taxas de inadimplência dentro dos patamares históricos

A taxa de inadimplência do segmento Pessoa Física encontra-se dentro de sua média histórica, apesar do recente movimento de alta. Já a inadimplência do segmento Pessoa Jurídica encontra-se estacionada próxima a 4% desde meados de 2009.

Taxas de Inadimplência (% do total)



— Pessoa Jurídica  
— Pessoa Física

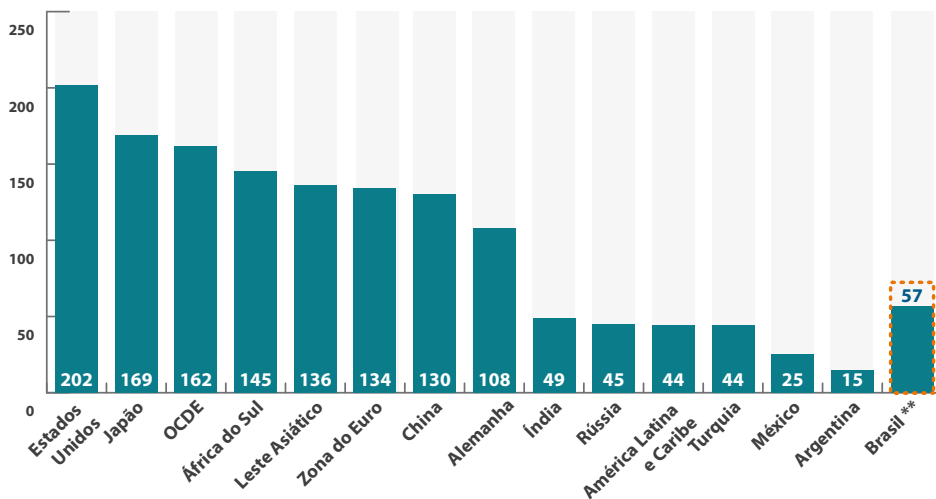
Dados em: % do total

Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: Ministério da Fazenda

## Espaço para o crescimento prudente do crédito

A participação do Sistema Financeiro Nacional no financiamento do setor privado brasileiro tem crescido nos últimos anos, embora continue baixa, quando comparada a outros países. Na China e na África do Sul, essa participação encontra-se acima de 120%. Isso sugere que há espaço para a expansão do saldo de crédito ao setor privado ao longo dos próximos anos, que acontecerá de forma prudente e sem aumento de riscos.

Crédito ao Setor Privado em 2010\* (% do PIB)



**Dados em:** % do PIB

\* Recursos financeiros fornecidos ao setor privado, tais como empréstimos, compras de títulos (exceto ações), créditos comerciais e outros recebíveis

\*\* Os dados divulgados pelo Banco Mundial contemplam categorias de ativos do setor financeiro que não são considerados como crédito ao setor privado pelo Banco Central do Brasil em sua Nota de Imprensa "Política Monetária e Operações de Crédito"

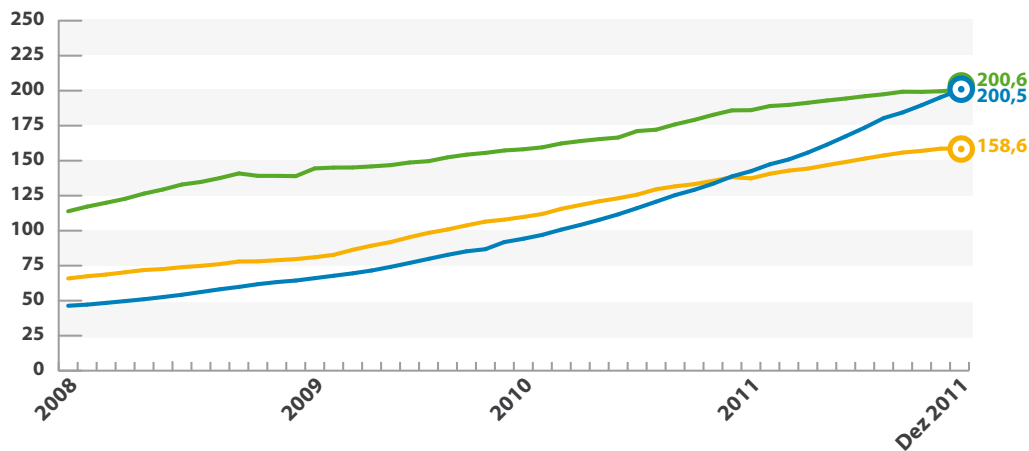
**Fonte:** Banco Mundial e Banco Central do Brasil

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Crédito habitacional se destaca

O crédito habitacional tem apresentado excelente desempenho nos últimos anos, fomentando os investimentos, a expansão e o emprego no setor da construção civil e em outros segmentos da economia. Somente em 2011, o montante alocado para financiamento habitacional cresceu R\$ 58 bilhões, bem superior às demais modalidades.

Operações de Crédito para Pessoa Física (R\$ bilhões)



- Automotivo
- Habitacional
- Consignado

Dados em: R\$ bilhões

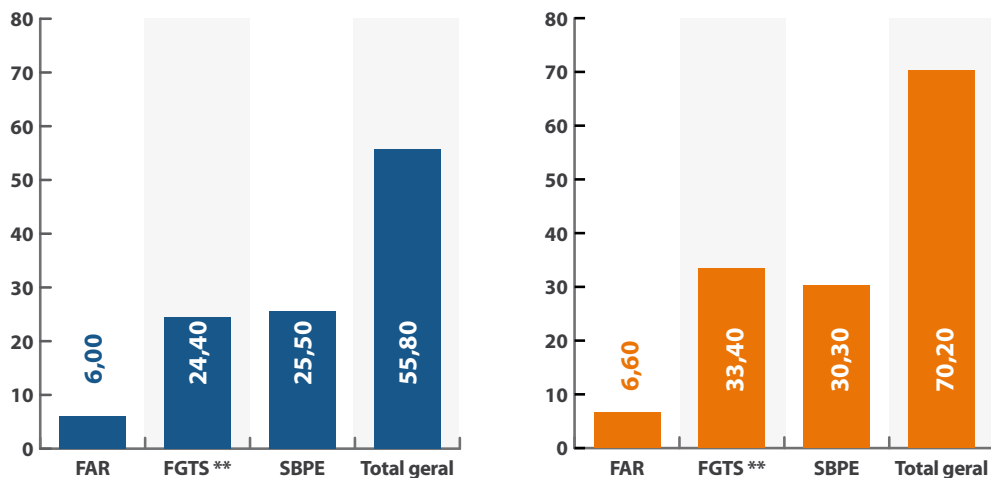
Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: Ministério da Fazenda



## Fundo de Garantia e da Poupança alcançam o crédito habitacional

A ampliação da oferta de novas moradias tem beneficiado milhões de brasileiros ao longo dos últimos anos. As principais fontes de crédito têm sido os recursos do Fundo de Garantia (cujos desembolsos passaram de R\$ 24,4 bi em 2010 para R\$ 33,4 bi) e os recursos da caderneta de poupança, com elevação de desembolso próximo de R\$ 5 bi entre 2010 e 2011.

Crédito Habitacional: Fonte Principal de Recursos (R\$ bilhões)



■ Desembolsos 2010  
■ Desembolsos 2011

**Dados em:** R\$ bilhões

\* SBPE: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo; FAR: Fundo de Arrendamento Residencial; OGU: Orçamento Geral da União

*Fonte:* Caixa Econômica Federal  
*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## Programa de microcrédito beneficia 600 mil brasileiros

O Programa Crescer de microcrédito produtivo orientado foi lançado no fim de agosto de 2011, com intuito de estimular a criação de trabalho e renda entre os microempreendedores. Em apenas 4 meses, foram contratadas mais de 600 mil operações, com valor médio de R\$ 1,2 mil, gerando desembolso total de R\$ 745 milhões.

Programa Crescer: Números Gerais e Regiões Beneficiadas (R\$ milhões)

Realizado em 2011				
Quantidade de Operações		Valor Contratado	Valor Médio Contratado	
606.638		R\$ 745,5 milhões	R\$ 1.229	
Percentual do Valor Contratado por Região				
Nordeste 79%	Sudeste 12%	Sul 6%	Centro-oeste 2%	Norte 1%

**Dados em:** R\$ milhões

**Fonte:** STN/Ministério da Fazenda  
**Elaboração:** Ministério da Fazenda

Economia Brasileira em  
**PERSPECTIVA**



# Política Fiscal

Ministério da  
**Fazenda**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

## Solidez da política fiscal brasileira é destaque no ambiente internacional

Em 2011 a condução da política fiscal no Brasil foi repleta de sucessos. Já no início do ano havia a necessidade de se retirar os estímulos dados durante a crise financeira para moderar o ritmo da economia. A estratégia de incrementar o resultado primário diminuiu a carga sobre a política monetária no combate à inflação e diferenciou o Brasil no cenário internacional. Tudo isso sem comprometer as conquistas sociais obtidas nos últimos anos.

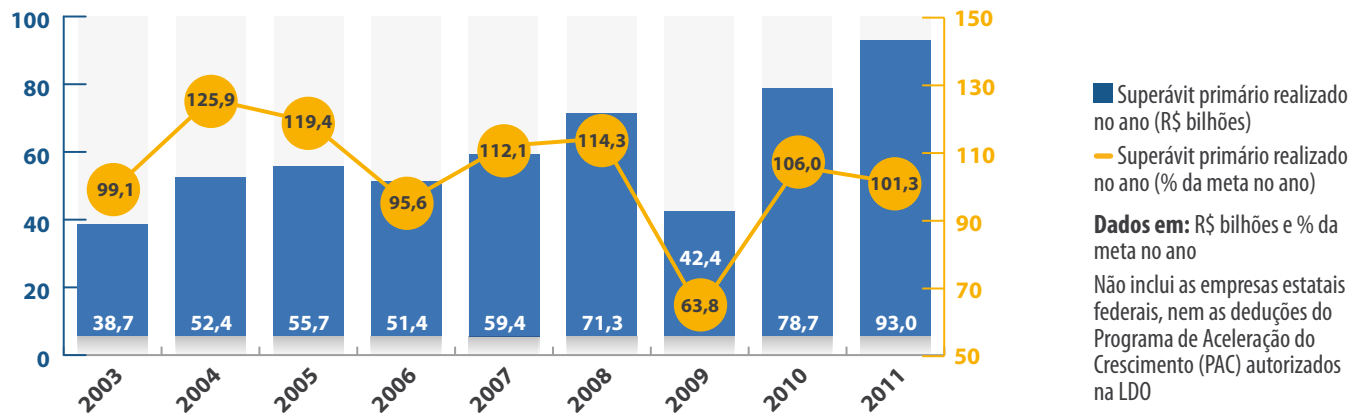
Ao longo de 2011, com o bom desempenho da receita, a redução do déficit da Previdência e a contenção do gasto com pessoal, foi possível acomodar algumas despesas fortemente contingenciadas no início do ano e, principalmente, ampliar a meta de superávit primário para o Governo central, em R\$ 10 bilhões, numa clara demonstração de comprometimento com a solidez fiscal.

Os resultados fiscais se refletiram não só na melhoria da sustentabilidade das contas públicas, mas também no reconhecimento da política econômica pelo mercado, expresso nas taxas mínimas históricas pagas nas emissões externas dos títulos soberanos e no fato de o País ter recebido *upgrade* de todas as principais agências de classificação de risco, quando países avançados estavam sendo rebaixados. ■

## Resultado primário robusto

O cenário para 2011 apresentava vários desafios para a política fiscal e o principal deles era dar robustez ao resultado primário, contribuindo para suavizar o crescimento econômico e reduzir as pressões inflacionárias. Este objetivo foi plenamente alcançado, pois o Governo Central foi capaz de superar a meta de superávit primário (que havia sido ampliada em R\$ 10 bilhões em agosto) em R\$ 1,27 bilhões. Para 2012, o Governo trabalha para cumprir novamente a meta cheia de superávit de R\$ 139,7 bilhões.

Cumprimento da Meta de Resultado Primário do Governo Central (R\$ bilhões e % da meta no ano)



**Dados em:** R\$ bilhões e % da meta no ano

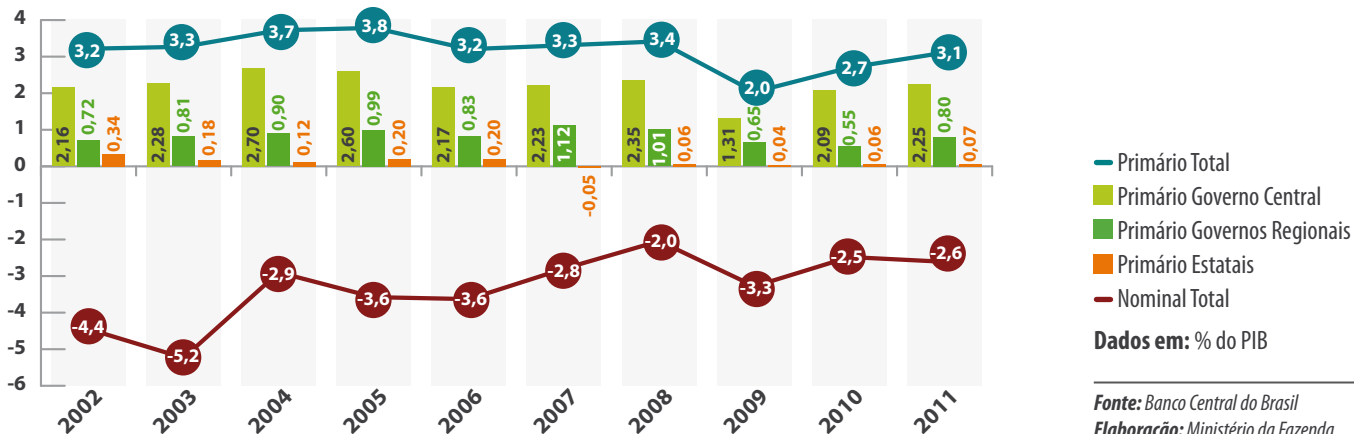
Não inclui as empresas estatais federais, nem as deduções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) autorizados na LDO

*Fonte:* STN/Ministério da Fazenda  
*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## Déficit nominal estável em 2011

O reforço do superávit primário viabilizou a relativa estabilidade do déficit nominal em 2011. Para 2012, esperamos substancial queda no déficit nominal em relação ao PIB.

Resultado fiscal do Setor Público (% do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: Ministério da Fazenda

## Consolidação fiscal

Após o anúncio da consolidação fiscal em fevereiro, o Governo reduziu significativamente algumas despesas de custeio, com destaque para as despesas com diárias, passagens e locomoção. Houve decréscimo real de 2% no conjunto do custeio direto e indireto.

Contração Fiscal de 2011: Componentes dos Gastos (R\$ milhões, a preços constantes)

R\$ Milhões - Preços Constantes (IPCA)	2010	2011	Var. %
<b>Custeio direto*</b>	<b>47.104</b>	<b>46.293</b>	<b>-1,70%</b>
Material de consumo	11.369	11.338	-0,30%
Material de distribuição gratuita	1.478	1.934	30,90%
Premiações cult., art., cient., desp. e outr.	124	79	-36,40%
Passagens e despesas com locomoção	1.062	653	-38,50%
Diárias pessoal	1.377	836	-39,30%
Contratação por tempo determinado	1.216	515	-57,60%
Locação de mão-de-obra e contratos terceiriz.	4.163	4.750	14,10%
Serviços de terceiros - pessoa física	1.827	1.649	-9,70%
Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica (inclui SUP 's)	24.259	24.273	0,10%
Serviços de consultoria	228	265	16,30%
Custeio indireto**	58.488	57.144	-2,30%
Contribuições	55.530	53.459	-3,70%
Despesas de exercícios anteriores	2.957	3.685	24,60%
<b>Total</b>	<b>105.591</b>	<b>103.437</b>	<b>-2,00%</b>

**Dados em:** R\$ milhões a preços constantes (IPCA)

\* Não inclui despesas com sentenças judiciais, depósitos judiciais, indenizações, restituições e outros encargos

\*\* Transferências para Estados, Municípios e instituições privadas

Fonte: SIAFI

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Melhoria do perfil dos gastos públicos

O resultado do Governo Central passa por mudanças consideráveis desde 2002, graças à formalização da economia e ao foco na redução da desigualdades. Como ocorreu até 2011, em 2012 o incremento da receita líquida deverá ser alocado para transferências de renda às famílias e para investimento público.

Resultado do Governo Central: Acima da Linha (% do PIB)

Em % PIB	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Receita Bruta</b>	<b>21,7</b>	<b>21,0</b>	<b>21,6</b>	<b>22,7</b>	<b>22,9</b>	<b>23,3</b>	<b>23,6</b>	<b>22,8</b>	<b>22,4</b>	<b>24,0</b>
Transferências para Estados e Municípios	3,8	3,5	3,5	3,9	3,9	4,0	4,4	3,9	3,7	4,2
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>17,9</b>	<b>17,4</b>	<b>18,1</b>	<b>18,8</b>	<b>19,0</b>	<b>19,3</b>	<b>19,2</b>	<b>18,9</b>	<b>18,7</b>	<b>19,8</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS</b>	<b>15,7</b>	<b>15,1</b>	<b>15,6</b>	<b>16,4</b>	<b>17,0</b>	<b>17,1</b>	<b>16,4</b>	<b>17,7</b>	<b>17,4</b>	<b>17,5</b>
- Pessoal e encargos	4,8	4,5	4,3	4,3	4,5	4,4	4,3	4,7	4,4	4,3
- Transferência de Renda às Famílias*	6,8	7,2	7,6	8,1	8,4	8,5	8,1	8,7	8,5	8,6
- Investimentos	0,8	0,3	0,5	0,5	0,6	0,7	0,9	1,0	1,2	1,0
- Custeio com saúde e educação	1,7	1,6	1,7	1,8	1,7	1,8	1,7	1,9	2,0	2,0
- Demais despesas de custeio	1,6	1,6	1,5	1,8	1,8	1,8	1,4	1,4	1,4	1,5
<b>RESULTADO PRIMÁRIO sem FSB e Cessão Onerosa</b>	<b>2,1</b>	<b>2,3</b>	<b>2,5</b>	<b>2,5</b>	<b>2,1</b>	<b>2,2</b>	<b>2,8</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>2,3</b>
Impacto do FSB e da Cessão Onerosa**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,5	0,0	0,8	0,0
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (acima da linha)</b>	<b>2,1</b>	<b>2,3</b>	<b>2,5</b>	<b>2,5</b>	<b>2,1</b>	<b>2,2</b>	<b>2,4</b>	<b>1,2</b>	<b>2,1</b>	<b>2,3</b>
<b>Receita Líquida menos Transferências de Renda às Famílias</b>	<b>11,1</b>	<b>10,3</b>	<b>10,5</b>	<b>10,8</b>	<b>10,6</b>	<b>10,8</b>	<b>11,1</b>	<b>10,2</b>	<b>10,2</b>	<b>11,1</b>

**Dados em:** % do PIB

\* Compreende benefícios previdenciários, abono, seguro desemprego, benefícios assistenciais (LOAS e RMV) e Bolsa Família

\*\* Compreende a constituição do FSB (2008) e a operação de capitalização da Petrobras (2010)

*Fonte:* STN/Ministério da Fazenda;  
Siga-Brasil/Senado Federal

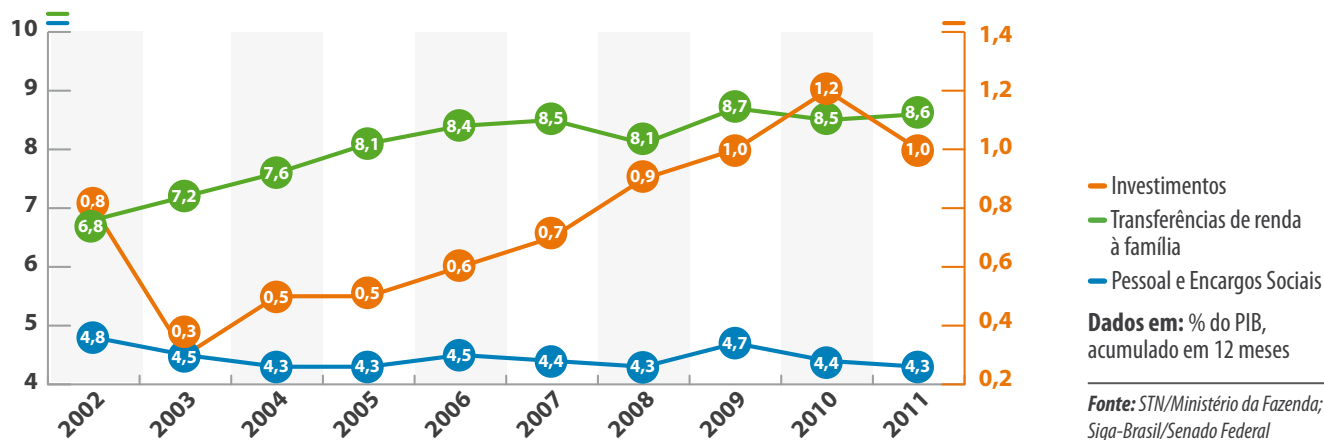
*Elaboração:* Ministério da Fazenda



## Programa de consolidação fiscal

A política de valorização do funcionário público não impediu que as despesas de pessoal fechassem 2011 abaixo da média dos últimos 10 anos, em 4,3% do PIB. Essa contenção foi importante para a consolidação fiscal no ano passado.

Despesas Públicas Seleccionadas (% do PIB, acum. 12 m.)



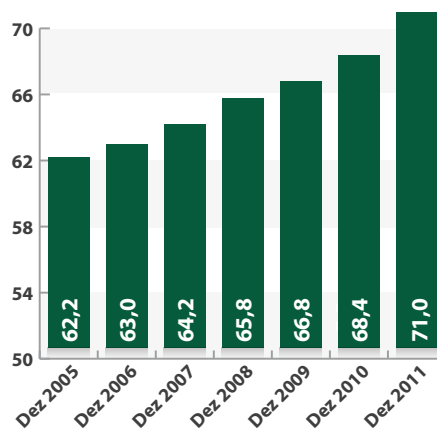
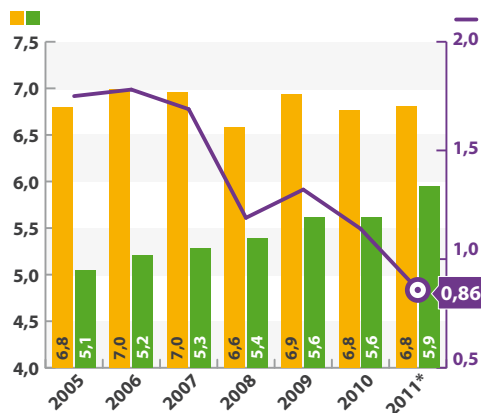
**Dados em:** % do PIB, acumulado em 12 meses

*Fonte:* STN/Ministério da Fazenda;  
Siga-Brasil/Senado Federal  
*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## Criação de emprego melhora contas da previdência social

O déficit decrescente da previdência social foi fundamental para a boa performance fiscal em 2011. O saldo negativo desse grupo atingiu o menor nível dos últimos 10 anos, 0,86% do PIB. Em parte, esse desempenho ocorre devido à concessão mais criteriosa de aposentadorias e de auxílio-doença, mas o aumento da arrecadação e a formalização do mercado de trabalho também foram determinantes. A quantidade de contribuintes da Previdência Social registrou percentual recorde de 71% da população ocupada ao final de 2011.

Previdência Social por Contribuintes da Previdência Social (% do PIB e % da população ocupada)



■ Receitas da Previdência Social  
■ Benefícios Previdenciários  
— Déficit  
■ Contribuintes por População Ocupada

**Dados em:** % do PIB

**Fonte:** STN/Ministério da Fazenda  
**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Consolidação fiscal com transferências de renda

De 2002 a 2011, o gasto primário elevou-se de 15,7% do PIB para 17,5% do PIB. Esse aumento pode ser explicado principalmente pelo comportamento das transferências de renda que se elevaram 1,8 p.p. no período, e deverão se elevar mais em 2012 com o aumento do salário mínimo. O investimento e o custeio em educação também cresceram respectivamente em 0,2p.p. e 0,3p.p. do PIB desde 2002. Já as despesas com pessoal e outras despesas de custeio foram reduzidas em % do PIB.

Composição da Despesa Primária do Governo Central (% do PIB)

Em % do PIB	2002 (% do PIB)	2011 (% do PIB)	Varição 2011 -2002 (p.p. do PIB)	Contribuição para o crescimento (% do Total)
<b>Despesas Primárias</b>	15,7	17,5	1,8	-
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	4,8	4,3	-0,5	-26,4
<b>Transferências de Renda</b>	6,8	8,6	1,8	102,0
Benefícios Previdenciários	6,0	6,8	0,9	47,3
Abono e Seguro Desemprego	0,5	0,8	0,3	18,9
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)*	0,2	0,6	0,4	20,6
Bolsa Família	0,1	0,4	0,3	15,2
<b>Investimentos</b>	0,8	1,0	0,2	10,2
<b>Custeio</b>	3,3	3,5	0,3	14,2
Saúde	1,4	1,4	0,0	0,9
Educação	0,3	0,6	0,3	16,0
Outros	1,6	1,5	0,1	-2,7

**Dados em:** % do PIB

\* LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, RMV - Renda Mensal Vitalícia

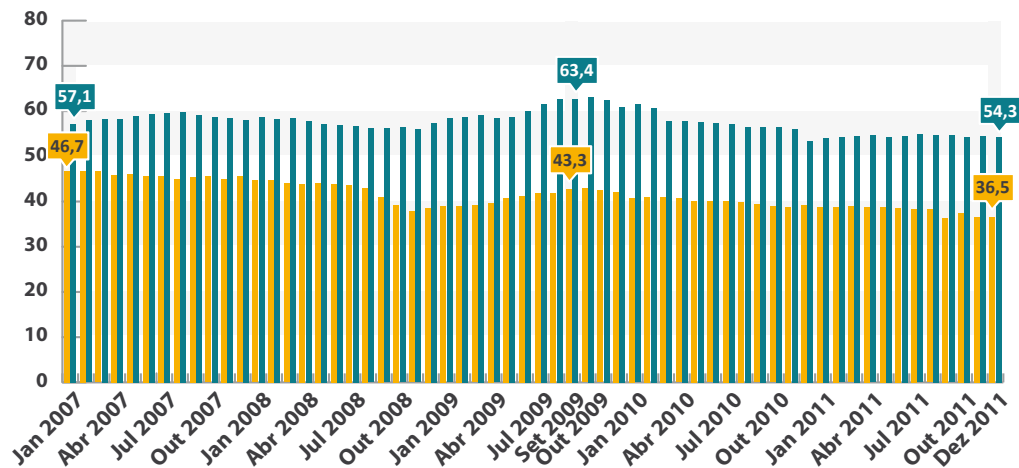
**Fonte:** STN/Ministério da Fazenda;  
Siga-Brasil/Senado Federal

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Dívida Pública cai para os menores patamares da série histórica

Em 2011, a política fiscal no Brasil manteve o endividamento público fortemente declinante como proporção do PIB, com destaque para o período pós-crise. Por exemplo, a Dívida Bruta do Governo Geral caiu de 63,1% do PIB, em outubro de 2009, para 54,3%, em dezembro de 2011. Já a Dívida Líquida do Setor Público reduziu de 42,9% do PIB para 36,5% no mesmo período, o menor valor da série histórica iniciada em 2001.

Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)



- Dívida Bruta do Governo Geral\*
- Dívida Líquida do Setor Público\*\*

**Dados em:** % do PIB

\* Metodologia utilizada a partir de outubro de 2008

\*\* Exclui os ativos e passivos da Petrobras e Eletrobras

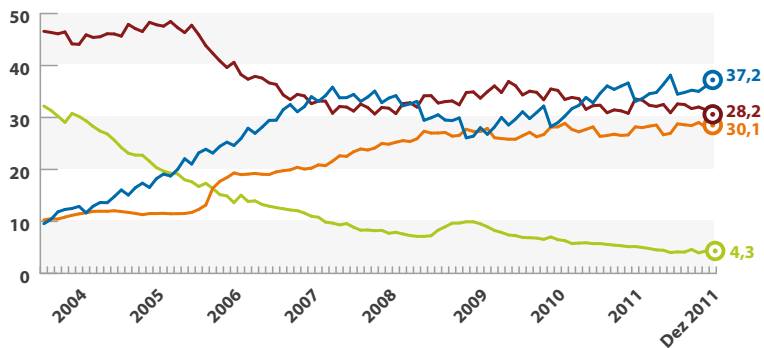
**Fonte:** Banco Central do Brasil

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Melhoria do perfil da Dívida Pública Federal

A Dívida Pública Federal registrou aumento da participação dos títulos prefixados (de 33,1%, em janeiro de 2011, para 37,2%, em dezembro de 2011) e declínio dos títulos indexados à taxa de juros (de 33,5% para 30,1% no mesmo período). Os riscos de refinanciamento e de mercado também estão sendo diminuídos pelo alongamento da maturidade média da dívida e pela redução do percentual vincendo em 12 meses.

Perfil da Dívida Pública Federal (% do total da dívida)



Indicadores	2004	2006	2009	2010	2011
Estoque da DP <sub>F</sub> ** em Mercado (R\$ bilhões)	1.013,9	1.237,0	1.497,4	1.694,0	1.866,4
DPF: Prazo Médio (anos)	2,9	3,0	3,5	3,5	3,6
DPF: Vincendo em 12 meses	39,3%	32,4%	23,6%	23,9%	21,9%

**Dados em:** % do total da dívida

\* Inclui SELIC, TR e outras

\*\* Inclui dívidas interna e externa administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional

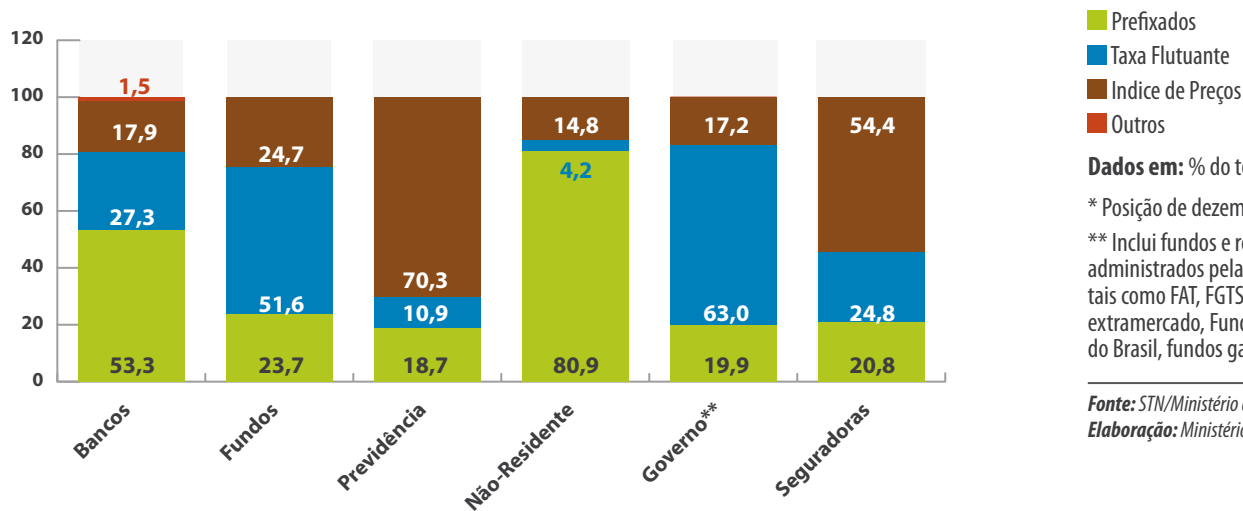
**Fonte:** STN/Ministério da Fazenda

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Base de investidores diversificada ajuda a reduzir riscos

Uma base de investidores diversificada em relação ao horizonte de investimentos, preferência por risco e motivação para comercializar os ativos, é vital para estimular transações, aumentar a liquidez dos títulos públicos e obter financiamentos em vários cenários econômicos. Os dados mostram que os investidores não-residentes demandam muito mais títulos prefixados, ao passo que os fundos de pensão, por exemplo, preferem papéis indexados a índices de preços.

Detentores da Dívida Pública Federal\* (% do total, por título)



**Dados em:** % do total

\* Posição de dezembro de 2011

\*\* Inclui fundos e recursos administrados pela União tais como FAT, FGTS, fundos extramercado, Fundo Soberano do Brasil, fundos garantidores

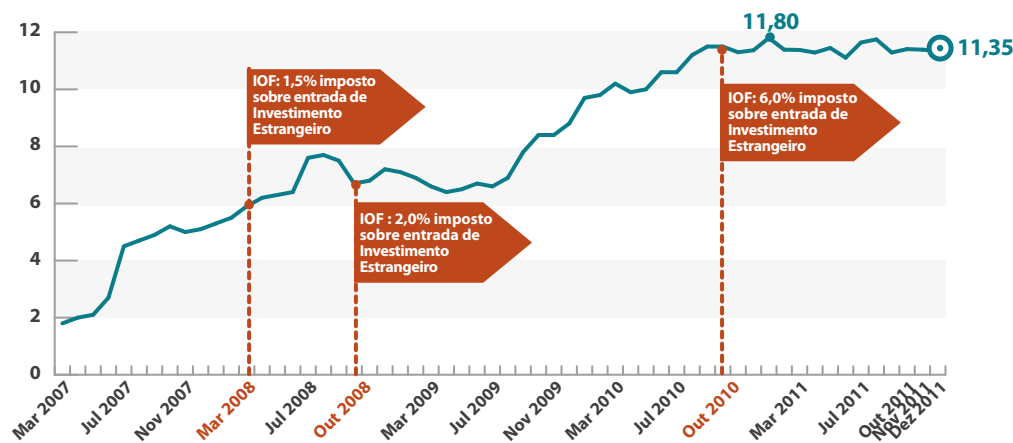
**Fonte:** STN/Ministério da Fazenda

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Investidores não-residentes na dívida pública brasileira

Em 2011, os títulos públicos da dívida doméstica brasileira continuaram atrativos para os investidores estrangeiros, mesmo com o aumento da aversão ao risco causado pelo agravamento da crise financeira internacional. O típico investidor não-residente demanda mais títulos prefixados e com maior maturação, o que contribui para a melhora do perfil da Dívida Pública. A introdução do IOF de 6% sobre o capital externo reforçou o perfil de mais longo prazo dos investidores estrangeiros.

Participação de Não-Residentes na Dívida Pública Federal (% do total da DPMFi\*)



**Dados em:** % do total da DPMFi\*

\* Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

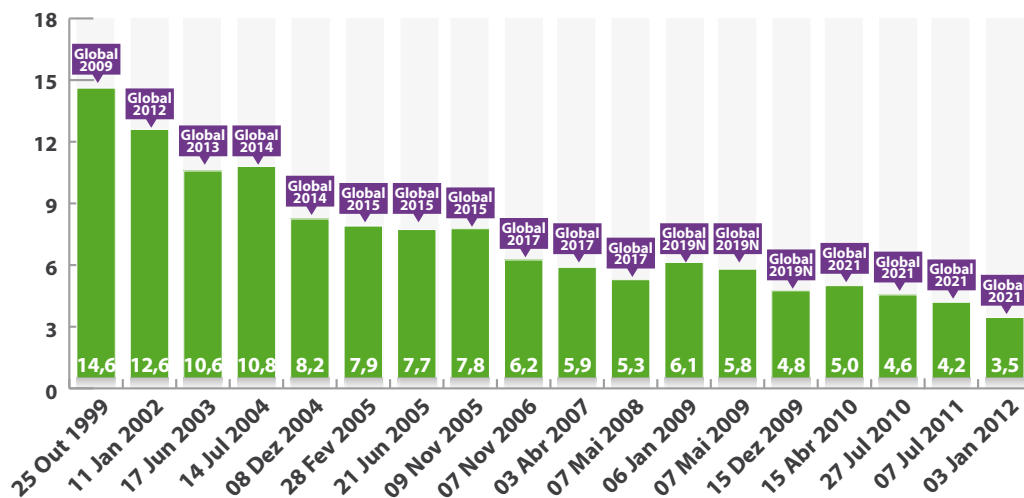
Fonte: STN/Ministério da Fazenda

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Sucesso na emissão dos títulos brasileiros com prazo de 10 anos

O Tesouro Nacional reemitiu, em 3 de janeiro de 2011, seu título de referência de 10 anos: o bônus Global 2021, no valor de US\$ 825 milhões. O bônus foi vendido ao preço de 110,997% do seu valor de face, resultando em taxa de retorno para o investidor de 3,449% a.a., a menor taxa dentre as emissões de bônus da dívida externa já realizadas pelo País.

Taxa de Emissão dos Títulos Brasileiros com Prazo de 10 anos (% a.a.)



■ Data da Emissão  
ou Reabertura

Dados em: % anual

Fonte: STN/Ministério da Fazenda  
Elaboração: Ministério da Fazenda



## Agências classificadoras melhoram avaliação de risco do País

O grau de investimento brasileiro é o resultado de fundamentos macroeconômicos sólidos, que incluem melhorias no perfil da dívida pública federal, manutenção de uma política fiscal responsável e credibilidade da política monetária crível. Essa política, mantida em contexto de alta volatilidade, garantiu *upgrades* por todas as principais agências de classificação de risco.

Classificação de Risco Soberano Brasileiro (*rating*)

Fitch Ratings	Standard & Poor's	Moody's	Significado na escala
AAA	AAA	Aaa	↑ Grau de investimento com qualidade alta e baixo risco
AA+	AA+	Aa1	
AA	AA	Aa2	
AA-	AA-	Aa3	
A+	A+	A1	↑ Grau de investimento com qualidade média
A	A	A2	
A-	A-	A3	
BBB+	BBB+	Baa1	↑ Grau de investimento com qualidade média
<b>BBB</b> 2011	<b>BBB</b> 2011	<b>Baa2</b> 2011	
BBB-	BBB-	Baa3	
BB+	BB+	Ba1	↓ Categoria de especulação e baixa classificação
BB	BB	Ba2	
BB-	BB-	Ba3	
B+	B+	B1	
B	B	B2	
B-	B-	B3	
CCC	CCC	Caa1	↓ Risco alto de inadimplência e baixo interesse
CC	CC	Caa2	
C	C	Caa3	
D	D	Ca	
		C	

Dados em: classificação de risco

Fonte: Agência de classificação de risco

Elaboração: Ministério da Fazenda



Economia Brasileira em  
**PERSPECTIVA**



# Setor Externo

Ministério da  
**Fazenda**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

## Balança comercial e investimento estrangeiro com resultados ainda melhores

---

Os resultados do setor externo brasileiro em 2011 evidenciaram bom direcionamento das medidas de política cambial e também a boa percepção dos investidores estrangeiros quanto à solidez macroeconômica do País e à capacidade de gerenciar e absorver choques externos.

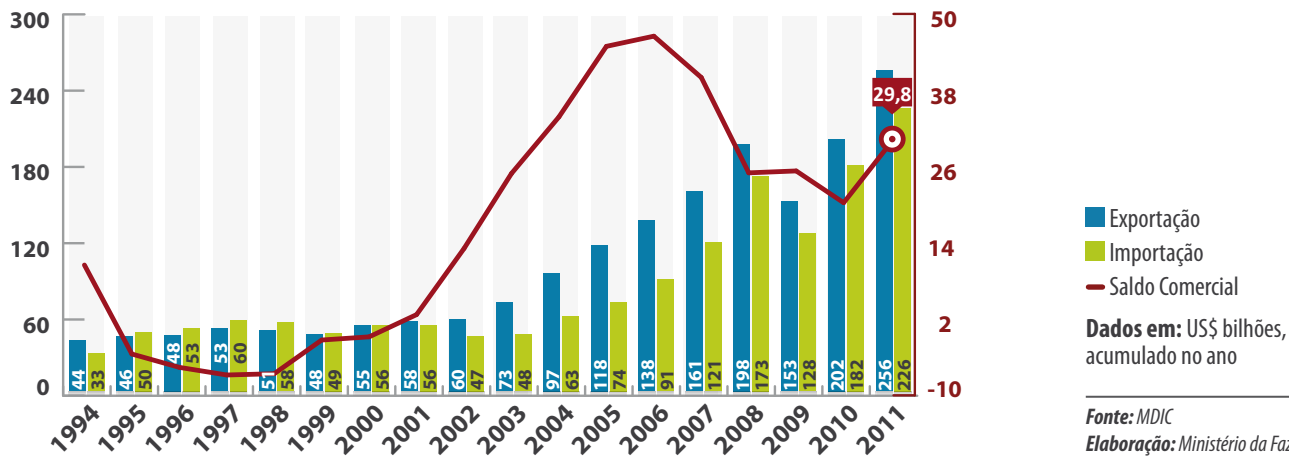
O saldo comercial fechou o ano em US\$ 29,8 bilhões, praticamente US\$ 10 bilhões a mais que o saldo de 2010. Esse resultado robusto compensou o aumento das despesas líquidas com serviços e remessas de lucros, gerando uma queda do déficit em transações correntes em 2011, 2,12% do PIB, ante 2,21% do PIB em 2010.

Apostando em um mercado doméstico dinâmico e sustentável, os investidores aportaram recorde de investimentos no País em 2011. O Investimento Estrangeiro Direto atingiu US\$ 66,7 bilhões, mais que suficiente para financiar o déficit em conta corrente (US\$ 52,6 bilhões). ■

## Recorde de exportações

A balança comercial brasileira em 2011 registrou o maior valor já exportado pelo Brasil: US\$ 256 bilhões, aumento de 26,8% em relação a 2010. As importações somaram US\$ 226 bilhões e a corrente de comércio ficou em US\$ 482 bilhões. Em relação ao saldo comercial, o País obteve superávit de US\$ 29,8 bilhões, aumento de 46,9% em relação ao ano anterior. O incremento das exportações está relacionado à contínua diversificação de mercados compradores e à elevação dos preços das *commodities*.

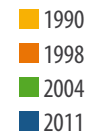
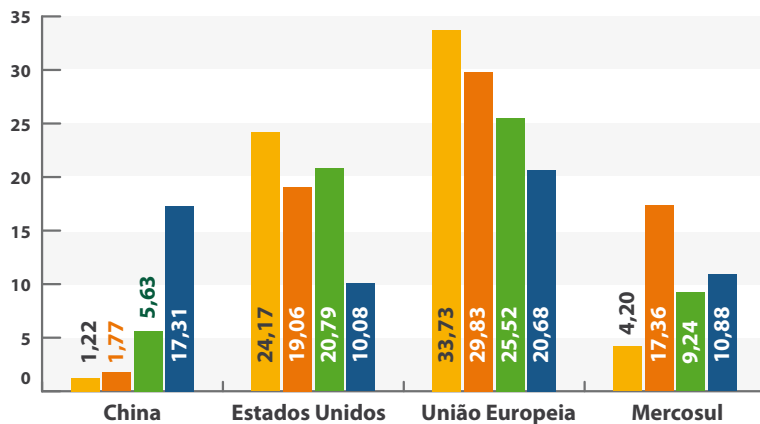
Balança Comercial (US\$ bilhões, acum. ano)



## Maior diversificação das exportações

A diversificação de mercados compradores tem sido crucial para o aumento das exportações do Brasil. A participação percentual das exportações feitas para a China e para o Mercosul têm crescido em importância nos últimos anos. Nos últimos vinte anos, a participação chinesa passou de 1,22% do total para 17,31%, ao passo que parceiros do Mercosul passaram de 4,20% para 10,88%.

Participação Percentual dos Maiores Parceiros Comerciais (% do total exportado)



Dados em: % do total exportado

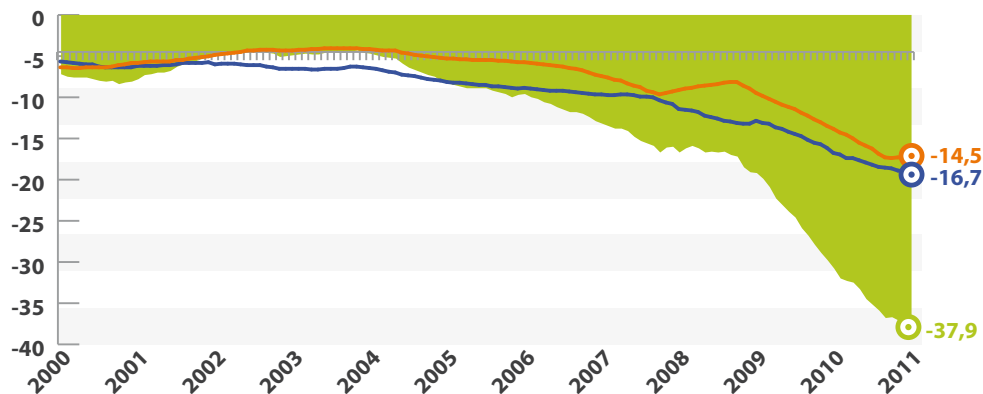
Fonte: MDIC

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Serviços pressionaram o déficit em transações correntes

As importações líquidas de serviços chegaram a US\$38 bilhões em 2011, o maior resultado da série. Esse fenômeno é compatível com a rota de crescimento trilhada pelo País nos últimos anos. Aluguel de equipamentos e viagens internacionais pressionaram as despesas líquidas devido ao aumento dos investimentos e da renda do País.

Balança Comercial de Serviços (US\$ bilhões, acum. 12 m.)



- Serviços
- Aluguel de equipamentos
- Viagens internacionais

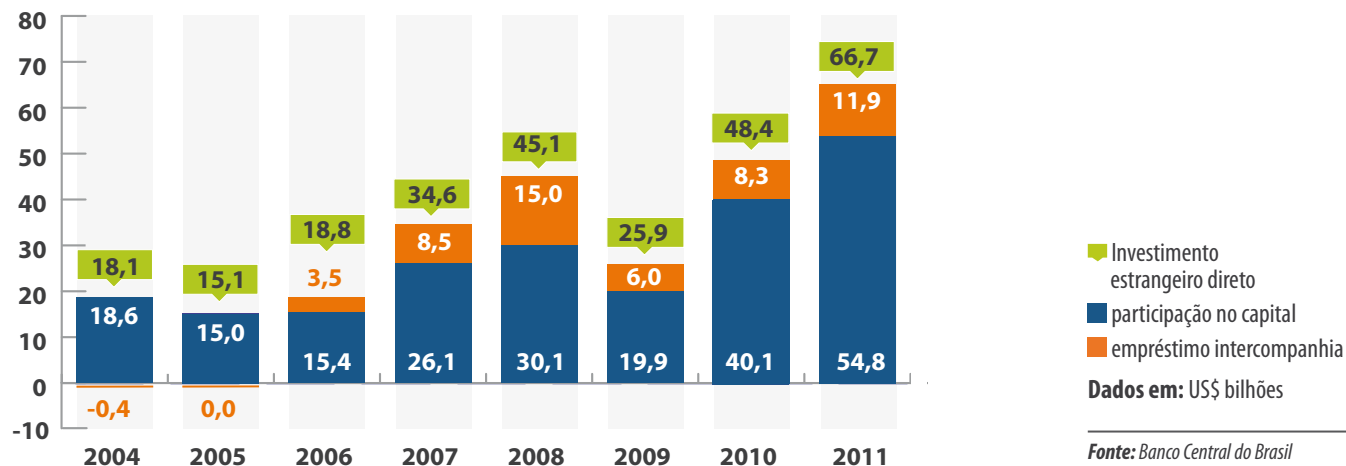
**Dados em:** US\$ bilhões, acumulado em 12 meses

**Fonte:** Banco Central do Brasil  
**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Fluxos recordes de Investimento Direto Estrangeiro

O aumento no investimento estrangeiro direto em 2011 decorreu, principalmente, do grande aumento nas operações de participação no capital. Isso mostra que as medidas do Governo foram eficazes em melhorar o perfil do capital estrangeiro no País, ao ampliar o IED e também alongar o prazo das captações de empréstimos e títulos no mercado externo.

Composição do Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)



- Investimento estrangeiro direto
- participação no capital
- empréstimo intercompanhia

Dados em: US\$ bilhões

Fonte: Banco Central do Brasil

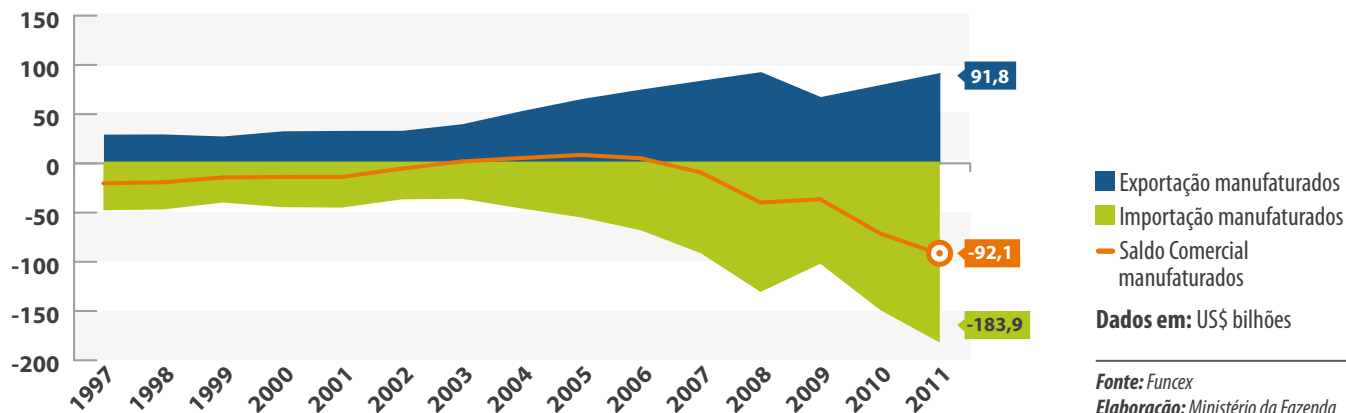
Elaboração: Ministério da Fazenda



## Crise externa e guerra cambial prejudicam os manufaturados

Condutas anticompetitivas e políticas monetárias que subvalorizaram moedas para aumentar os ganhos com as exportações influenciaram a deterioração da balança comercial de produtos manufaturados. De 2005 a 2011, o Brasil passou de um saldo no setor manufatureiro de US\$ 8,5 bilhões para um déficit de US\$ 92 bilhões. Com o intuito de reverter esse cenário, o Governo brasileiro busca adotar medidas, a exemplo do Plano Brasil Maior, que visem abrandar esses efeitos e promover o emprego, a produção e a inovação tecnológica local.

Balança Comercial de Manufaturados (US\$ bilhões)



Dados em: US\$ bilhões

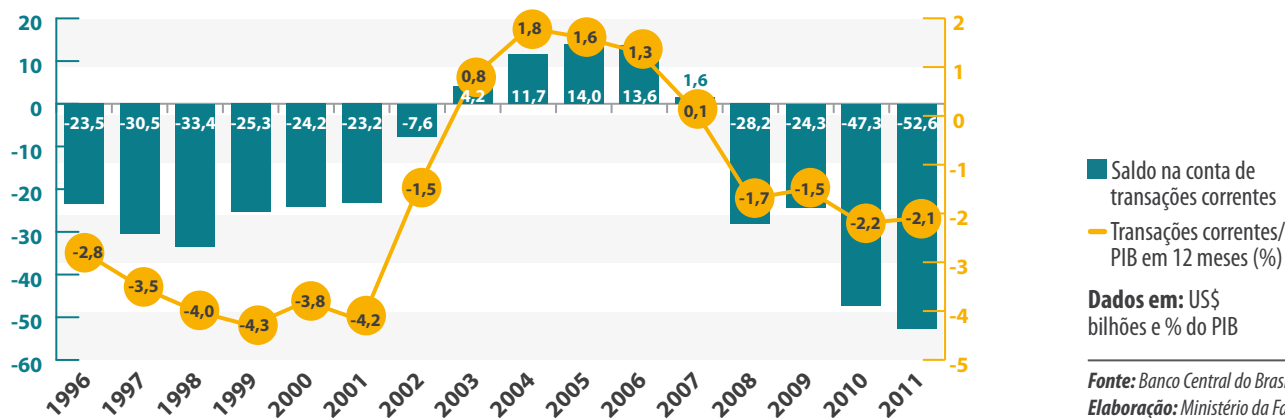
Fonte: Funcex

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Déficit em Transações Correntes estável como proporção do PIB

O déficit em transações correntes como % do PIB de 2011 manteve o mesmo patamar de 2010. O desempenho do comércio de bens compensou parcialmente os déficits das contas serviços e rendas. Destaque para a ampliação das transferências de renda, especialmente para as remessas de lucros e dividendos, reflexo da participação crescente e preponderante do investimento direto (IED) entre as opções de investimentos estrangeiros.

Saldo em Conta Corrente (US\$ bilhões e % do PIB)



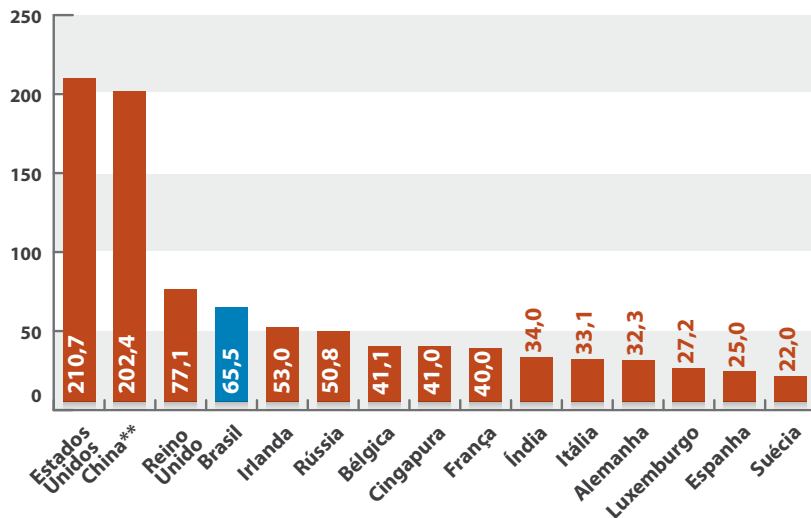
**Dados em:** US\$  
bilhões e % do PIB

*Fonte:* Banco Central do Brasil  
*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## Brasil atrai muito IED

Dados consolidados pela Unctad\* mostram que o Brasil figura entre as economias que mais receberam investimentos diretos em 2011. O Brasil ocupa o 4º lugar, atrás apenas de EUA, China e Reino Unido.

Investimento Estrangeiro Direto em 2011: Países Seleccionados (US\$ bilhões)



**Dados em:** US\$ bilhões

\* Global Investments Trend Monitor, Janeiro de 2012 \*\* Inclui Hong Kong

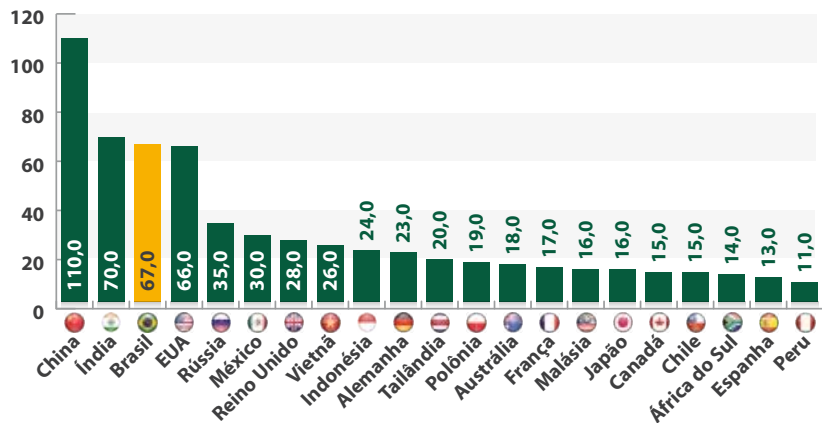
**Fonte:** Unctad

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## E deve continuar atraindo fluxos elevados de IED

Pesquisa da Unctad\* mostra que, pela primeira vez, as quatro principais economias emergentes estão entre as cinco mais citadas como destinos atrativos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) pelas principais empresas transnacionais, no período de 2010 a 2012. O Brasil ocupa atualmente o terceiro lugar no *ranking*, atrás apenas de China e Índia.

Principais Destinos de IED: 2010 a 2012 (número de citações)



**Dados em:** número de citações

\* World Investment Prospects Survey, 2010-2012

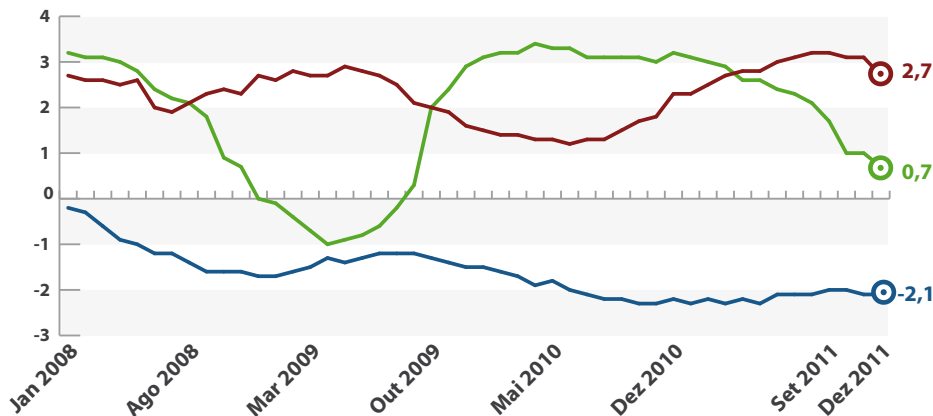
**Fonte:** Unctad

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Investimento direto e em carteira com dinâmicas diferentes

Em 2011, o perfil dos investimentos estrangeiros no Brasil sofreu alteração: os investimentos em carteira diminuíram substantivamente, atingindo 0,7% do PIB no final de 2011, e os investimentos estrangeiros diretos cresceram, chegando a 3,2% do PIB em outubro, encerrando o ano em 2,7%. Esse montante serve como contrapartida ao déficit de 2,1% do PIB em transações correntes.

Investimento Estrangeiro Direto e em Carteira e Transações Correntes (% do PIB)



- Investimento Estrangeiro Direto
- Investimento em Carteira
- Transações Correntes

**Dados em:** % do PIB

\* Posição em dezembro de 2011

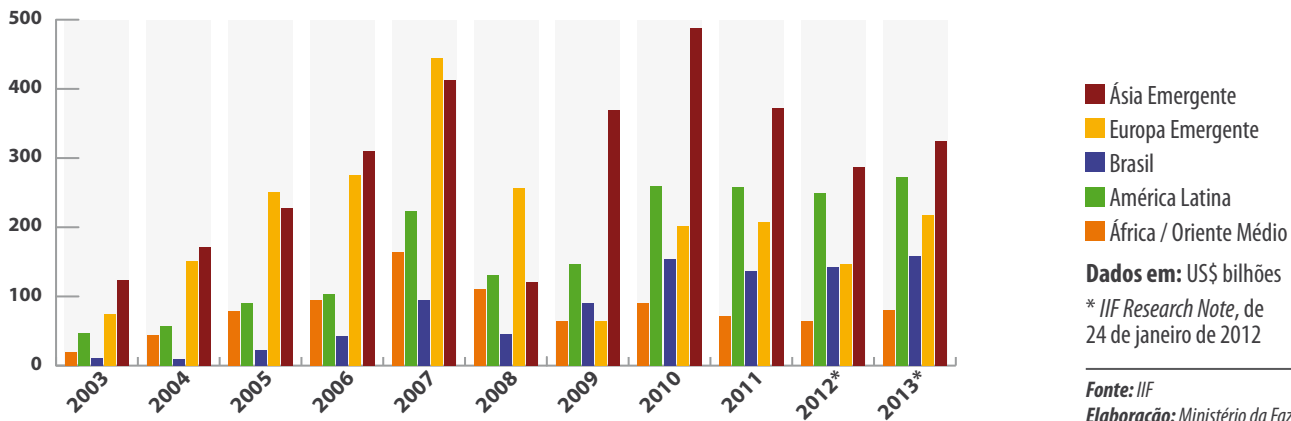
*Fonte:* Banco Central do Brasil

*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## Brasil recebe mais capital, enquanto demais emergentes perdem

Segundo Estimativas do Instituto de Finanças Internacionais (IIF)\*, o fluxo de capitais privados para os emergentes deverá cair, de US\$910 bilhões, em 2011, para US\$ 746 bilhões, em 2012. No entanto, para o Brasil, o volume de capitais privados deve passar de US\$ 137 bilhões, em 2011, para US\$ 142 bilhões em 2012, mantendo a tendência de alta desde 2009.

Fluxos de Capitais Privados para Países Emergentes (US\$ bilhões)



**Dados em:** US\$ bilhões

\* IIF Research Note, de 24 de janeiro de 2012

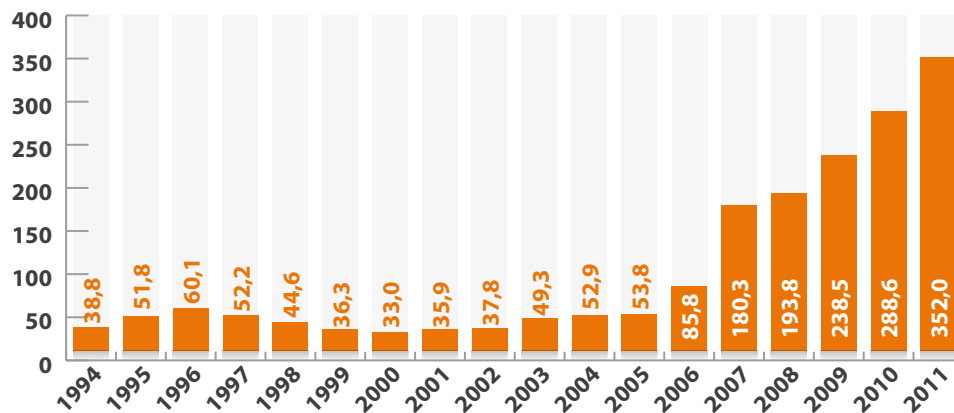
**Fonte:** IIF

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Alta das reservas internacionais

A acumulação de reservas internacionais tem sido um dos pilares da política econômica brasileira para reduzir a vulnerabilidade externa. Em dezembro de 2011, as reservas somaram US\$ 352 bilhões (cerca de 14,2% do PIB). O saldo das reservas continuou a superar o total da dívida externa, mantendo o País como credor externo líquido.

Reservas Internacionais (US\$ bilhões)



**Dados em:** US\$ bilhões, conceito liquidez anual

\* Posição de dezembro de 2011

*Fonte:* Banco Central do Brasil

*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## O perfil da dívida externa

A relação dívida externa total sobre reservas caiu, de 89%, em 2010, para 84,5%, em 2011, e a razão dívida líquida/PIB, de -2,4% para -3,2%. Acompanhando a queda, houve aumento da participação da dívida de longo prazo em relação à dívida total, de 77,7% para 86,9%, respectivamente. Observa-se, ainda, o crescimento das reservas, preservando as condições de solvência do País. Além disso, a dívida externa é predominantemente privada, cerca de 2/3 do total. O perfil torna o País muito menos vulnerável a crises externas, ainda que não seja imune.

Dívida Externa e Reservas Internacionais (US\$ bilhões)

Dívida Externa e Reservas Internacionais		
	US\$ bilhões	
	2010	2011
Reservas	288,6	352,0
Dívida total	256,8	297,3
Dívida de longo prazo	77,7%	86,9%
Dívida de curto prazo	22,3%	13,1%
Dívida pública	36,9%	34,5%
Dívida privada	63,1%	65,5%
Indicadores de endividamento (%)		
Dívida total/reservas	89,0%	84,5%
Dívida de longo prazo/reservas	69,1%	73,4%
Dívida de curto prazo/reservas	19,9%	11,1%
Dívida externa líquida/PIB	-2,4%	-3,2%

Dados em: US\$ bilhões

\* Posição estimada para dezembro de 2011

Fonte: Banco Central do Brasil

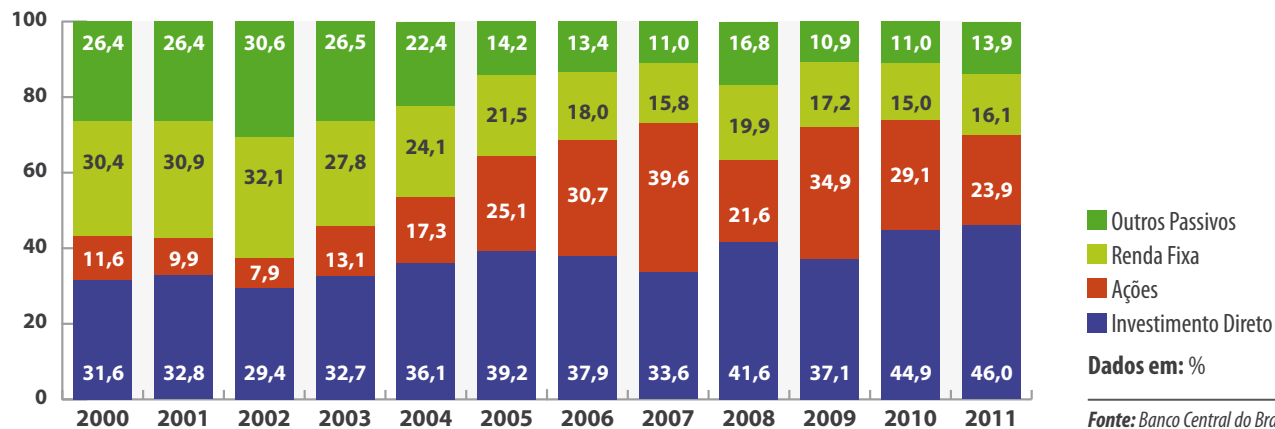
Elaboração: Ministério da Fazenda



## Passivo externo concentra-se em Investimento Estrangeiro Direto

Entre as modalidades de investimentos estrangeiros, as participações (IED e ações) predominam no passivo externo, superando a parcela referente à dívida. Esse perfil do passivo confere mais flexibilidade às transferências de renda para o exterior e reforça o caráter pró-cíclico da conta de transações correntes.

Composição do Passivo Externo (%)



Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: Ministério da Fazenda

## Indicadores apontam baixa vulnerabilidade externa

O Brasil manteve em 2011 as condições de baixa vulnerabilidade externa. O volume de reservas internacionais supera consideravelmente a dívida externa. E, ainda, o déficit em transações correntes permanece estável em patamar que pode ser financiado com segurança, ou seja, com investimentos de longa maturação. Este cenário é bem diferente do observado em momentos anteriores, quando a fragilidade externa imperava na economia brasileira.

Indicadores de Vulnerabilidade Externa (% do PIB)

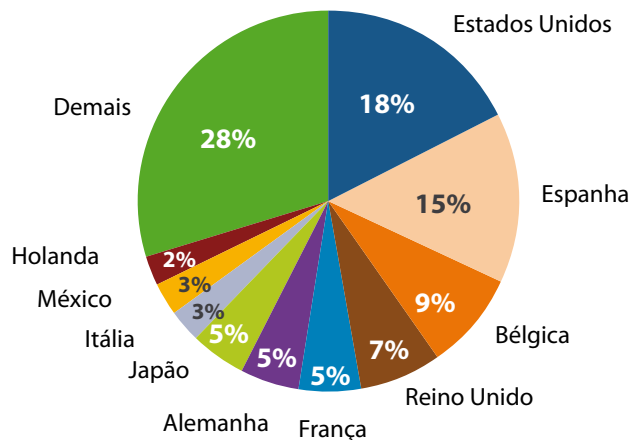


Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: Ministério da Fazenda

## Estados Unidos e Espanha lideram investimentos diretos no Brasil

O censo de capitais estrangeiros no País mostra que, no critério investidor final, os Estados Unidos e Espanha são os principais investidores no Brasil, com estoques de US\$ 104,7 bilhões (18% do total) e US\$ 85,3 bilhões (15% do total), respectivamente. Por setor de atividade, constata-se relativa diversificação, com destaque para investimentos em serviços financeiros, bebidas, extração de petróleo e gás natural e telecomunicações.

Investimento Estrangeiro Direto por País\* (% do total)



**Dados em:** % do total

\* Censo de Capitais Estrangeiros no País 2011, ano base 2010

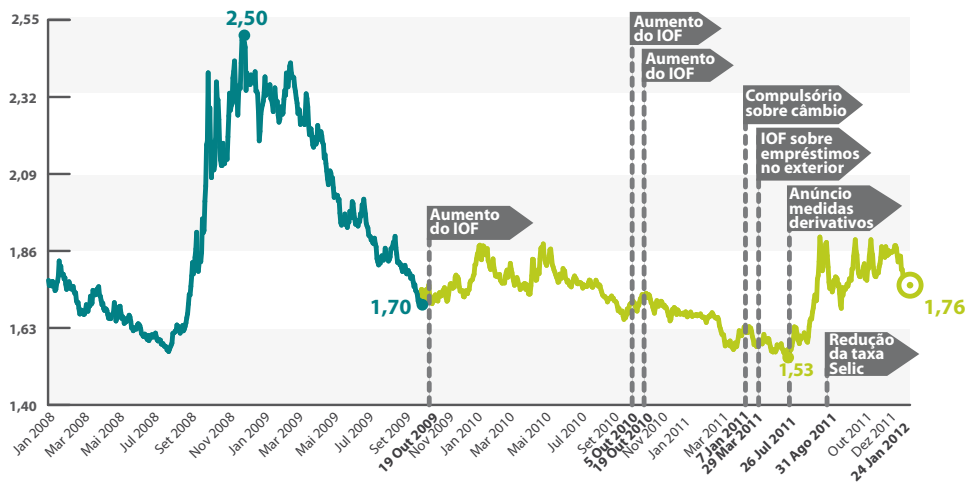
*Fonte:* Banco Central do Brasil

*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## O comportamento da taxa de câmbio em 2011

Em 2011, após um período de apreciação do Real, o dólar voltou ao patamar de R\$/US\$ 1,8, encerrando o ano em R\$/US\$ 1,87. As medidas macroprudenciais e a política de acumulação de reservas internacionais contribuíram para a redução da volatilidade da taxa de câmbio, a despeito da crise de expectativas provocada pelas incertezas financeiras na Europa. Sem abandonar o regime flutuante, o Governo tem atuado para garantir uma taxa de câmbio competitiva para o País.

Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$)



Dados em: R\$/US\$

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério da Fazenda

Economia Brasileira em  
**PERSPECTIVA**



# Panorama Internacional

Ministério da  
**Fazenda**

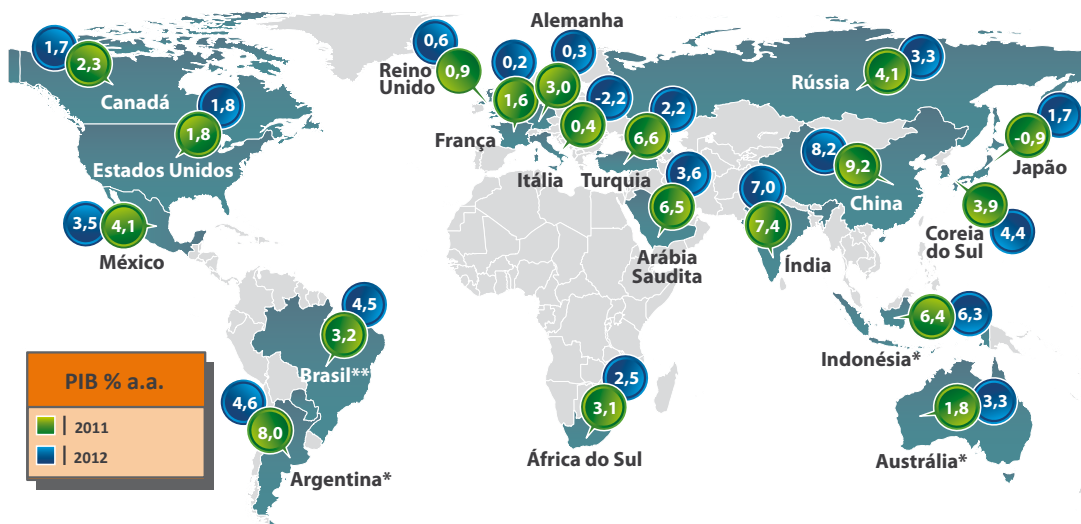
## Mundo à espera de solução para a crise nos países avançados

---

O fato econômico que marcou o cenário global em 2011 foi o novo enfraquecimento das economias avançadas e a constatação de que a recuperação permanecerá lenta por mais alguns anos, dada a complexidade dos desequilíbrios financeiro e fiscal europeus. Como consequência, o FMI reduziu a projeção de crescimento econômico mundial para 3,3%, em 2012, contra projeção anterior de 4%. Com expectativa de contração do PIB da Zona do Euro (-0,5% em 2012) e crescimento baixo nos EUA (1,8%), estima-se um avanço de somente 1,2% nos países avançados, contra 5,4% nas economias emergentes.

No curto prazo, ainda que exista a alta concentração de vencimento da dívida em importantes economias europeias no primeiro semestre de 2012, a situação vai se acomodando. No médio prazo, o cenário é de crescimento econômico mundial guiado pelo dinamismo de alguns mercados emergentes, entre eles o Brasil. ■

## Perspectiva de crescimento dos países do G20



Dados em: %

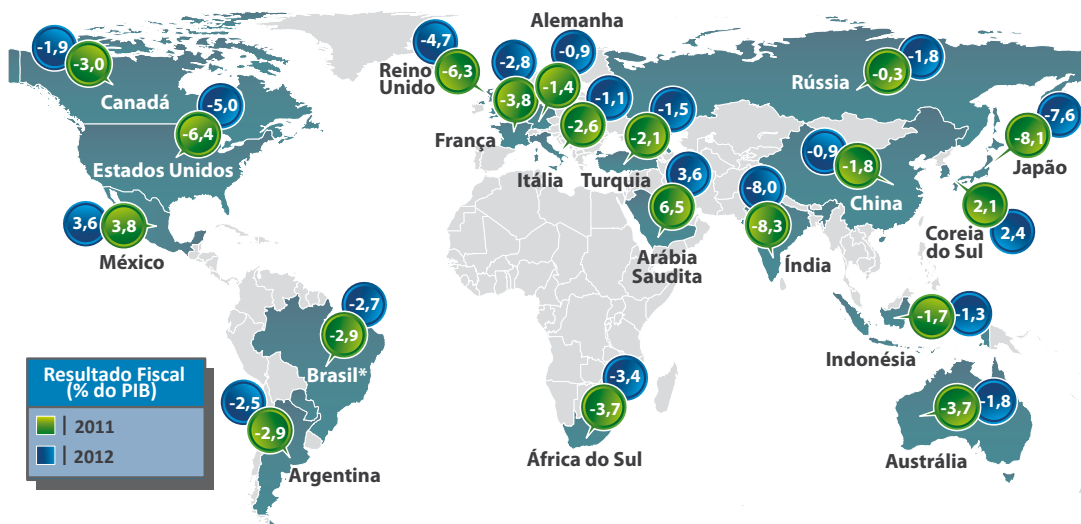
\* WEO/FMI, setembro de 2011

\*\* Para 2011, dados do IBGE acumulados nos três primeiros trimestres em relação ao mesmo período em 2010 e, para 2012, estimativas do Ministério da Fazenda

Fonte: FMI, IBGE e Ministério da Fazenda

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Perspectivas de resultado fiscal para os países do G20



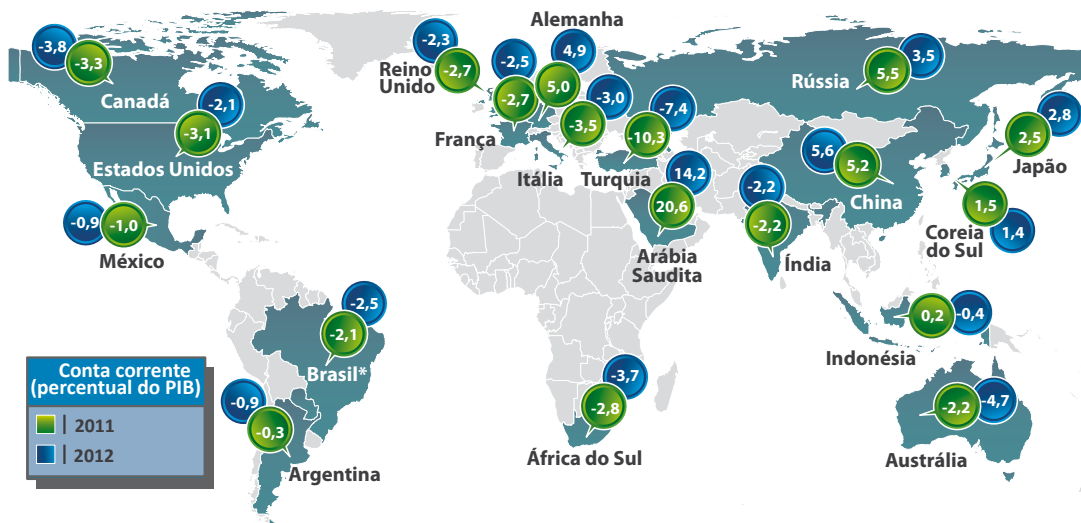
Dados em: % do PIB

Fonte: FMI

Elaboração: Ministério da Fazenda



## Perspectiva para o saldo em conta corrente dos países do G20



Dados em: % do PIB

Fonte: FMI

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Perspectiva de inflação dos países do G20



Dados em: %

\* Posição em setembro de 2011

\*\* Posição de novembro de 2011

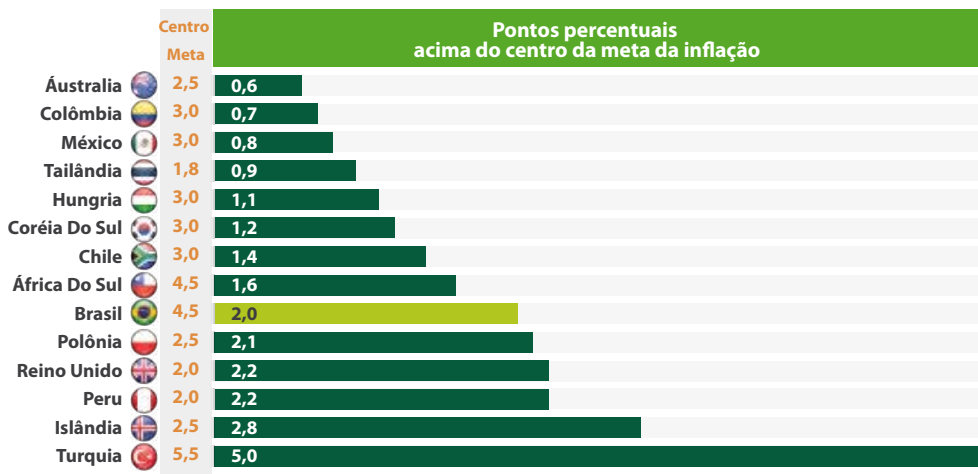
Fonte: FMI e Bancos Centrais

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Elevação inflacionária em 2011 foi um fenômeno global

Em 2011, o contágio da inflação mundial dos preços das *commodities* contribuiu para o descumprimento das metas de inflação por parte da maioria dos países que as adotam. Destaques para os casos de Turquia e Peru. No Brasil, o Governo agiu tempestivamente, reprimindo a aceleração de preços e sua difusão, e mantendo o IPCA dentro dos intervalos da meta.

Diferença entre o Centro da Meta de Inflação e a Inflação Observada em 2011 (p.p.)



Dados em: pontos percentuais

Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Brasil entre as maiores economias do planeta

As economias emergentes de destaque (Brasil, China, Índia, Rússia) estão entre os países mais dinâmicos do mundo. Recentemente, o Brasil ultrapassou o Reino Unido e agora ocupa o 6º lugar entre as maiores economias do globo.

PIB 2011\* e 2012\*\* (US\$ trilhões e % a.a.)

	PIB de 2011*, em US\$ trilhões	Crescimento do PIB em 2012**, em % a.a.
Estados Unidos	15,1	1,8
China	7,0	8,2
Japão	5,9	1,7
Alemanha	3,6	0,3
França	2,8	0,2
<b>Brasil</b>	<b>2,6</b>	<b>4,5</b>
Reino Unido	2,5	0,6
Itália	2,2	-2,2
Rússia	1,9	3,3
Índia	1,8	7,0

**Dados em:** 2011: US\$ trilhões, 2012: % a.a.

\* PIB de 2011: FMI

\*\* Crescimento do PIB em 2012: WEO/FMI atualizado em janeiro de 2012. Para o Brasil, estimativas do Ministério da Fazenda

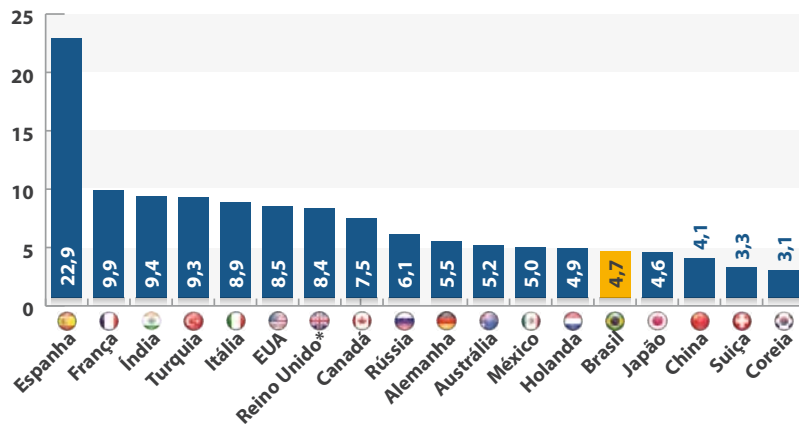
*Fonte:* FMI e The Economist

*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## Taxa de desemprego brasileira entre as menores do mundo

A taxa de desemprego de 4,7%, registrada em dezembro de 2011, figura entre as menores do mundo. Países avançados como França, EUA, Reino Unido e Canadá, estão com taxas de desemprego superiores à brasileira.

Taxa de Desemprego: Países Selecionados: Dezembro de 2011 (% da PEA)



Dados em: % da PEA

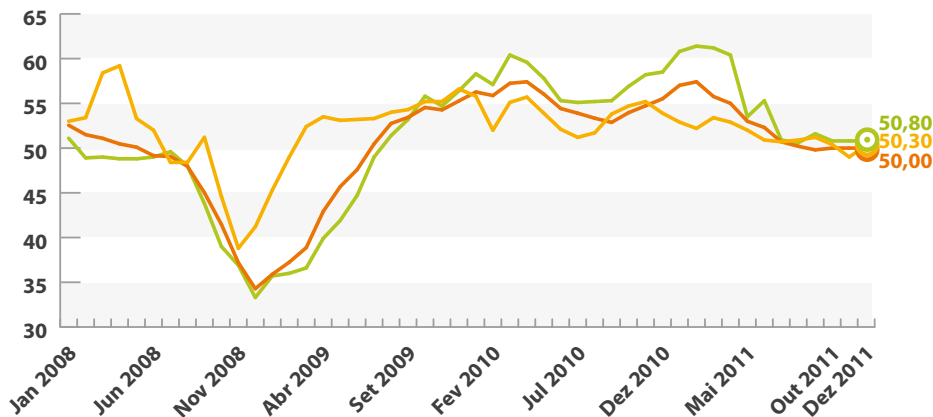
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Atividade global se estabiliza

Os indicadores PMI (Purchasing Managers Index) e ISM (Institute of Supply Management) são importantes para a mensuração das condições econômicas de países e regiões. Nos primeiros meses de 2011, os índices apresentaram declínio nos EUA e na China, além do índice global. Recentemente, parece ocorrer algum movimento de estabilização da atividade global.

Indicadores PMI e ISM (pontos)



- PMI China
- PMI Global
- Índice ISM

**Dados em:** pontos

\* Valores acima de 50 indicam crescimento

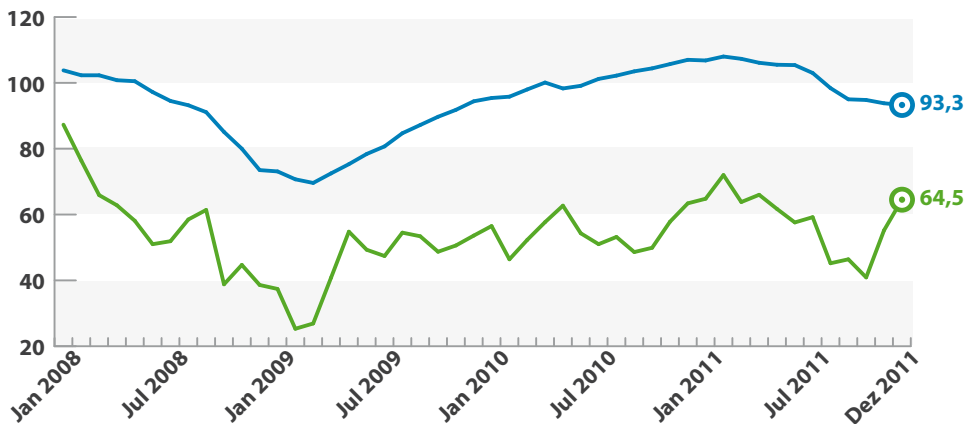
*Fonte:* Bloomberg

*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## Confiança cai na Europa, mas começa a se recuperar nos EUA

Os indicadores de confiança dos EUA e Europa começam a mostrar sinais distintos. Na Europa, o sentimento do consumidor está em declínio desde o início de 2011. Já nos EUA, a confiança do consumidor norte-americano mostra sinais de recuperação nos dois últimos meses de 2011.

Índices de Confiança: EUA e Zona do Euro (pontos)



- Indicador de Confiança do Consumidor nos EUA
- Indicador de Sentimento Econômico na Zona do Euro

**Dados em:** pontos

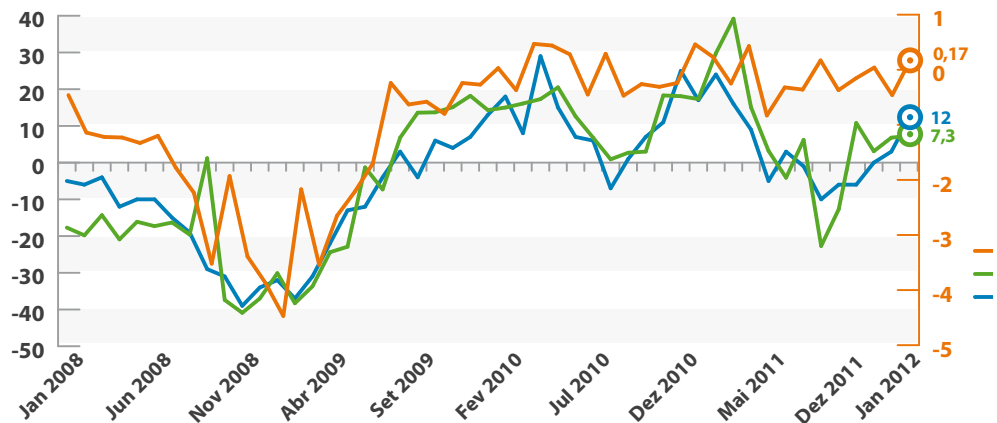
*Fonte:* Eurostat e Conference Board

*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## Números da atividade econômica nos Estados Unidos

A atividade econômica nos Estados Unidos dá sinais de recuperação. O setor manufatureiro da região da Filadélfia fechou dezembro em 6,8 e marca 7,3 em janeiro de 2012. A região de Richmond fechou janeiro em 12 pontos, uma alta de 9 pontos em relação ao mês anterior. O Índice Nacional de Atividade do FED Chicago registrou 0,17 em dezembro de 2011.

EUA: Atividade Econômica (índice)



— Fed Chicago  
— Fed Philadelphia  
— Fed Richmond

**Dados em: índice**

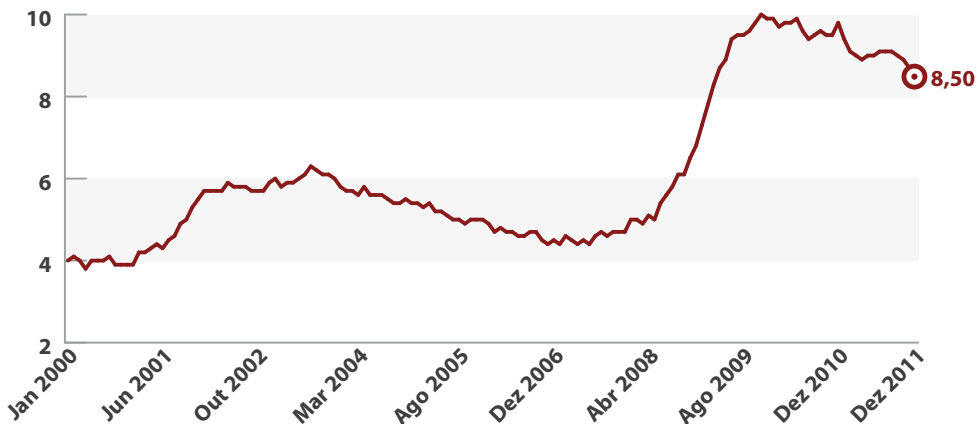
Fonte: Bloomberg  
Elaboração: Ministério da Fazenda



## EUA: taxa de desemprego em declínio

Houve recuo na taxa de desemprego nos últimos meses. Mas o percentual de desocupação nos EUA continua bem acima do verificado no passado. Estimativas do Federal Reserve apontam que, pelo menos até 2014, a taxa de desemprego ainda ficará acima da tendência de longo prazo.

EUA: Taxa de Desemprego (% da PEA)



Dados em: % da PEA

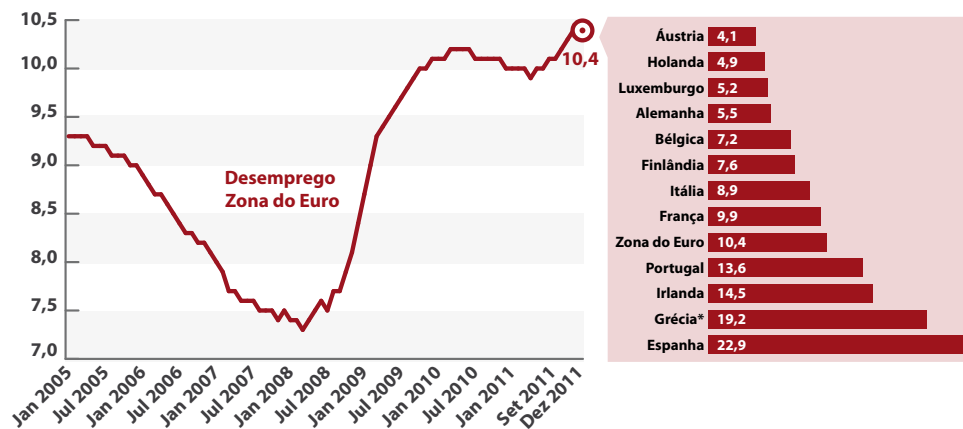
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Desemprego na Zona do Euro

Uma das consequências mais perversas da crise econômica europeia tem sido a constante elevação das taxas de desemprego da região, que alcançam 10,4% na Zona do Euro como um todo. No desagregado, destaque para os números de dezembro da Espanha (22,9%) e da Grécia (19,2%).

Taxa de Desemprego: Zona do Euro e Países Seleccionados da Região (% da PEA)



Dados em: % da pea

\* Posição de outubro de 2011

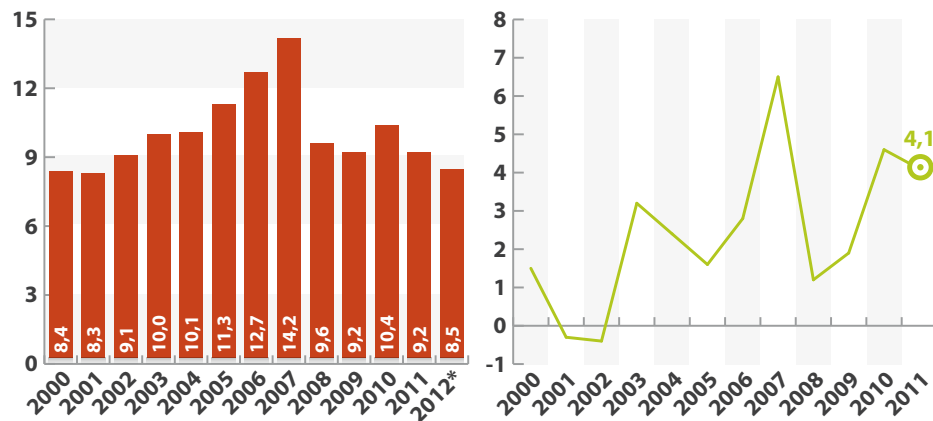
Fonte: Eurostat

Elaboração: Ministério da Fazenda

## O papel da China

A China tem importante papel na atividade econômica global. Embora o País tenha crescido acima de 9% em 2011, houve desaceleração em 2012 que deve ser mantida, pois as previsões de fraco crescimento para as economias avançadas afetarão o desempenho das exportações chinesas. A trajetória inflacionária do País também apresenta previsão de arrefecimento, fechando 2011 em 4,1%.

China: Taxa de Crescimento do PIB e Taxa de Inflação ao Consumidor (% a.a.)



■ PIB Crescimento Real  
— Inflação

**Dados em:** % anual

\* Estimativas FMI/WEO, janeiro de 2012 \*\* Estimativas FMI/WEO, setembro de 2011

*Fonte:* FMI

*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## Risco de *default* dos países do G20

O *Credit Default Swap* (CDS) constitui-se proteção contra possível moratória por parte de um País e, por isso, indica a percepção dos agentes financeiros em relação ao risco soberano. Comparando-se o risco de calote dos países do G20 entre 2008 e janeiro de 2012, nota-se elevação do risco das nações europeias e retração nos emergente.

Spread de CDS de 5 anos: Países Selecionados do G20 (pontos-base)

CDS 5 anos dia 31/12/2008		CDS 5 anos dia 16/01/2012	
Brasil	300,5	Brasil	164,3
Turquia	408,7	Turquia	323,1
China	201,2	China*	146,7
Estados Unidos*	20,1	Estados Unidos	48,9
Alemanha	46,8	Alemanha	103,9
México	292,6	México	155,3
França	55,7	França	217,8
Coréia	333,0	Coréia**	164,7
Índia	360,6	Índia***	283,5
Itália	164,0	Itália	519,6
Rússia	741,2	Rússia	259,8
África do Sul	393,6	África do Sul	210,4
Japão	46,4	Japão	147,9
Indonésia	691,4	Indonésia	214,0
Reino Unido	106,0	Reino Unido	93,0
Austrália	127,7	Austrália	83,0

Dados em: pontos-base

\* Posição em 25/10/2011

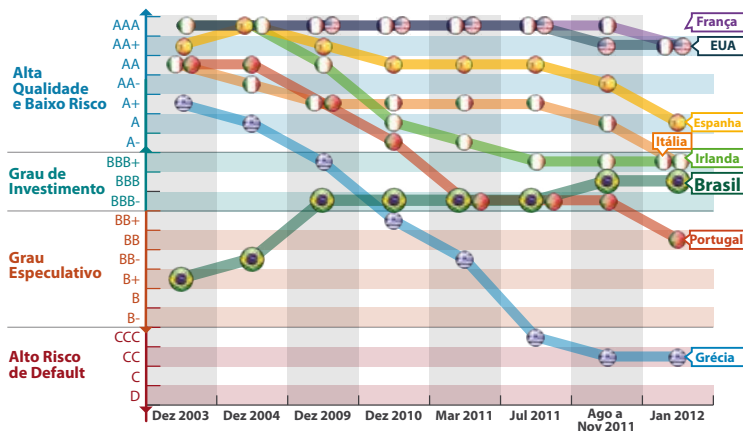
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Países avançados sofrem rebaixamento de *rating*

Uma das consequências da grave crise econômica atual é a maior desconfiança dos agentes econômicos. Isso está refletido nas recentes mudanças de classificação de risco de grande parte dos países da Zona do Euro, além dos EUA. Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha sofreram os maiores rebaixamentos, que também atingiu a França. Em direção contrária, o Brasil tem obtido constantes *upgrades* por parte das agências de classificação de risco.

Classificação de Risco: Standard and Poor's (*rating*)



Dados em: classificação de risco

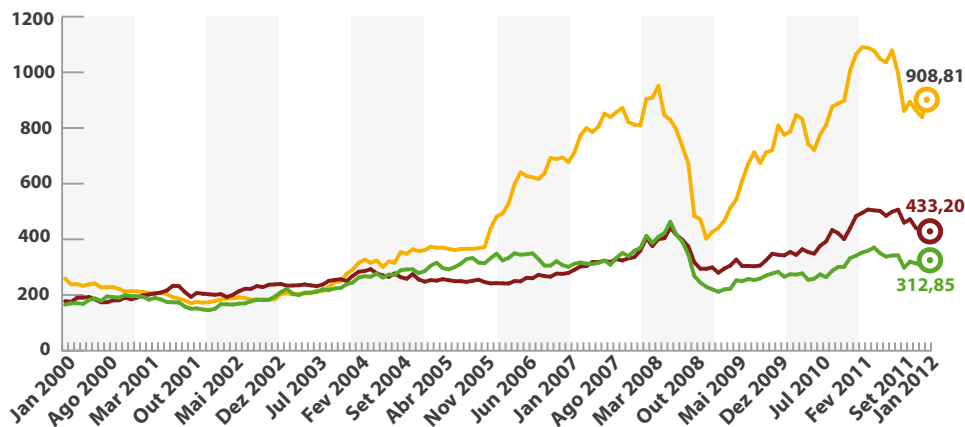
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Comportamento dos preços das *commodities*

A evolução dos preços das *commodities* caracterizou-se pelo descolamento das metálicas desde 2004 até a crise de 2008, quando os metais sofreram forte desvalorização. A recuperação econômica mundial provocou novo descolamento, apesar de acompanhar os preços das demais *commodities*. Os desdobramentos da recente crise voltam a influenciar os preços das *commodities* metálicas.

Índice do Mercado de *commodities* - CRB (número-índice, 1951=100)



- CRB Spot
- CRB Alimentos
- CRB Metálicas

**Dados em:** número-índice, base 1951=100

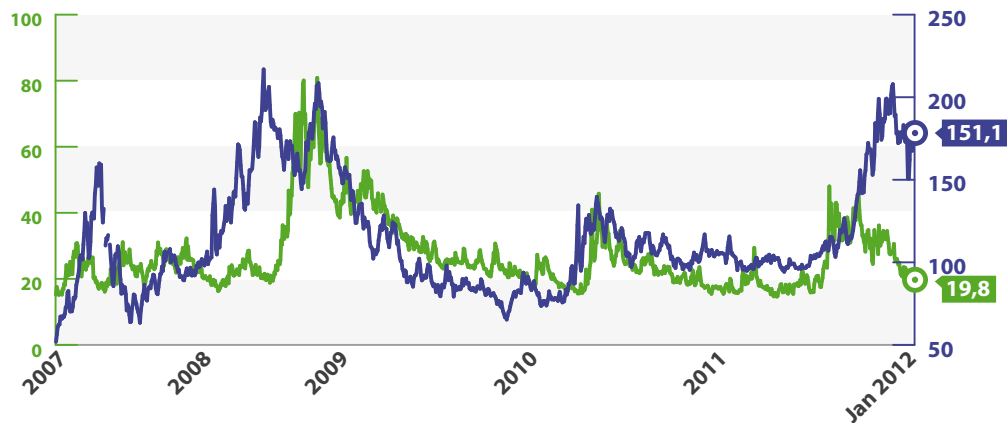
*Fonte:* Bloomberg

*Elaboração:* Ministério da Fazenda

## Comportamento das bolsas nos EUA e do risco na Europa

O índice VIX mede a expectativa de volatilidade de 30 dias no mercado bursátil, com base na volatilidade dos preços de opções do índice S&P 500. Itraxx é um índice médio de risco cobrindo regiões como Europa, Austrália e Japão. Os patamares mais recentes denotam que houve uma piora na percepção de mercado em meados de 2011 relacionada à questão fiscal nos EUA e à crise na Europa. Mas, desde o fim de 2011, observa-se uma melhora.

Índice VIX - EUA e Índice ITRAXX (pontos e pontos-base)



— ITRAXX  
— VIX

Dados em: pontos e pontos-base

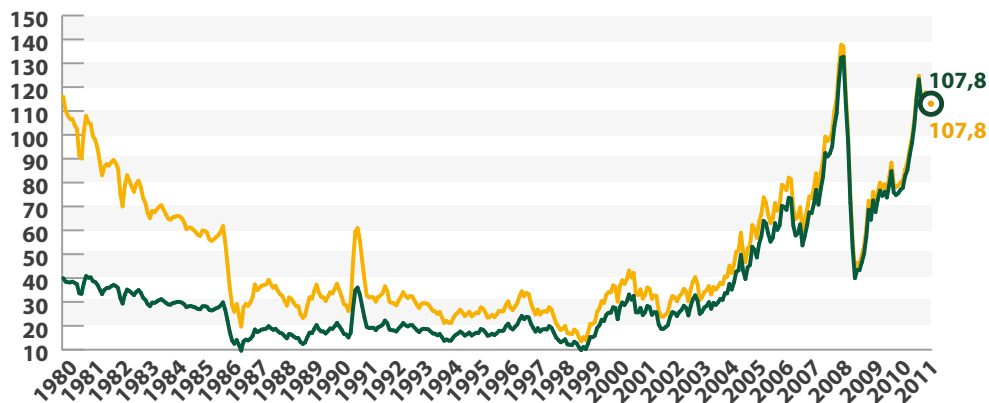
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Panorama do preço internacional do petróleo

Os movimentos de preço de petróleo estão quase sempre ligados ao processo de atividade econômica mundial e às tensões políticas existentes nos principais países produtores, localizados no Oriente Médio, além da liquidez internacional. Desde meados de 2011, o preço de petróleo tem se mantido em patamar elevado justificado pela falta de investimentos, por crises no Oriente Médio e pela demanda de alguns países.

Preço do Petróleo Tipo Brent (US\$/barril)



- Preços constantes (US\$ de dezembro de 2011)
- Preços correntes (US\$)

**Dados em:** US\$/barril

*Fonte:* U.S Energy Information Administration e Bloomberg

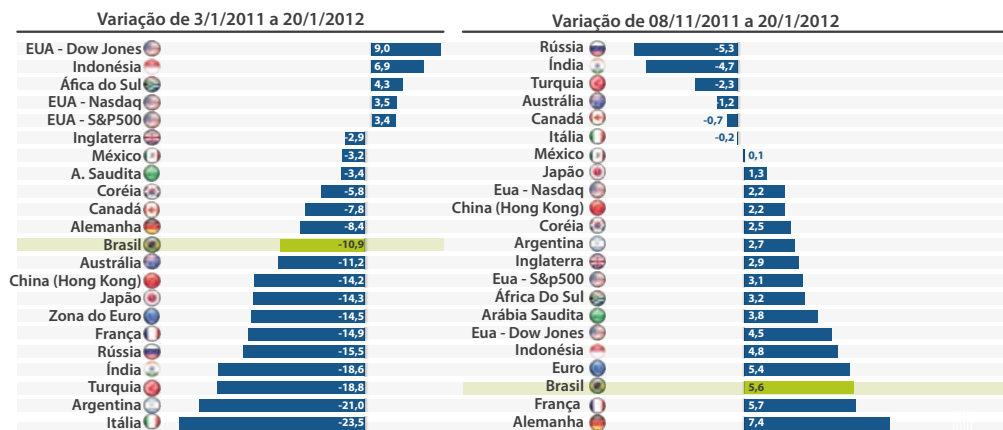
*Elaboração:* Ministério da Fazenda



## Comportamento das bolsas de valores nos países do G20

As bolsas de valores ao redor do mundo também têm sofrido impactos da crise financeira europeia. Nos países do G20, as perdas do início de 2011 ao início de 2012 foram grandes, com destaque para os acontecimentos dos últimos meses do ano passado, onde as perdas estão concentradas. Mas, desde novembro de 2011, verifica-se certa valorização dos índices das bolsas de valores, em especial, na Alemanha, França e Brasil.

Países do G20: Variação das Bolsas de Valores em 2011 (% , acum. no período)



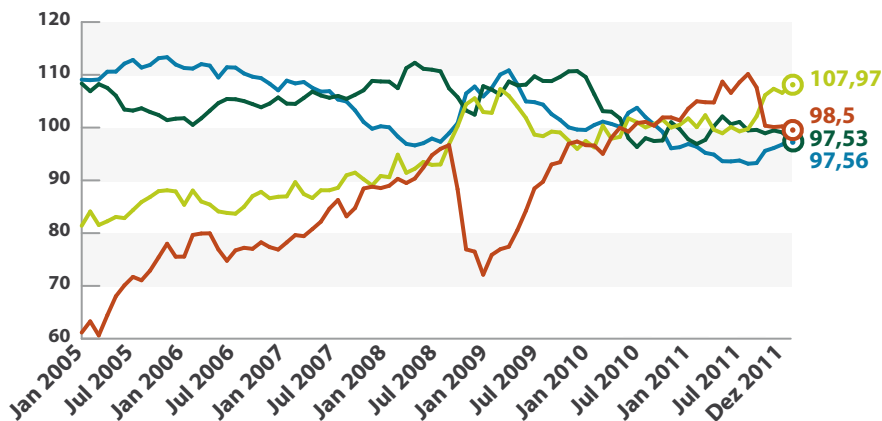
Dados em: % acumulada no período

Fonte: Bloomberg  
Elaboração: Ministério da Fazenda

## Guerra cambial

A taxa de câmbio real efetiva é relevante na medida em que influencia o nível de investimentos e de comércio entre um país e os parceiros comerciais. O dólar norte-americano apresenta tendência contínua de queda, trazendo sobressaltos à perspectiva econômica internacional, tanto do ponto de vista do comércio, quanto do ponto de vista financeiro.

Taxa de Câmbio Real Efetiva\* (número-índice, 2010=100)



- Estados Unidos
- Zona do Euro
- China
- Brasil

**Dados em:** número-índice, base 2010=100

\* Deflator: índices de preços ao consumidor dos respectivos países. Variações positivas (negativas) significam depreciação (apreciação)

**Fonte:** BIS

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

## Reversão recente muda dinâmica cambial

O comportamento da taxa de câmbio em 2011 nos países do G20 mostrou variação acentuada devido ao agravamento da crise financeira da Zona do Euro. Mais recentemente, desde meados de dezembro de 2011 até meados de janeiro de 2012, a dinâmica cambial reverteu. Não só o Brasil, mas vários outros países estão passando por processo de valorização da taxa de câmbio.

Países do G20: Variação Cambial\*(%)

	Variação de 15/12/2011 a 20/01/2012	Variação de 20/01/2011 a 20/01/2012
Argentina	0,89	8,61
Euro	0,65	4,02
Reino Unido	-0,40	2,02
China	-0,58	-3,79
Japão	-1,09	-7,23
Indonésia	-1,57	-1,27
Rússia	-1,64	4,39
Canadá	-2,12	1,59
Coreia do Sul	-2,47	1,16
México	-5,27	9,39
África do Sul	-5,55	12,29
<b>Brasil</b>	<b>-5,64</b>	<b>4,88</b>
Austrália	-5,66	-6,21
Índia	-6,17	10,54

Dados em: %

\* Variações positivas (negativas) significam depreciação (apreciação)

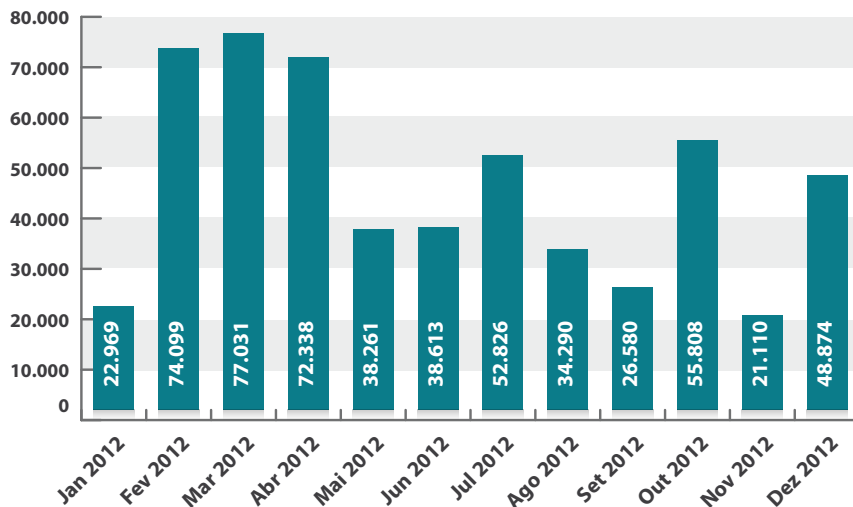
Fonte: Thomson Reuters

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Acordo europeu visa conter desequilíbrios fiscais

Em janeiro de 2012, foi finalizado um novo acordo europeu para conter desequilíbrios fiscais. Isso será alcançado por meio da manutenção de déficit governamental estrutural abaixo de 0,5% do PIB nominal. Se um estado-membro quebrar a regra, um mecanismo automático de correção será acionado. Há também previsão de multa para descumprimento.

Estrutura de Vencimento da Dívida: Países Europeus em Crise (€ milhões)



Dados em: € milhões

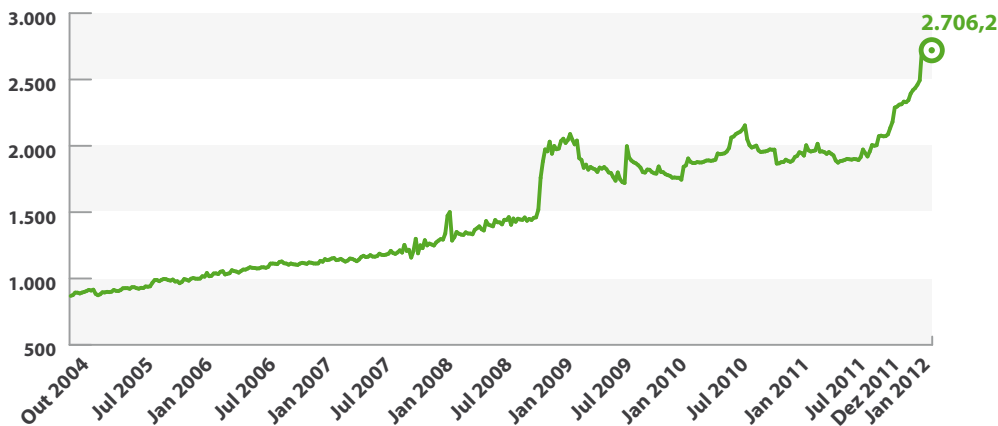
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Balanço do Banco Central Europeu

O balanço do BCE atingiu um valor recorde no final do ano passado (2,7 trilhões de euros), por conta do incremento de empréstimos para instituições bancárias no continente europeu. Isso mostra atuação de último provedor de recursos de uma região em crise. Essa reação já tinha ocorrido durante a crise de 2008.

Balanço do Banco Central Europeu (€ bilhões)



Dados em: € bilhões

Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda



Economia Brasileira em  
**PERSPECTIVA**



# SEÇÃO ESPECIAL

Ministério da  
**Fazenda**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

## Brasil: avanços de uma década

---

Após histórico de baixo dinamismo econômico, os avanços alcançados pelo Brasil nessa última década são consideráveis. O País entrou numa fase de expansão econômica vigorosa, baseado em um modelo de desenvolvimento com foco no fortalecimento do mercado doméstico, com geração de empregos e distribuição de renda, fomento aos investimentos e ampliação do mercado de crédito, com inflação sob controle, além de destacada solidez fiscal e do sistema financeiro nacional. Assim, o Brasil vem atingindo níveis elevados de crescimento, combinados, de forma inédita, com justiça e desenvolvimento social.

Muito diferente das crises financeiras e cambiais do passado, o País vem enfrentando com muita robustez uma das mais graves e profundas crises mundiais. No passado, crises dessa dimensão eram sentidas com desequilíbrios no balanço de pagamentos, na dívida pública e no risco-país, inibindo novos investimentos e problematizando o crescimento econômico. Agora, os resultados macroeconômicos aqui reportados são dignos de registro. De 2002 para 2012, a inflação média caiu de 15% para menos de 5% a.a., a dívida pública em razão do PIB foi reduzida quase pela metade, as exportações subiram mais de cinco vezes, a pobreza encolheu em mais de 50% e o País cresce o dobro do que experimentava nas décadas anteriores.

Para o período 2011 a 2014, o Governo Federal está determinado a estimular a economia rumo a um crescimento médio de 4,8% a.a., com taxa de investimento alcançando 24% do PIB, em ambiente de inflação sob controle e risco de insolvência desprezível. Organismos internacionais já antecipam que o País poderá ser a 5ª maior potência mundial em 2016. Até lá, mais de 8 milhões de trabalhadores passarão por treinamento profissional e outros 16 milhões de brasileiros terão saído da pobreza extrema. ■



## Economia brasileira se destaca no cenário internacional

### Produto Interno Bruto (PIB)

2002

US\$ 500 bilhões

2012\*

US\$ 2,6 trilhões

6<sup>a</sup> maior economia do mundo

### PIB per Capita

2002

US\$ 2,8 mil

2012\*

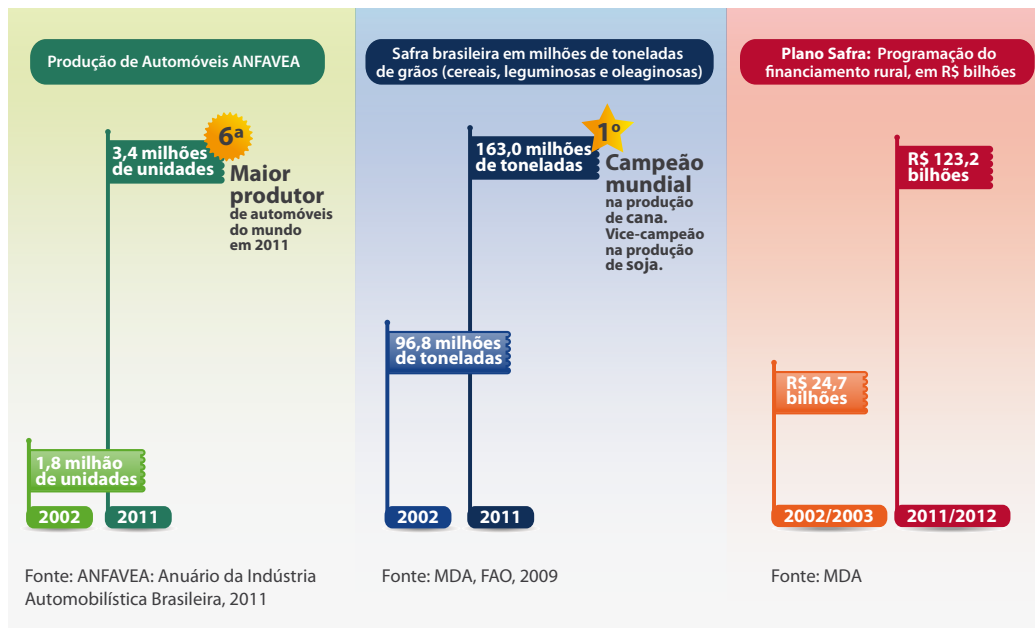
US\$ 13,3 mil

\* Estimativas FMI

Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Produção de automóveis e produção agrícola são destaques



Elaboração: Ministério da Fazenda

## Evolução do investimento é crucial para o crescimento do País

### Taxa de investimento (% do PIB)

2002

16,4% do PIB

2012\*

20,8% do PIB

Fonte: IBGE

### Investimento Estrangeiro Direto (em US\$ bilhões)

2002

US\$ 16,5 bilhões

2011

US\$ 66,6 bilhões

Fonte: Banco Central do Brasil



Lugar em ingressos  
de Investimento  
Estrangeiro Direto

Fonte: UNCTAD

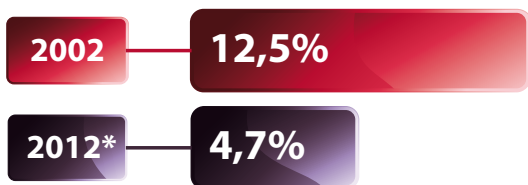
\* Estimativas do Ministério da Fazenda

\*\* Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 27/01/2012

Elaboração: Ministério da Fazenda

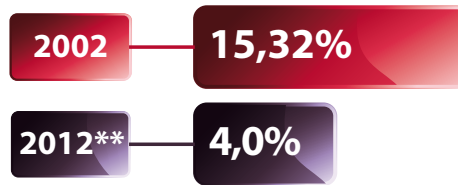
## Em uma década, a queda da inflação é verificada em todos os índices considerados

### Inflação IPCA



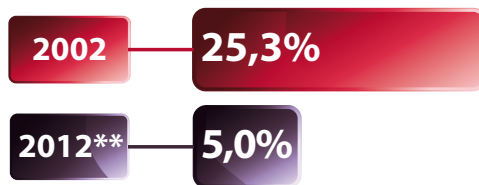
Fonte: IBGE

### Inflação IPCA Administrados



Fonte: IBGE

### Inflação IGP-M



Fonte: FGV

\* Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil de dezembro de 2011

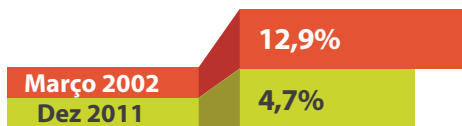
\*\* Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 27/01/2012

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Milhões de brasileiros ingressaram no mercado de trabalho formal

### Taxa de desemprego

(% da PEA)



Taxa de desemprego verificada em dezembro de 2011 é a menor da história

Fonte: IBGE/PME

### Varição de novos postos a cada ano

(milhares de postos de trabalho)

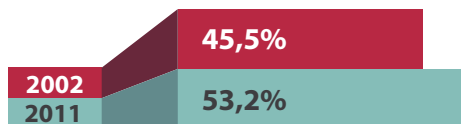


Mais de 18 milhões de postos de trabalho criados entre 2002 e 2011

Fonte: CAGED/MTE

### Taxa de Formalização

(% empregados com carteira de trabalho sobre total de ocupados)



Fonte: IBGE/PME

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Maior renda do brasileiro diminuiu incidência de pobreza

### Salário Mínimo Nominal

2002

R\$ 200

2012

R\$ 622

Fonte: MTE

**Ganho real 66%**

### Coefficiente de Gini

2002

0,589

2011

0,541

Fonte: IPEA

**Queda de 8,9%**

### Taxa de pobreza\*

2002

26,7%

2012

12,8%

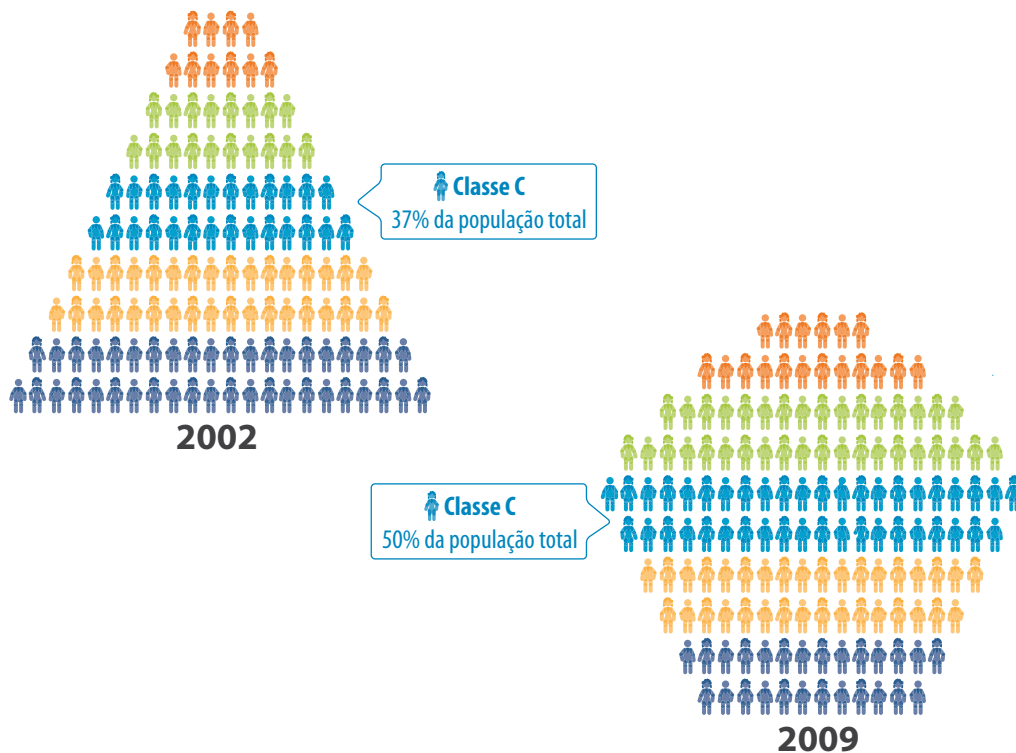
Fonte: FGV

**Queda de 52%**

\* Proporção de indivíduos pertencentes à classe E no total da população

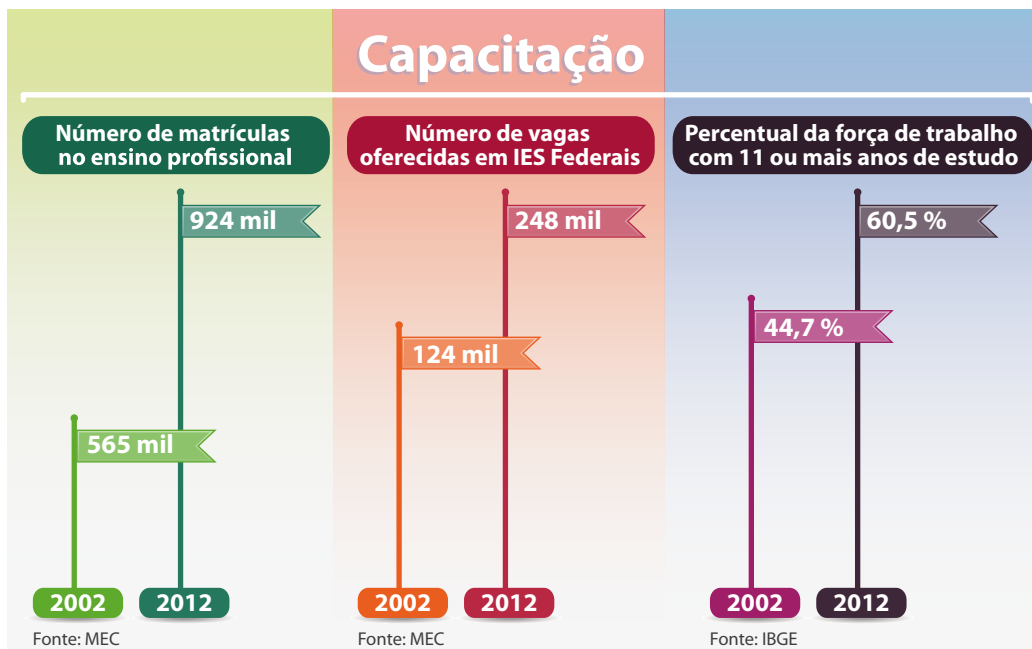
Elaboração: Ministério da Fazenda

## Na última década, o percentual de brasileiros pertencentes à classe média saltou de 37% para 50% da população total



Elaboração: Ministério da Fazenda

## A forte ênfase na ampliação do acesso ao ensino técnico e ao ensino superior tem sido prioridade no Governo, sem que a educação básica seja esquecida



Elaboração: Ministério da Fazenda



## Concessão de bolsas de estudos para pós-graduação triplica, propiciando o aumento de mestres e doutores no País

### Capacitação

Número de bolsas de Mestrado e Doutorado concedidas pela Capes e CNPq

2002

35 mil bolsas

2010

74 mil bolsas

2013\*

105 mil bolsas

Fonte: CNPQ, CAPES PNPQ 2011-2020

Titulados em doutorado

2002

6.894

2012\*

13.304

Fonte: PNPQ 2011-2020 CAPES

Titulados em mestrado acadêmico

2002

23.445

2012\*

41.396

Fonte: PNPQ 2011-2020 CAPES

\* Estimativas PNPQ 2011-2020 CAPES (dados anuais)

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Brasil se consolida como local seguro e promissor para investimentos

### Classificação de risco Agência S&P

**Julho 2002**

**B+ (Grau Especulativo)**

**Nov 2011**

**BBB (Grau de Investimento)**

Fonte: S&P

### Movimento financeiro BM&F Bovespa

**2002**

**R\$ 136 bilhões**

**2011**

**R\$ 1.605 bilhões**

Fonte: BM&F Bovespa

### Risco País (EMBI+)

**Média 2002**

**1.372 pontos**

**Média 2012\***

**220 pontos**

Fonte: JP Morgan

### Risco País (Credit Default Swap – CDS)

**Média 2002**

**1.910 pontos**

**Média 2012\***

**157 pontos**

Fonte: Bloomberg

\* Média de Janeiro de 2012

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Na última década, o Brasil passou a credor internacional

### Dívida Externa Total Líquida

2002

US\$ 165 bilhões

Dez 2011

US\$ -79,1 bilhões

Fonte: BC

Dívida total líquida= Dívida de curto prazo + Dívida de longo prazo - Reservas internacionais - Créditos brasileiros no exterior - Haveres de bancos comerciais

### Reservas internacionais

Jan 2002

US\$ 36 bi

Jan 2012

US\$ 353 bilhões

Fonte: Banco Central do Brasil

*Elaboração: Ministério da Fazenda*

# Mesmo com guerra cambial recente, exportações brasileiras quadruplicaram em uma década



Fonte: Banco Central do Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil



Fonte: MDIC

\* Exportações + Importações

Elaboração: Ministério da Fazenda

## Juros reais domésticos e juros pagos no exterior atingem mínimos históricos

### Taxa Selic Nominal

**31 Dez 2002****25% a.a.****31 Jan 2012****10,50% a.a.**

Fonte: Banco Central do Brasil

### Taxa de emissão externa de títulos soberanos com prazo de 10 anos

**Jan 2002****12,6% a.a.****Jan 2012****3,5% a.a.**

Fonte: STN/MF

### Taxa Selic real ex-post

**Jan 2002****10,99% a.a.****Dez 2011****4,14% a.a.**

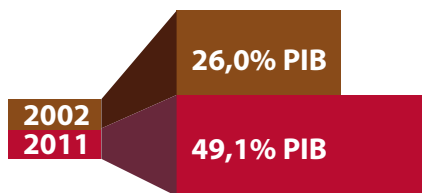
Fonte: Banco Central do Brasil

\* A taxa de juros real *ex-post* é dada pela razão entre a taxa Selic e o IPCA, ambos anualizados

**Elaboração:** Ministério da Fazenda

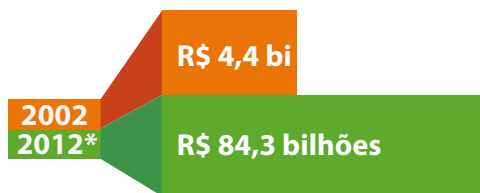
## Em uma década, crédito duplica em relação ao PIB. Já o crédito habitacional atinge valores recordes a cada ano

### Operações de crédito do Sistema Financeiro



Fonte: Banco Central do Brasil

### Desembolsos em créditos habitacionais da CAIXA



Fonte: Caixa Econômica Federal

### Desembolsos do BNDES

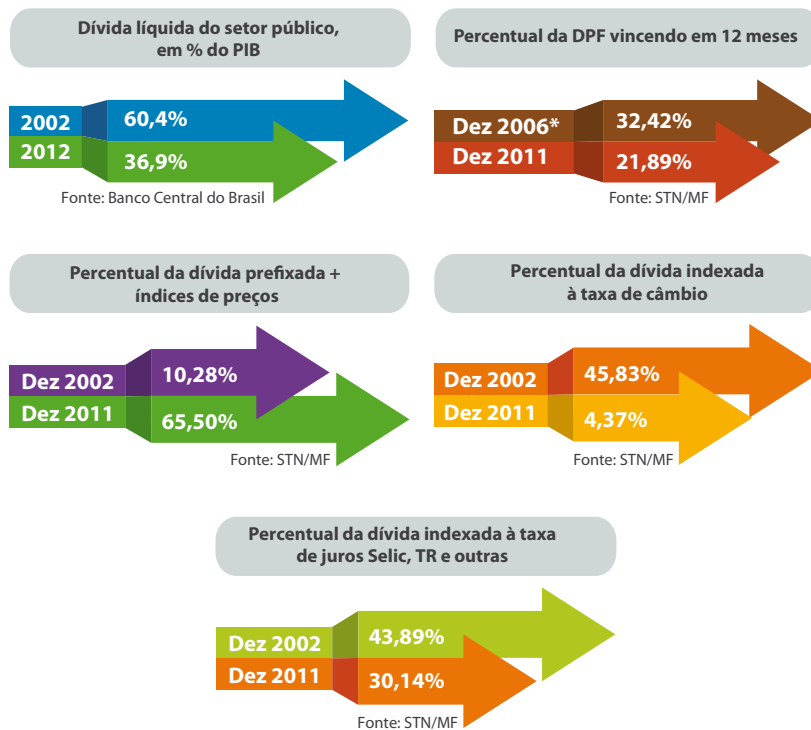


Fonte: Banco Central do Brasil

\* Estimativas CAIXA

Elaboração: Ministério da Fazenda

# Solvência fiscal é garantida pela queda contínua do endividamento público e pela melhoria no perfil da dívida pública federal

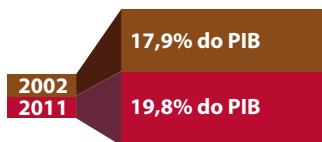


\* Metodologia atual não retroage para anos anteriores a 2006

Elaboração: Ministério da Fazenda

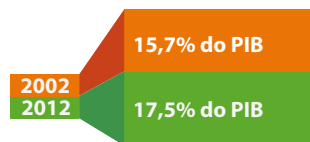
## Aumento maior das despesas, em relação às receitas, se justifica pelos gastos com transferências de renda, saúde e educação

### Receita Líquida Total (% PIB)



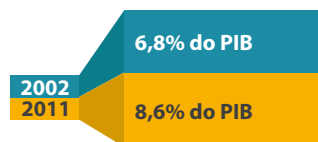
Fonte: STN/Ministério da Fazenda e Siga-Brasil/Senado Federal

### Despesas Primárias (% PIB)



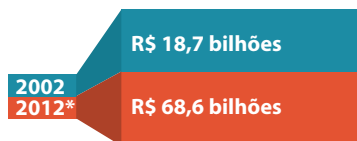
Fonte: STN/Ministério da Fazenda e Siga-Brasil/Senado Federal

### Transferências de renda às famílias



Fonte: STN/Ministério da Fazenda e Siga-Brasil/Senado Federal

### Despesas executadas do Governo Federal na função orçamentária educação, em R\$ bilhões, a preços de janeiro 2012



222% em termos reais

Fonte: STN e Lei nº 12.595 de 19/01/2012

### Despesas executadas do Governo Federal na função orçamentária saúde, em R\$ bilhões, a preço de janeiro 2012



107% em termos reais

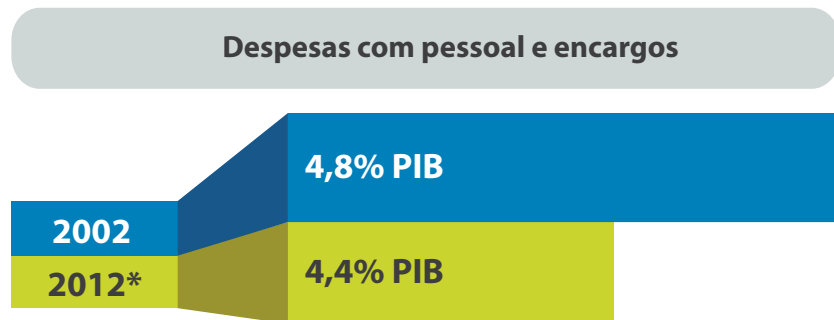
Fonte: STN e Lei nº 12.595 de 19/01/2012

\* LOA 2012

Elaboração: Ministério da Fazenda



## Por outro lado, diminuem os gastos com pessoal e encargos



Fonte: STN/Ministério da Fazenda e  
Siga-Brasil/Senado Federal

\* LOA 2012

*Elaboração: Ministério da Fazenda*

## Glossário - Instituições

ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores	MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário	STN	Secretaria do Tesouro Nacional
BC	Banco Central do Brasil	MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	S&P	<i>Standard &amp; Poor's</i>
BIS	Banco de Compensações Internacionais	MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	MEC	Ministério da Educação		
CNI	Confederação Nacional da Indústria	MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	MTE	Ministério do Trabalho e Emprego		
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	NASDAQ	<i>National Association of Security Dealers Automated Quotation</i>		
FED	Banco Central dos EUA	RFB	Receita Federal do Brasil		
FGV	Fundação Getúlio Vargas	SAE/PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República		
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	SAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais		
FMI	Fundo Monetário Internacional	SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico		
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SPE	Secretaria de Política Econômica		

## Glossário - Termos

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPEX	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDS	<i>Credit Default Swap</i>
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRB	<i>Commodity Research Bureau</i>
DI	Depósito Interbancário
DPMFi	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
EMBI+	<i>Emerging Markets Bond Index Plus</i>
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FSB	Fundo Soberano do Brasil
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central
IED	Investimento Estrangeiro Direto

IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IGP-M	Índice geral de preços do Mercado
INCC-DI	Índice Nacional de Custo da Construção Civil - Disponibilidade Interna
IOF	Imposto Sobre Operações Financeiras
IPA-DI	Índice de Preços ao Produtor - Disponibilidade Interna
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
ISM	<i>Institute of Supply Management</i>
LDO	Lei de diretrizes orçamentárias
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NUCI	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio

PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMI	<i>Purchasing Managers Index</i>
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RMV	Renda Mensal Vitalícia
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
TR	Taxa de Referência
WEO	<i>World Economic Outlook/FMI</i>

---

**Presidente da República:** *Dilma Vana Rousseff*  
**Ministro da Fazenda:** *Guido Mantega*  
**Secretário Executivo:** *Nelson Barbosa*  
**Secretário de Política Econômica:** *Márcio Holland*  
**Chefe de Gabinete:** *Marcelo Fiche*

### **Produção e Execução**

Secretaria de Política Econômica

### **Conselho Editorial**

*Adriano Seabra*  
*Cleomar Gomes*  
*Fabio Graner*  
*José Gilberto Scandiucci Filho*  
*Lígia Ourives*

### **Suporte Técnico**

Assessoria de Assuntos Econômicos do Gabinete do Ministro  
Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro - ACS  
Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN  
Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE  
Secretaria do Tesouro Nacional - STN  
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO



### **Arte**

Projeto Gráfico: *Viviane Barros*  
Arte da capa e entre capítulos: *André Nóbrega*  
Diagramação: *Alline Luz e Viviane Barros*  
Estagiários de Design: *Letícia Lopes e Wesley Lopes*  
Estagiária de Economia: *Andrea Motta*

Ministério da  
Fazenda



*Finalizado em 8 de Fevereiro de 2012*

---

[www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br)